



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1568/15	DATA: 01/09/2015	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 14h51min	TÉRMINO: 19h46min	PÁGINAS: 131

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
HENRIQUE JÄGER - Diretor-Presidente da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social — PETROS.

SUMÁRIO
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. A reunião foi suspensa e reaberta. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Há orador não identificado em breve intervenção. Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da CPI — Fundos de Pensão, com a chegada do nosso Relator, Sergio Souza.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 3ª Reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. MARCUS PESTANA - Peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Fica dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Marcus Pestana.

Em discussão a ata.

Não havendo que queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. Aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomada de depoimento do Sr. Henrique Jäger, Diretor-Presidente da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social — PETROS.

Convido o Sr. Henrique Jäger para tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Antes de passar palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar: o tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado; os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à secretaria. O Relator disporá de 30 minutos para a suas interpelações. Os Sub-Relatores disporão de 10 minutos para as suas interpelações. Os autores dos requerimentos disporão de 5 minutos para as suas interpelações. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para as suas interpelações.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação e de cujo teor solicito ao depoente que faça a leitura.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, com o compromisso firmado, juramentado, vamos dar sequência.

Tem a palavra o Sr. Henrique Jäger por até 20 minutos.



O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado, eu vou dividir o meu tempo em dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com início às 14h54min.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Ah, bom. Perdão!

Primeiro, eu queria cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E só para o seu controle, Dr. Henrique, ali é registrado o tempo, e fica fácil de se observar. Logicamente, caso precise, se necessário, terá a tolerância da Mesa para a conclusão da sua exposição.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Antes de passar à exposição, eu queria cumprimentar V.Exa., Deputado Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e o Sr. Relator. Vou começar a minha exposição fazendo uma breve descrição da minha trajetória profissional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Permita-me só, porque eu não o tinha visto, fazer o registro da presença na tribuna, ao lado do Sr. Henrique, para auxiliá-lo, do Dr. Alexandre Barenco Ribeiro, gerente-executivo jurídico.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Quero cumprimentar também os Exmos. Srs. Deputados presentes aqui na sessão e cumprimentar os demais presentes. Eu vou dividir a minha apresentação em duas partes. Na primeira vou falar da minha trajetória profissional. Na segunda vou fazer uma apresentação bem rápida da PETROS para nós começarmos o debate. Sou economista, formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Teoria Econômica. Na verdade era um mestrado, que eu não concluí, na Universidade Federal Fluminense. Ao longo do mestrado eu comecei a dar aula numa instituição de ensino superior no Município de Niterói, na qual eu fiquei por 2 anos. E também ao longo do mestrado fui, concursado, para o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fiz o concurso e, tendo sido aprovado, lá permaneci por 1 ano e meio. Ainda no IBGE, fiz o concurso para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE, instituição onde trabalhei por 20 anos. No DIEESE, ao longo do meu trabalho no DIEESE, comecei a desenvolver estudos de governança primeiro focados em conselhos de política pública, estendendo depois os estudos para conselhos de companhias de capital aberto. Por conta desses trabalhos, tive a oportunidade de ser indicado por acionistas minoritários, sempre



com unanimidade nas assembleias, para vários conselhos de administração e conselhos fiscais de grandes companhias nacionais, todas listadas na Bolsa de Valores. Sou conselheiro certificado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e por conta dessa minha experiência profissional também integrei — foi o Conselho que eu integrei por mais tempo, por 7 anos consecutivos — o Conselho de Administração do Banco do Brasil. Fui do Conselho Fiscal do Banco do Brasil, como suplente, e membro titular do Conselho de Administração do Banco do Brasil por 7 anos. Por conta dessa minha participação no Conselho de Administração do Banco do Brasil, eu fui indicado pelos membros do Conselho para compor o Comitê de Auditoria do Banco, órgão estatutário. Fui indicado no ano de 2012. Entrei de licença do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, porque a função exigia dedicação integral. Também fui indicado para o Comitê de Remuneração do Banco, focado, por conta de uma resolução do Conselho Monetário Nacional, na remuneração dos executivos do banco. Essa minha experiência profissional foi o que fez com que a patrocinadora me convidasse para assumir a Presidência da PETROS, cargo esse que assumi no dia 2 de março último. Portanto, a partir de amanhã, amanhã estou completando 6 meses no cargo. Eu queria agora, rapidamente, passar, se o Sr. Presidente me permitir, a fazer a explanação em pé. Acho que fica mais fácil. Então, é uma apresentação de alguns dados da PETROS, rapidamente.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, a PETROS é o segundo maior, a segunda maior entidade fechada de previdência complementar do País. Quais são os pontos que eu vou trazer? Principais números da fundação; estrutura organizacional; vou falar rapidamente dos resultados, sei que é um ponto de preocupação, e também das medidas implantadas a partir de março de 2015, quando assumi a Presidência da Fundação. Pode passar, por favor. Bom, a PETROS é a maior entidade de previdência fechada multipatrocinada do País, é o segundo maior fundo de pensão do País, conseqüentemente da América Latina, mas ela é multipatrocinada, com patrimônio total de 68,1 bilhões. Tem 158 mil participantes, 96, quase 97 mil desses participantes ativos e 61.478 participantes assistidos, isso em dados de 31 de dezembro. Sempre os dados que vou apresentar aqui são de 31 de dezembro de



2014. Pode passar. Bom, chamei a atenção, já destaquei para os senhores: é uma entidade multipatrocinada; nós temos 47 planos, 62 patrocinadoras e 77 instituições e instituidores. Vou tratar disso um pouquinho mais lá na frente. Nós temos 21 Planos de Contribuição Definida, com 43 empresas patrocinadoras; três Planos de Contribuição Variável, com 14 empresas patrocinadoras, e a PETROBRAS aqui é uma dessas patrocinadoras, o Plano PETROS-2 é um plano CV; seis Planos de Benefício Definido, com nove empresas patrocinadoras, e aqui temos o Plano PETROBRAS PPSP, que é o plano que agrega a maior parte dos recursos da PETROS: dos 68 bilhões, 55 bilhões são desse plano; e 17 planos instituídos. Aqui destacamos algumas das instituições que têm os seus recursos administrados pela PETROS, se não instituições ou instituidores que têm seus planos na PETROS: Conselhos Regionais de Administração de vários Estados, Conselhos Regionais de Estatística de vários Estados, Conselhos Regionais de Odontologia também; o Instituto Brasileiro de Atuária, ou seja, os atuários que trabalham em segmentos da sociedade brasileira, com destaque para a previdência complementar, têm o seu plano na PETROS; os planos do sistema PETROBRAS; SESI e SENAI também têm os seus planos administrados pela PETROS; a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento — SANASA também tem o seu plano na PETROS, a Vale Fertilizantes S.A. e a YPF Brasil Comércio de Derivados de Petróleo; então, são algumas daquelas instituições que eu destaquei, que eu vim aqui trazer para os senhores. Pode passar, por favor. Passando agora para a estrutura organizacional, o principal órgão deliberativo da PETROS é o Conselho Deliberativo. É um órgão formado por seis pessoas, três indicados pela patrocinadora, a principal patrocinadora, que é a PETROBRAS, três eleitos pelos participantes. Para fazer parte do Conselho Deliberativo se tem de ter no mínimo 2 anos de contribuição para a PETROS. Então, esse é um pré-requisito para fazer parte. Vinculada ao Conselho Deliberativo nós temos a Auditoria Interna, e abaixo o... Abaixo, também em auxílio do Conselho Deliberativo, nós temos o Conselho Fiscal, formado por quatro pessoas, duas indicadas pela patrocinadora, duas indicadas... duas eleitas pelos trabalhadores. Ponto importante, aqui: no Conselho Deliberativo, por conta da legislação, o voto de minerva é do presidente do Conselho, indicado pela patrocinadora; no Conselho Fiscal o voto de minerva é do presidente, que é indicado



entre os eleitos. Então, há um equilíbrio aqui: no Conselho Deliberativo, o presidente indicado pelo patrocinador tem o voto de minerva; no Conselho Fiscal, o presidente é indicado entre os eleitos e tem o voto de minerva. A Ouvidoria também é ligada ao Conselho Deliberativo. Embaixo nós temos a Diretoria Executiva. Onde está escrito comitê, na verdade os comitês são todos da Diretoria de Investimento. Como é que é formada a Diretoria Executiva? Presidência; um diretor de investimento; um diretor de seguridade; e um diretor administrativo-financeiro. Então, essa é a estrutura da PETROS, todos indicados pela patrocinadora. Ponto importante: todas as decisões são colegiadas. Não existe decisão individual na Fundação. Pode passar, por favor. Aqui há um perfil dos investimentos da fundação, dados de 31/12/2014: renda fixa, 45,56%; renda variável, 37,43%; investimentos estruturados, que também são investimentos *private equity*, *venture capital* ou FIPs, que também são investimentos em renda variável, então ali nós temos o equilíbrio entre renda variável e renda fixa; 6,38% aplicados em imóveis; e 3,29% com participantes. Aqui, é basicamente empréstimos, a nossa carteira de empréstimos com os participantes. Podemos passar, por favor. O fluxo do processo de investimento na PETROS é um ponto importante. A oportunidade de investimento entra na PETROS seja por meio da Gerência de Planejamento de Investimento, seja por meio do diretor de investimento; ou, não aconteceu isto nestes 6 meses que estou na PETROS, mas pode acontecer, como meu e-mail é público, presidencia@petrus, pode também uma entidade mandar uma proposta de investimento para a Presidência. Quando acontece isso, passamos essa proposta para a Gerência de Planejamento de Investimento. Ela vai fazer o primeiro olhar do investimento. Qual é o foco dela? Esse investimento se enquadra na legislação como um todo? Enquadra-se. O.k. Esse investimento se enquadra na política de investimentos da PETROS? Enquadra-se. O.k. Aí ele passa... Faz-se uma primeira análise da rentabilidade do investimento e do risco, quais são os riscos, e ele passa para a gerência. Bom, se for um investimento com imóveis, vai para a Gerência de Crédito Imobiliário; se for um investimento em participações, vai para a Gerência de Participações; em títulos públicos, vai para a Gerência de Operações com Mercado. Essa análise é feita especificamente pela gerência. Ela vai olhar, a gerência que dialoga com aquele perfil de ativo que está entrando na proposta de investimento vai olhar para



rentabilidade e para o risco. Paralelamente, isso vai para outra gerência — é uma mudança que nós recentemente adotamos —, que é a Gerência de Risco, que olha para o investimento sob a ótica do risco, dialogando com o risco do investimento, mas aqui há um ponto muito importante: ela olha para o risco do investimento e para a contribuição daquele investimento para a carteira da PETROS como um todo. Então, eu estou olhando se o investimento tem um risco, mas eu também estou olhando o seguinte: como é que ele dialoga? Ele diminui o risco da minha carteira como um todo, ou ele aumenta o risco da minha carteira como um todo? Com o retorno ajustado ao risco daquele investimento aumenta o retorno da minha carteira ajustado ao risco ou diminui? E aí, em função disso, nós tomamos a decisão: vamos fazer o investimento, ou não vamos fazer o investimento. Então, há um olhar para os riscos da operação: risco de crédito, risco de liquidez e risco ambiental; e um olhar também para contribuição daquele título, daquela operação para a carteira da PETROS como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A partir de quando foi isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Nós adotamos isso a partir de março. Março não, Deputado; acho que em junho nós criamos... Em junho ou julho nós criamos essa gerência de risco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Julho de 2015?

O SR. HENRIQUE JÄGER - De 2015, já na nossa gestão. Bom, tendo passado pelas gerências, ele vai para... Se for um investimento com menos de 4 anos de duração, ele vai para o Comitê de Análise de Crédito; se ele for um investimento com mais de 4 anos de maturação, ele vai para o Comitê de Investimentos, que é o COMIN, e também vai para a análise do Jurídico. Na verdade, perdão, quando ele vai para esses comitês, já vai com a análise do Jurídico. Então, já vai com um parecer do Jurídico afirmando se aquele investimento está adequado às regras e a todos os itens da legislação. O olhar do Jurídico é sempre esse olhar. O principal comitê da área de investimento é o COMIN. Ele é um comitê, na PETROS, em que maioria dos integrantes são externos à PETROS. Esse é um ponto importante. São sete os integrantes do COMIN, quatro externos, um deles indicado pelos participantes, os membros do Conselho Deliberativo da PETROS indicam um membro para compor esse comitê, e três indicados pelas duas



maiores patrocinadoras, dois pela PETROBRAS e um indicado pela BR. Então, são quatro externos à PETROS e três indicados pela PETROS, que são os gerentes envolvidos, o gerente de risco e outros dois gerentes envolvidos no perfil daquele ativo. Então, nós temos minoria no COMIN. Passado pelo... Se for no COMAC, passado pelo COMAC; se for no COMIN, passado pelo COMIN e pelo Jurídico, com um parecer dizendo que está tudo ok, ele vai para a Diretoria Executiva, e a Diretoria Executiva vai avaliar se deve fazer aquele investimento ou não. Se for da alçada da Diretoria Executiva, a Diretoria Executiva aprova; se não for da alçada da Diretoria Executiva, ela manda... Ela dá um parecer, ela aponta para a aprovação, mas ele vai para o Conselho Deliberativo, e o Conselho Deliberativo aprova aquela operação. Olhem, geralmente, quais são os investimentos que exigem a aprovação do Conselho Deliberativo, que é o órgão máximo da casa? Investimentos em imóveis, todos os investimentos da carteira de créditos imobiliários têm de ter a aprovação do Conselho Deliberativo; qualquer investimento acima de 160 milhões passa pelo Conselho Deliberativo; e investimentos em participações também, não só investimentos como desinvestimentos da carteira de participações da PETROS passam pelo Conselho Deliberativo. Fora isso, a Diretoria Executiva tem autonomia para aprovar o investimento. Podemos seguir. Aqui nós temos alguns números dos principais planos. O Plano PETROS Sistema PETROBRAS é o principal plano. É o plano que tem o déficit acumulado de 6 milhões, nós vamos conversar sobre isso bastante aqui, hoje. O segundo plano em termos de importância é o Plano PETROS-2, um plano que foi criado em 2007; já é o principal plano do País de contribuição variável, com 49 mil trabalhadores inscritos nele e um patrimônio em torno de 8 bilhões. No primeiro plano, nós estamos falando de um patrimônio de 55 bilhões. Nós temos o Plano Liquigás, o Plano TAPMEPREV, o Plano FIEPEPREV, o Plano Misto SANASA, ou seja, vários planos aqui que são os maiores em termos de trabalhadores, de participantes. Pode passar, por favor. Aqui nós temos a evolução consolidada do PPSP, o principal plano da PETROS, Plano PETROS Sistema PETROBRAS, o plano de previdência do sistema PETROBRAS. Nós em 2007 tínhamos um superávit de algo em torno de 0,7 bi; esse superávit cresceu até atingir 4 bi em 2011, caiu para 3,3 bi em 2012, e sofreu muito com diversos fatores que eu vou destacar aqui nos últimos 2 anos, apresentando um déficit acumulado de 6,2



bilhões. Fala-se muito, faz-se muita confusão na imprensa dizendo que o déficit era de 6,2 bilhões no ano de 2014. Não é. É acumulado; 2,3 mais 3,9, a soma dá os 6,2 bi. Então, o déficit *stricto sensu* do ano de 2014 foi de 3,9 bilhões. Pode passar, por favor. Aqui estão os dados dos fatores que contribuíram para o déficit. Eu destaco aqui: bom, o saldo inicial do período eram aqueles 2,4 bilhões negativos, em 2013; resultado previdencial: esse plano é um plano maduro. O que é que significa ser um plano maduro? Eu faço mais pagamentos do que entra. É um plano fechado. A PETROBRAS fechou esse plano, se eu não estou enganado. O que significa fechar o plano? Não entra mais ninguém nele. Fechou o plano em 2001, se eu não estou errado, e é um plano que tem muitos aposentados, todos os trabalhadores da PETROBRAS que entraram na companhia até 2001. Nós estamos falando de uma companhia que foi criada em 1954; então, é o plano que abarca o maior... Daqueles 57 mil trabalhadores assistidos, provavelmente 56 mil são desse plano. Então, eu pago mais do que entra. Então, ali tem uma diferença de 642 milhões. Contingências: por conta de, na avaliação do assistido, direitos que ele deveria ter recebido, que foram concedidos, por exemplo, a trabalhadores ativos da PETROBRAS, e que ele entende que deveriam ter sido concedidos a ele também, ele entra na Justiça; então, só no ano de 2014 foram 648 milhões em contingências, por conta de demandas judiciais dos assistidos; despesas administrativas, 49 bilhões; resultado dos investimentos, positivo, 2,3 bilhões; provisões matemáticas, que é o cálculo que eu vou fazendo do que eu tenho de pagar até o último participante morrer, eu vou atualizando anualmente a minha necessidade, o meu passivo, por meio da provisão matemática. Quanto é que eu tenho de ter até o último participante morrer? Bom, eu tenho de ter 10, mas eu só tenho 8,2; então, eu tenho de provisionar mais 1,8 nesse caso aqui, dando um exemplo hipotético. Em fundos previdenciais, esse é um ponto importante, são 3 bilhões, 2,9 bilhões. Então, se formos somar fundos previdenciais mais as contingências, nós temos aí 3 bilhões e meio, e os fundos previdenciais também dialogam com ações na Justiça dos participantes. A PETROBRAS, nos anos de 2004, 2005 e 2006, concedeu um nível para os trabalhadores da ativa na sua tabela salarial; os aposentados entendem que eles têm direito a esse nível, e foram à Justiça cobrar esse nível, e a Justiça começou a conceder. Diante disso, o Conselho Deliberativo da PETROS entendeu



que tinha de fazer uma proposta de acordo para os aposentados. Fomos fazer um acordo para diminuir os pagamentos da PETROS. Como diminuir? Não pagando juros, não pagando correção... Perdão, pagando correção, mas não pagando juros, e também não pagando o advogado quando a PETROS perdia a ação. Então, isso impactou em 3 bilhões o resultado de 2014. Então, daquele déficit de 3,9 para o qual eu tinha chamado a atenção, 3,5 foram por conta de contingências motivadas por ações dos participantes contra a PETROS. Motivadas por atos errados da PETROS? Não, motivadas por decisões tomadas na PETROBRAS a que os assistidos entendiam que eles também tinham direito. Mais à frente eu posso conversar com os senhores sobre por que é que eles têm esse entendimento, e por que é que esse entendimento não é tão cristalino, em função de uma decisão que esta Casa tomou, que é a Emenda Constitucional nº 20, e outras duas leis que foram aprovadas, que são as Leis 108 e 109. A Emenda Constitucional nº 20 é de 1998; as Leis 108 e 109, se eu não estou enganado, são do ano de 2001, ambas. A 108 trata especificamente de entidades de previdência complementar de entes públicos, e a 109 é para todas, de modo geral. Bom, resultado no período: menos 3,7 bi. Eu tinha feito a conta errada. Eu tinha falado em 3,9, mas são 3,7. Perdão. Podemos avançar. Quais foram os principais impactos do déficit da PETROS? E aqui eu estou listando alguns deles: primeiro, constituição de fundo previdencial para os níveis. Já chamei a atenção dos senhores: em 2004, 2005 e 2006 a PETROBRAS deu um nível para cada trabalhador; os aposentados entenderam que aquilo era aumento real, e eles entendiam que eles tinham direito, mesmo estando aposentados, àquele aumento real, e entraram na Justiça, e a Justiça começou a conceder; impacto disso: 3 bilhões. Aumento das provisões para ações judiciais; estamos tratando aqui do PPSP, do Plano PETROS Sistema PETROBRAS, aquele plano fechado, mas que agrega a maior parte dos volumes da PETROS, 55 bilhões. No ano de 2014, já chamei a atenção, 650 milhões; mas no acumulado nós temos 2,41 bilhões. Então, nas minhas demonstrações, eu tenho 3 bilhões, 2,9 bilhões, para fazer frente aos níveis, e mais 2,4 bilhões para fazer frente a outras demandas judiciais dos participantes assistidos. Então, aqui nós já temos 5,4 bilhões. Além disso, também impactou no resultado da PETROS a atualização da tábua biométrica, ou tábua de expectativa de vida, ou alguns chamam de tábua de mortalidade. Bom, quando eu



faço um cálculo atuarial, eu tenho uma expectativa de vida do participante e dos seus beneficiários, e isso é levado em consideração no meu cálculo. A atualização dessa tabela deu mais um impacto de 2,2 bilhões no resultado da PETROS nos últimos anos. De 2003 para cá o impacto líquido é de 2,2 bilhões. Portanto, nós temos aqui: 3, 5, 7, 7,2 bilhões, ou mais. Por fim, há o desempenho da economia, principalmente nos últimos 2 anos, por conta do acirramento da crise internacional, por conta dos impactos fortes da crise internacional na economia brasileira que nós estamos vivendo. A Bolsa de Valores nesse período sofreu muito, mas não só a Bolsa de Valores; no ano de 2013, Presidente, a PETROS sofreu muito em títulos públicos. Por quê? Porque, como o PPSP, esse plano que agrega 55 bilhões, é um plano maduro, onde faço mais pagamento do que entra dinheiro, eu tenho de ter liquidez, eu não posso ter meu dinheiro aplicado só em ações, eu preciso ter dinheiro em caixa para fazer os pagamentos. Como é que eu guardo esse dinheiro? Eu não posso deixar isso parado. Eu aplico em títulos públicos. Mas eu tenho duas possibilidades de colocar esses títulos públicos no meu balanço: eu posso colocar esses títulos públicos marcados a mercado, ou posso colocar esses títulos públicos marcados na curva de vencimento. Se eu marco a vencimento, as oscilações que acontecem... Ou seja, se eu marco na curva, as oscilações no preço do título que acontecem ao longo do tempo eu não transfiro para a minha demonstração. Por quê? Porque eu só vou transferir para a minha demonstração o rendimento daquele título. Por que é que eu não vou transferir a oscilação? Porque eu sei que vou ficar com o título até o vencimento. Então, não tem por que eu trazer para o meu balanço a oscilação no preço dele. Agora, se eu marco o título a mercado, eu trago para dentro da minha demonstração as variações, a volatilidade no preço do título. Como em 2003 a taxa de juros subiu muito, o preço do título caiu. E por que os meus títulos estão marcados a mercado, uma parte considerável deles? Porque eu preciso de liquidez, porque eu preciso pagar as aposentadorias. Eu não posso carregar até o vencimento. Eu tenho de vender quando eu tiver necessidade. Então, eu marco a mercado para vender quando for necessário. Eu faço um estudo de ALM, e não posso marcar um título para vencer em 2045 se eu vou precisar de dinheiro em 2030. Portanto, eu tenho de marcar a mercado, e eu trago para dentro da minha demonstração a volatilidade da economia. Isso aconteceu fortemente em 2013.



Então, isso impactou muito o resultado de 2013. Podemos avançar? Falei de Vale do Rio Doce ali, especificamente desse ativo. Esse é um ativo importante, é um ativo em que a PETROS entrou no processo... Quando foi que a PETROS comprou esse ativo? Foi no processo de privatização. Nós estamos falando de 1997. A PETROS não tem ações da Vale; a PETROS tem cotas de um fundo, Carteira Ativa III, que tem cotas de outro fundo, Litel, que, esse sim, tem ações da Vale. Então, eu não tenho liquidez, eu não posso vender essas ações. Ah, por que é que você não vendeu a ação, por que é que a PETROS não vendeu a ação quando ela atingiu... Aqui temos duas curvas, perdão; a curva azul é o valor meu, do meu ativo Vale, na PETROS, e a curva laranja é o preço do minério. Nós vemos que elas estão muito juntas. O que determina o valor da Vale é o preço do minério no mercado internacional. Por que é que eu não vendi aqui? Porque eu não podia, porque o acordo de acionistas não me permitia. Eu não tinha liquidez. Eu não tenho ações da Vale. Então, eu acabo sofrendo as consequências desse processo. Eu vou ter de carregar essa ação até o término do acordo. O acordo está previsto para terminar quando? Em 2018. Até lá nós temos expectativa de que a situação se tenha revertido, ou nós vamos carregar ainda mais esse ativo para fazer a venda mais lá na frente. Pode passar, por favor. Bom, eu... Uma vez, lendo um artigo sobre a PETROS, chamou-me a atenção um discurso: ah, por que é que não se investe tudo em título público? Por que é que eu tenho de correr o risco da renda variável? Isto se diz muito. Por conta do perfil do meu plano. Meu plano principal, o PPSP, é um Plano de Benefício Definido. Plano de Benefício Definido tem meta atuarial. O que é meta atuarial? Meta atuarial é o quê? É a correção mais uma taxa de juros. Quando eu faço todos os cálculos do que eu tenho a pagar, bom, eu tenho no PPSP 55 bilhões de investimentos, mas eu tenho de pagar, de fazer pagamentos pelos próximos 40 anos; eu sei que eu tenho de pagar, eu tenho uma estimativa de quanto vai crescer o salário, eu faço o cálculo atuarial e trago esse cálculo ao valor presente pela meta atuarial. Eu faço um desconto e trago, e aí eu sei o meu passivo. Meu passivo agora está em 58 bilhões, olhem; nesse plano, 63 bilhões. Então, como é que eu fiz isso? Pela meta atuarial. Se eu trago tudo que eu tenho, tudo que eu tenho a pagar aqui nesse momento para cá pela meta atuarial, eu tenho de fazer a meta atuarial, porque se eu não fizer a meta atuarial eu vou ter déficit. E aí, o que



esse quadro mostra? Aqui eu tenho a curva do CDI, e aqui eu tenho a curva da meta atuarial, em azul a meta atuarial. Em meados da década... Em 2007, em meados da década passada, essas curvas se invertem. Se eu aplicasse tudo em título público, eu não ia conseguir pagar a meta atuarial e teria um déficit muito maior do que eu tenho agora. Então, por conta da percepção desse movimento, os gestores da PETROS naquele momento tomaram a decisão: olhem, nós vamos continuar em títulos públicos, e no início dos anos 2000 80% dos recursos da PETROS eram títulos públicos, mas eu vou ter de mudar o perfil, eu vou ter de diversificar, vou ter de ir para investimentos... *(Pausa.)* Vou ter de ir para investimentos com risco um pouco maior, vou ter de tomar um risco maior, porque senão eu não bato a meta atuarial. Bom, e o resultado disso, foi positivo ou negativo? Então, vamos lá. Pode passar, por favor. Aqui nós temos a rentabilidade da PETROS *versus* a meta atuarial. Como se pode ver, a rentabilidade está em laranja, a meta atuarial em azul. A estratégia foi bem sucedida, eu fiquei acima da meta atuarial. E aí nós conseguimos enxergar alguns movimentos. Aqui temos um movimento claro nos últimos 2 anos, o efeito dos títulos públicos, eu chamei a atenção — o Deputado está apontando aqui —, e aqui o efeito da economia, batendo fortemente na PETROS, abaixo da meta atuarial, e aí o aumento da inflação impacta fortemente na meta atuarial, porque joga a meta atuarial para cima. Mas, se nós formos olhar, há essa barriga aqui, 2012, a crise batendo forte, e essas curvas começam a se inverter. Então, essa tendência de que o rendimento do título ia ficar abaixo da meta atuarial, ela começa a se inverter, e esse gráfico mostra um pouquinho disso. A rentabilidade começa a cair, por conta do efeito da crise, mas a estratégia como um todo foi bem sucedida, eu fiquei acima da meta atuarial. Pode passar. Em números isso fica um pouquinho mais claro: renda fixa, por conta da primeira parte lá, que eu mostrei, que era muito maior do que a meta atuarial, rendeu 212 para uma meta atuarial de 200; renda variável, 286 para uma meta atuarial de 200; imóveis, de longe a minha melhor carteira, 689%; investimentos estruturados, *private equity* e *venture capital*, são investimentos realizados a partir de 2009, que ainda estão na fase de investimento. Não sei se os senhores conhecem os recursos que os *experts* do sistema financeiro dizem que é a tal da curva J: eu tenho um investimento muito grande, ou seja, eu gasto muito dinheiro num primeiro momento, mas depois,



quando vai render, rende muito. Então, é a famosa curva J. E por fim, na carteira consolidada, eu cresci 38 pontos percentuais acima da meta atuarial. Então, a minha estratégia de investimento, de diversificação, de sair paulatinamente de títulos públicos, passar para um risco maior de renda variável, ela foi bem sucedida. Podemos avançar? Aqui estão duas questões estratégicas que eu penso que esta Casa deve considerar no curto prazo: primeiro, os fundos de pensão trabalham com horizonte de longo prazo, mas são regulados por legislação de curto prazo, que prevê equacionamento após 3 anos de déficit. Por que é que eu estou fazendo essa afirmação? Porque a PETROS, é o segundo ponto, não tem problema de solvência. Fazendo um exercício simples, eu posso afirmar aqui para os senhores que eu consigo fazer, supondo que não entre mais 1 centavo na PETROS, eu consigo fazer o pagamento, no Plano PPSP, que é o plano que tem o déficit, eu consigo pagar pelos próximos 30 ou 35 anos todas as minhas obrigações. Então, eu não tenho um problema econômico. Mas a legislação determina que com 3 anos de déficit, ou quando eu atinja 10% de déficit, eu tenho de fazer o equacionamento e chamar o participante e a patrocinadora para fazer a divisão dessa conta, não necessariamente um para um. Pode ser que a participação da patrocinadora seja menor, nunca maior, se ela for uma empresa estatal. Na empresa estatal, por conta da Emenda Constitucional nº 20 e por conta da Lei 109, ou melhor, 108, perdão, a patrocinadora pode contribuir no máximo com um valor igual ao do participante. Então, esse aqui é um debate que eu entendo que... A ABRAPP vem fazendo esse debate, a ANAPAR vem fazendo esse debate, e eu entendo que é um debate importante. O déficit é de fato uma variável que tem de ser levada em consideração, é uma luz laranja que está acesa, que nós temos de levar em consideração, mas não deve ser a única; há que se olhar para a solvência do plano. Podemos seguir? Agora eu vou passar para a terceira fase, que é mais rápida; são as mudanças que a atual diretoria vem implantando na PETROS, dando sequência; ao longo da década, dos últimos 10 ou 12 anos, mais de 70 medidas de melhora da governança foram atualizadas; nós entramos e continuamos esse processo. A primeira mudança que nós fizemos foi propor para o Conselho Deliberativo uma mudança na política de investimentos, diminuindo a exposição em renda variável e aumentando a exposição em renda fixa, em títulos públicos. Por que isso? Porque naquele gráfico



que eu apresentei, em que o CDI vinha acima da meta atuarial, depois caía para baixo da meta atuarial, ele inverteu a tendência, e agora o título público está maior do que meta atuarial. Então, não tem sentido eu ficar com a política anterior. Então, eu estou adequando a política à nova realidade da economia brasileira, em que os títulos públicos estão permitindo-me alcançar a meta atuarial. Então, a primeiro é esta: aumentar títulos públicos, com redução em Bolsa de Valores, de uma maneira muito cuidadosa. Por quê? Porque o mercado de capitais, de títulos de propriedades no Brasil, que é a Bolsa de Valores, é muito pequeno, e qualquer movimento que a PETROS, que a PREVI faça, isso impacta fortemente no preço do ativo, isso deprime, e acaba que o participante é prejudicado por conta desse movimento. Então, tem de ser com muito cuidado, muito bem estudado o momento certo dessa saída, e bem planejado. Redução? Bom, a renda variável aí é abaixo de 50%, isso é uma proposta. Nós temos um prazo para atingir isso. Não haverá novos aportes em Fundos de Investimento em Participações, isso no PPSP. No Plano PETROS-2, para fazer aporte em Fundos de Investimento em Participações, só com aprovação do Conselho. A soma da renda variável, ele é um plano novo, é interessante, é um plano maduro; eu não posso ter muita renda variável porque eu tenho de fazer muito pagamento, eu não tenho de trazer esse risco para o plano, da renda variável, e é um plano novo também. Então, eu preciso buscar um equilíbrio ali, um plano de meia idade, e eu posso ter mais renda variável. O que é que quero dizer com isso? Se eu não tenho muito dinheiro no plano, se eu estou na fase de acumulação, que é o caso do PP-2, assumir um risco muito grande pode comprometer o patrimônio daquele fundo. Então, eu não posso assumir aquele risco. Então, ele, por definição, é um plano que tem mais aplicação em títulos públicos. E Fundos de Investimento Imobiliário, isso sempre tem de ser aprovado pelo Conselho Deliberativo, e tem de ser IPCA mais 6%. Se for abaixo de IPCA mais 6% o estudo de viabilidade daquele investimento, ele não vai ser feito. Podemos continuar? Aperfeiçoamentos das regras de gerência, também a partir de março, a partir do momento em que nós assumimos: criação da Gerência de Gestão de Risco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dr. Henrique, o tempo já se esgotou, mas teremos tolerância. Só pedimos que caminhe para a conclusão, assim que possível.



O SR. HENRIQUE JÄGER - Mais 3 minutos, Presidente, 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Bom, vamos lá. Para a criação da Gerência de Risco já chamei a atenção dos senhores. Esse é um ponto importante. Muda o olhar da PETROS em relação ao investimento. Eu não estou olhando para o investimento *stricto sensu*, para o risco do investimento; é importante que eu olhe para o risco de investimento, mas eu estou olhando — isso é mais importante, isso é uma mudança importante — para a minha carteira como um todo. Eu tenho 308 investimentos da PETROS espalhados, 68 bilhões, e quando eu faço um investimento novo eu tenho de saber se ele está aumentando o risco dessa carteira como um todo ou não; se ele estiver aumentando o risco, só vai valer a pena se a rentabilidade dele for muito alta, a rentabilidade do resultado do risco, e mesmo assim a tendência é de que eu não aprove se ele aumentar o risco da minha carteira como um todo. Então, essa é uma mudança estratégica que nós adotamos. E a revisão da estrutura do Comitê de Investimento, como eu chamei a atenção dos senhores; ele passa a ter mais membros de fora da PETROS do que membros da PETROS, aumentando o peso da patrocinadora e do participante na decisão. Podemos continuar? A criação de um Comitê de Avaliação e Monitoramento de Risco de Investimento também é importantíssima. Por quê? Porque dá velocidade à tomada de decisão. Eu chamei a atenção aqui: no caso da Vale do Rio Doce não tem como a PETROS sair, é um acordo lá de 1997; mas da maior parte das empresas nós podemos sair, e se eu não estou monitorando a situação de toda a minha carteira de investimento, daqueles 308 investimentos o tempo inteiro, pode ser que eu deixe passar o melhor momento do desinvestimento e não realize todo o lucro daquele ativo. Então, eu tenho de estar o tempo inteiro monitorando esse risco da minha carteira, e a partir do momento em que eu identifique lá na frente um problema, a partir de estudos, de análises do mercado financeiro, análises do mercado de capitais, se eu identificar um problema eu me antecipo a ele e saio do investimento antes de o problema acontecer. Por fim... Não sei se é por fim, perdão, mas também um outro ponto importante: até então nós aceitávamos, e aí não há nenhum preconceito, é uma análise da realidade da PETROS, nós aceitávamos agências de rede nacional também nas operações da PETROS. Qual era a estratégia da política anterior?



Bom, nós estamos falando de meados da década passada, o Brasil alcançando o grau de investimento, as grandes empresas acessando o mercado internacional de capitais com taxas de juros baixíssimas, as médias empresas indo captar junto aos bancos, passamos a atuar em nicho menor do mercado, com atividades menores. Foi uma estratégia da política, porque eu diminuo o risco. Então, eram operações de 10, 15, 20, 30 milhões, em detrimento de operações de 400, de 500, de 600 milhões. Isso foi uma estratégia. Quando eu adoto essa estratégia, uma agência como a Fitch, a Standard & Poor's ou a Moody's não vai fazer, é muito caro para um investimento, para uma instituição que está captando 10 milhões de reais, contratar essa empresa. Ela não faz esse tipo de operação. Então, ela acaba contratando agências de risco nacionais, que são mais baratas. Quando a gente está tomando a decisão de que agora só usa agência internacional, nós estamos fazendo um corte, avisando para o mercado: *"Olha, a PETROS vai atuar a partir de agora em operações de maior envergadura, controlando riscos"*. São operações, e aí por conta disso, todas as mudanças, mas são operações de maior envergadura. Então, nós não vamos mais utilizar, não vamos aceitar mais propostas de investimentos que utilizem carteiras que tenham a avaliação de risco de agências nacionais. Outro ponto também que nós fizemos foi a transferência da Auditoria Interna da Presidência. A Auditoria Interna da PETROS era vinculada à Presidência. A melhor prática de mercado vincula a Auditoria Interna ao Conselho Deliberativo ou ao Conselho de Administração, se for uma empresa de capital aberto. Nós fizemos isso, mas não só fizemos isso, a gente duplicou o efetivo da Auditoria Interna e adequou o orçamento a esse efetivo. O Auditor Chefe fez um novo orçamento para esse novo desafio, e esse orçamento dele foi completamente acatado pela Diretoria da PETROS e pelo Conselho Deliberativo, que aprovou o orçamento. Outro ponto importante é a transferência da área de *compliance*, que olha para o risco da PETROS como um todo, se a PETROS está seguindo todos os procedimentos. As instituições financeiras chamam de Controles Internos, Diretoria de Controles Internos. No caso da PETROS, era uma gerência que estava vinculada à Diretoria Administrativa. Eu chamei para a Presidência, eu quero acompanhar todos os riscos da PETROS e se os procedimentos adotados na casa estão sendo aqueles procedimentos que são estabelecidos nos manuais. E uma adoção do modelo de



três camadas na gestão do risco. O que é isso? A casa inteira olha para o risco. O que significa a casa inteira olhar para o risco? O gestor daquele ativo vai olhar para o risco, é a primeira camada, então, ele é o primeiro responsável pelo controle do risco, mas não fica só nele. Na segunda camada, eu tenho a Gerência de *Compliance*, eu tenho a Gerência de Risco e eu tenho o Comitê de Monitoramento e Análise de Risco, e, na terceira camada, eu tenho a Auditoria Interna, olhando para o risco como um todo. Então, é um modelo de três camadas, dialogando com o COSO 2013, que é o que há de mais moderno em gestão de risco que a gente vem implantando na PETROS. Eu acho que agora, com isso, eu acabei. Por fim, governança é caro, é caro. A gente está fazendo uma série de mudanças na governança, mas não pode aumentar custo. Então, estamos com uma política muito agressiva de redução de custo, não contratação de trabalhador, não reposição de trabalhador, quando se aposenta ou quando pede para sair, redução de despesas administrativas, redução de gastos de viagem, sem abrir mão da qualidade e da governança na instituição, que é fundamental para todas as instituições como um todo e principalmente em momentos de crise como a gente está vivendo. Com isso eu fecho a apresentação. Obrigado. Passo agora para o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Dr. Henrique, pela explanação.

Na sequência, passo a palavra ao Relator, Deputado Sergio Souza, para as suas inquirições.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e demais pessoas que frequentam este plenário. Boa tarde, Sr. Henrique Jäger.

Sr. Henrique, o senhor assumiu a direção da PETROS há 6 meses mais ou menos. É isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Seis meses amanhã, Deputado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nesse período, o senhor procurou se aprofundar em todas as questões que envolvem esse fundo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Dentro do possível, sim.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu vi inclusive, pela sua explanação, que V.Sa. retorna no tempo, falando inclusive de medidas que foram adotadas mais recentemente para que haja políticas de investimentos mais seguras.

O senhor é filiado a algum partido político, Sr. Henrique?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Sou filiado desde 2009 ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem o convidou para se filiar ao partido?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Na verdade, eu, na época, assessorava os trabalhadores do setor de petróleo pelo DIEESE, fazia um trabalho de assessoria, e se começou a discutir o programa do partido nesse setor. Como eu tinha alguns artigos publicados, fui convidado pelos petroleiros do núcleo de petroleiros do PT para participar, mas acabei não tendo nenhuma vida partidária, não participei de nenhuma reunião. Foi só o momento da filiação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu vi aqui que o senhor também expôs, no início da sua fala, o seu currículo. Além do DIEESE, também passou pelo Banco do Brasil, onde foi inclusive membro do Comitê de Remuneração, e agora por último pela PETROS.

A sua indicação para a Presidência da PETROS teve alguma participação de indicação política? Quem o indicou?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu fui indicado pela patrocinadora, a PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - PETROBRAS. Especificamente pela Presidente da PETROBRAS, por alguém ligado à PETROBRAS, por algum político?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Como a minha indicação se deu em março, foi pelo Presidente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pelo Presidente?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não mais a Presidente, mas o Presidente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim, o Presidente. Perfeito.

O senhor foi chamado lá? Como foi essa indicação? Por qual razão? Estava só há 1 ano lá o ex-Presidente. Ficou de 2014 a 2015 o Presidente anterior.



O SR. HENRIQUE JÄGER - Houve uma mudança na Presidência da PETROBRAS. O Presidente conhecia o meu trabalho por conta da experiência que eu tinha tido. Estou supondo, não conversei com ele sobre o assunto, mas eu tinha trabalhado com ele durante 6 anos, ele como Presidente do Banco do Brasil, e eu como membro do Conselho de Administração. Posteriormente, eu passei a ser membro do Comitê de Auditoria, que é um órgão estatutário do banco, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central, e, estando nessa função, creio que ele reconheceu, eu suponho, uma competência para eu exercer esse papel e me convidou.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Há alguma relação com a Operação Lava-Jato o fato de ter havido mudança na diretoria da PETROS?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não tenho competência para comentar isso. Na verdade, não é nem competência, eu não tenho nenhum elemento em relação a isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bom.

O senhor participa de algum conselho de empresas da qual a PETROS é participante?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu participo de dois conselhos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quais são?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Participo do Conselho da Invepar e do Conselho da DASA — Diagnósticos da América, uma empresa que atua na área de laboratórios, a maior empresa de laboratórios do Brasil.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - São remunerados?

O SR. HENRIQUE JÄGER - São remunerados.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu não vou fazer pergunta sobre a remuneração, porque inclusive essa informação está vindo... São remunerados esses dois conselhos?

O SR. HENRIQUE JÄGER - São, são remunerados.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor está em dois conselhos. A PETROS participa de quantos conselhos?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado, a PETROS deve ter uns 20, entre Conselho Fiscal e Conselho de Administração. Uns 20, 25 conselhos.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Todos são remunerados?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Alguns não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Durante a sua explanação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Desde já, Relator, solicito que depois a Diretoria da PETROS informe de que conselhos participa, tanto de administração quanto fiscal.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sr. Presidente, só para ficar claro: ele faz investimentos nessas empresas de cujo conselho faz parte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com certeza. Se ele participa, é porque a PETROS faz parte dele.

O SR. HENRIQUE JÄGER - A PETROS é uma investida dessas companhias.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ela é participante.

Bom, durante a sua explanação, Sr. Henrique, o senhor falou sobre os resultados. Dentre os resultados, o senhor colocou renda fixa, renda variável, imóveis, todos superavitários em relação à meta atuarial. Mas os investimentos estruturados foram deficitários em 50%. A meta atuarial era 78%, e o percentual da PETROS de resultado foi 36,89%. A que o senhor atribui esse resultado? Qual a razão desse déficit?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Como eu já tinha destacado, Deputado, porque são investimentos recentes, eles aconteceram a partir do ano de 2009, e são investimentos, a maior parte deles, em empresas emergentes em que a entrada por meio do instrumento de *venture capital* ou *project finance*, a entrada se dá por meio de fundos que levam capital e governança para essas companhias. Então, é como se eles transformassem as companhias. Então, num primeiro momento, você tem uma despesa muito grande porque você está investindo nas companhias, colocando capital nas companhias, colocando conhecimento nas companhias, colocando governança nas companhias. E a partir desse *approach* inicial existe um tempo de maturação que você vai realizar isso no futuro, é o que se chama de curva J. Então, você tem uma despesa grande no início para depois ter uma receita grande no futuro. Então, por conta disso é que tem aquela diferença, é o único investimento que não bateu a meta atuarial dos investimentos realizados na última década.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto que representa isso em valores, em números?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Nós estamos falando de 10% dos investimentos, um pouquinho mais do que 10% dos investimentos atuais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ou seja, 10% de 68 bilhões. É isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso. Sete bilhões, um pouquinho mais do que... Sete bilhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Desses 7 bilhões, ou desses investimentos, qual desses investimentos tem o maior déficit para o fundo? Porque o déficit do fundo também é próximo a isso. Eles se deram parte por outras razões, eu ouvi essa explanação, principalmente Vale.

O SR. HENRIQUE JÄGER - O que impactou mais foi Vale. Dos investimentos da PETROS o que impactou mais o resultado da...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Dentro desses 7 bilhões está a Vale?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não, dentro desses 7 bilhões não está a Vale.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, dentro desses 7 bilhões, quais são os principais investimentos?

O SR. HENRIQUE JÄGER - São vários investimentos, aí eu teria... Eu não sei de cabeça, eu me comprometo a passar para a CPI. Aliás, os senhores já até requisitaram essa informação, mas eu me comprometo a passá-la o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor não sabe qual é o maior prejuízo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Desses, não, porque nós não temos... Deixe-me só esclarecer um ponto importante: não é prejuízo. Nós estamos na fase de investimento e quando nós estamos na fase de investimento tem uma saída grande de recursos, que vai ser realizada no futuro com lucro quando esses investimentos se tornarem rentáveis. É a curva J. Por que J? Porque a parte debaixo do J é a parte de investimentos. Então, eu estou fazendo um investimento neste momento, eu tenho um desembolso muito grande, mas são companhias que não são licitadas na... Qual é a proposta de *venture capital*?



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nesse caso é o seguinte: vocês investiram nesse tipo de investimento, vocês investiram 7 bilhões, e hoje eles valem 3,5. É isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não, eu investi 7 bilhões, e eles ainda estão lá. Bom, por conta de valor...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - De mercado atual.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não estão gerando valor ainda, e como eles não estão gerando valor ainda, eu não tenho recursos entrando. Portanto, eu não bato a meta atuarial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, deixe-me mudar a minha pergunta, Relator, para contribuir. Em vez de ser o maior déficit ou o maior prejuízo, quais são os maiores investimentos da PETROS nesse tipo de fundo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Bom, é isso que eu estou me comprometendo a passar para os senhores. São vários os fundos que investem em dezenas de empresas, e eu me comprometo, porque eu não sei de cabeça.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Bom, eu ainda não consegui compreender. A PETROS fez investimentos estruturados nos últimos 10 anos.

O SR. HENRIQUE JÄGER - É, a partir de 2009.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A partir de 2009, então, nos últimos 6 anos. A maior parte aqui está a partir de que ano?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eles foram se equilibrando.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vamos dizer que em 6 anos, a média de 1 bilhão por ano, mais ou menos?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Provavelmente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na documentação que V.Sa. vai nos remeter vai constar isso.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Todas essas informações vão estar lá.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A PETROS investiu nos últimos 6 anos em torno de 1 bilhão por ano em investimentos estruturados. Isso vinha tendo uma queda de valor de mercado em torno de 500 milhões.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Natural.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E continua investindo?



O SR. HENRIQUE JÄGER - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Parou quando?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Como eu chamei a atenção para os senhores, desde o ano passado a PETROS já parou, em 2014, quando a situação ficou clara.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ou seja, então durante 5 anos foi investindo de uma forma com uma sinalização clara de prejuízo. Como é tomada essa decisão?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Posso complementar, Deputado?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Claro.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não tem expectativa de prejuízo, não tem. É porque essas empresas estão na fase de maturação. Nós estamos investindo nelas, desculpa se eu vou ser repetitivo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, é importante.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Mas é a curva J, é a fase de investimentos, em que eu tenho uma grande, uma aplicação volumosa de recursos. Depois, quando essas empresas tiverem capital aberto na bolsa de valores, quando essas empresas tiverem uma reconhecida governança corporativa, isso vai se materializar num resultado que a PETROS vai se apropriar. Então, é próprio de investimentos em *venture capital* e *project finance* haver uma curva J, em que eu tenho uma grande despesa, num primeiro momento, uma depreciação, porque esse ativo não está gerando resultado. Isso acaba impactando na avaliação daquele ativo, mas depois isso se reverte.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, eu entendi isso. Mas eu não entendi porque há insistência em continuar investindo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, porque é um bom investimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É que o não retorno é previsível.

O SR. HENRIQUE JÄGER - O não retorno já está no cálculo desse momento. Desculpe-me...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Deixe-me ir um pouco mais a fundo, então. Eu estou aqui com o balanço da PETROS, que agora é de maio de 2015. E, na página 24, ele traz a carteira da empresa, a Tabela 19. Acho que V.Sa. tem conhecimento.



O maior investimento da PETROS é na BRF: 6,8 bilhões. E o segundo é na ITAÚSA: 3,4 bilhões.

Há uma notícia de que a PETROS teria comprado ações ON da ITAÚSA no final do ano. E essas ações advindas da Camargo Corrêa, na virada do ano, geraram um grande déficit para a PETROS. E aqui estaria boa parte desses 7 bilhões. Isso é fato? O senhor poderia nos explicar como ocorreu essa operação?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Primeiro, Deputado, são duas coisas diferentes: investimentos estruturados são investimentos em *private equity* e *venture capital*. Esses dois investimentos aqui estão na carteira de participações da PETROS. É diferente. Estou falando investimento; *private equity* e *venture capital* são empresas emergentes, são empresas novas. Aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Engepar, por exemplo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, a Engepar não é uma empresa emergente, não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não está nos estruturados.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não está nos estruturados. Vou até confirmar, mas acho que não está nos estruturados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Olhe direitinho.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Mas sem problema, mesmo estando nos estruturados, não tem problema. Mas BRF e ITAÚSA são investimentos que estão na carteira de participações da PETROS. ITAÚSA, Deputado, foi comprada em 2010, não foi no ano passado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim, 2010, é isso mesmo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não foi no ano passado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Dezembro de 2010.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E ela foi comprada por um valor de 8 bilhões, e isso teria gerado um déficit bilionário na vida do ano, pela queda das ações, porque as ações teriam sido inflacionadas no final do ano. O senhor conhece esses fatos? Isso é verdadeiro ou não?

Houve de fato uma alteração, em dezembro de 2010, do valor dessas ações ON e uma desvalorização no ano de 2011, logo na sequência?



O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, eu não conheço a evolução ao longo do tempo dessas ações, Deputado. O que eu sei é que a PETROS comprou. É o maior banco privado da América Latina, é o controlador do maior banco privado, é a ITAÚSA, dentro daquela estratégia que eu mostrei aos senhores de diversificação de investimentos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas essas não são as ações de grande rentabilidade do banco?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, elas acompanham. Se o senhor for olhar a evolução das ações da ITAÚSA, elas têm um tíquete, um desconto em relação às ações do Banco Itaú, mas elas acompanham muito de perto a curva; ao longo do tempo elas acompanham, tanto que a BOVESPA, no período, caiu 26%, e essa ação subiu 7%. Então, a conta que...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E quanto vale hoje essa aquisição?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Três bilhões e 400 milhões, se não me...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Esse é o valor de hoje?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu tenho de confirmar para o senhor. Um pouco acima de 3 bilhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto que o POSTALIS investiu?

O SR. HENRIQUE JÄGER - A PETROS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A PETROS, perdão.

O SR. HENRIQUE JÄGER - O senhor já citou. Foram dois ponto... O senhor citou o número aí, agora. Eu não estava lá naquele momento, então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foram 2.8 em 2010. Depois, um novo aporte em 2013. Você tem conhecimento disso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, o que aconteceu aí é que a PETROS...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para integralizar os 15% do capital.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso. Ao longo dos anos de 2011, 2012 e 2013, a PETROS foi adquirindo, comprando no mercado, para atingir os 15%. Ela tinha comprado 12,24%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto representa isso em valor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Comprou a 14.



O SR. HENRIQUE JÄGER - Nós estamos falando de 3,4 bilhões, que o senhor falou. Atualmente o que está contabilizado. Eu acho que tenho esse número aqui, posso confirmá-lo para o senhor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tudo bem, esse valor está aqui na Tabela 19: 3.444.

O SR. HENRIQUE JÄGER - São 3,7 bilhões. Desculpe-me, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dr. Henrique, agora, o que chama a atenção, aproveitando o Relator, espero e acredito que vai surgir aqui, e o que eu quero entender é essa compra feita no dia 30 de dezembro de 2010, no último dia do ex-Presidente da PETROS. Se não me engano, o Sr. Wagner Pinheiro que estava à frente.

Você tem essa informação? Isso chama a atenção? Na última meia hora do último pregão do último dia do ano do último dia do ex-Presidente, que hoje, por acaso, é o Presidente dos Correios, que tem a POSTALIS...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado, eu não estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Você não tem, mas você é Presidente. Quero saber se você fez algum estudo. Se houvesse essa agência de controle de risco, a minha pergunta é esta: será que a agência de controle de risco deixaria passar essa operação?

O SR. HENRIQUE JÄGER - É muito difícil olhar para trás e responder sobre um investimento. Eu não estava lá, eu não tinha os elementos que foram analisados naquele momento. Agora, o que me chama a atenção é a consistência de estratégia de um modo geral. A leitura que se tinha era: se eu mantiver os recursos em títulos públicos, eu não vou bater a minha meta atuarial. Então, eu tenho que avançar, mais do que isso, mais do que bater meta atuarial porque, como o plano é um plano de benefício definido e como ele prevê que os aposentados vão ter o aumento real do trabalhador da ativa, mesmo não tendo contribuído, eu tenho que gerar mais do que a meta atuarial. Então, eu tenho que ir para o investimento de risco. Foi nesse cenário que, provavelmente, a Diretoria tomou a decisão, mas eu não tenho os elementos, não tenho. É muito difícil eu falar agora do que aconteceu 5 anos atrás.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas então, já analisando o desempenho de 5 anos para cá, foi um mau negócio, porque a meta atuarial não foi atingida.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não sei se foi um mau negócio, nós fomos para a renda variável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A meta atuarial foi atingida? Você tem essa informação?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Nesse investimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nesse investimento.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não foi atingida. Mas eram investimentos em ações da ITAÚSA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eram investimentos em ações da ITAÚSA.

O SR. HENRIQUE JÄGER - De renda variável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Compradas a 14, e hoje valem 9, eu acho.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Renda variável.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Henrique Jäger, nós temos aqui, então, dois momentos em que a meta atuarial não foi atingida. O senhor entende que não há prejuízo, mas o que nós temos aqui é um déficit que hoje chega a próximo de 6 bilhões — 5,8 bilhões.

Esse déficit foi ampliado nos últimos 3 anos. Pelo gráfico que V.Sa. apresentou do déficit, ele chegou em meados de... Em 2012, estava em superávit; em meados de 2012, ele começou a gerar déficit, chegando ao final de 2013 com 2,3 bilhões e, ao final de 2014, com 6,2 bilhões. Ou seja, em menos de 2 anos, em 1 ano e meio, é isso? Não, em 2 anos e meio, nós tivemos o déficit de 6,2 bilhões.

Por que se deram esses fatores? Se nós começarmos a olhar os gráficos anteriores, como falamos em investimentos estruturados, um investimento de 7 bilhões, V.Sa. disse que foi nos últimos 6 anos, se nós olharmos esses investimentos como o da ITAÚSA, que também gerou déficit... Como a Diretoria da PETROS não conseguiu visualizar isso?



Houve alguma gerência, alguma influência política? Alguém tomou uma decisão externa que não a própria diretoria da PETROS? Houve algum caso em que o voto de minerva precisasse ser usado para fazer esses aportes de investimentos?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado, primeiro, quais foram os fatores que impactaram nesse déficit? Primeiro, Vale do Rio Doce. Esse ativo estava, em meados de 2012, avaliado em 5 bilhões e agora está em 3 bilhões; 2 bilhões foram só no ativo Vale do Rio Doce. Segundo, fundo previdenciário — chamei atenção ali —, 3 bilhões. Então, só aí nós estamos falando de 5 bilhões. Além disso, só no ano de 2014, foram 650 milhões também para fazer frente a outras ações que não as ações dos níveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Estão ajuizadas?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Esses fatores impactaram fortemente no resultado da PETROS. Com relação ao componente político...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Esse fundo previdenciário é o reajuste do...?

O SR. HENRIQUE JÄGER - É o fundo que foi criado para fazer frente a um acordo, ao Acordo dos Níveis, que é um acordo feito envolvendo os sindicatos para pagamento dos níveis que os aposentados estavam reivindicando na Justiça. Então, a PETROS entendeu que iria pagar muito mais do que 3 bilhões e entendeu que seria muito melhor para a Fundação fazer esse acordo, e foi o que fez. Agora, ele impactou em 3 bilhões para a Fundação. Agora, com relação ao componente...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso já foi desembolsado? Todos esses 3 bilhões?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Estão sendo pagos, 95% dos trabalhadores já aderiram, então, é um sucesso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Desses 3 bilhões, quanto é que já foi amortizado?

O SR. HENRIQUE JÄGER - O que está no déficit são os 3 bilhões, porque foi lançado um fundo, o que está no déficit são os 3 bilhões, porque foi criado preventivamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ele está no tempo.



O SR. HENRIQUE JÄGER - Em 2014, em 31, criou-se um fundo, entrou na demonstração de 31 de dezembro, tem lá um fundo previdenciário de 3 bilhões, porque nós sabíamos que íamos ter essa despesa; os gestores sabiam — eu não estava na PETROS naquele momento — que iam ter essa despesa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E eram ações ajuizadas, já não eram lançadas no balanço?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não eram provisionadas no balanço?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não. Eram não só ações ajuizadas. Esse acordo é um acordo amplo, porque como o Tribunal estava dando ganho de causa, e já estava se criando uma jurisprudência, a decisão foi pagar. Para aqueles que perderam não se paga, mas para aqueles que tinham ação e os que ainda iam entrar com a ação, que tinham direito de entrar com a ação, está se pagando. Então, tinha para os dois. Daqueles 3 bilhões, nós não tínhamos dinheiro para... Dos outros 3 bilhões, 2,4, que estão para fazer frente, não tem ali ações nos níveis, não tem valor para os níveis, são outras ações.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como se deu a entrada da PETROS na INVEPAR?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Se eu não estou enganado, isso remonta ao ano de 2010. A PREVI e a OAS eram sócias numa companhia que tinha uma concessão, uma ou duas concessões naquele momento, o principal era a Linha Amarela, no Município do Rio de Janeiro. E convidaram, essas duas instituições, a PETROS para entrar como uma sócia do empreendimento. A gente aportou num primeiro momento 400 milhões, mas o acumulado aportou 1,2 bilhão, que hoje estão avaliados em 2,8 bilhões. Então, a taxa interna de retorno desse investimento foi de 24% ao ano, um excelente investimento para a PETROS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mais uma pergunta que me passou: há um limite de alçada para tomada de decisão de investimentos? Eu me lembro de que na sua explanação V.Sa. colocou que agora ela é submetida ao Conselho Deliberativo. Qualquer alçada?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Qualquer decisão, qualquer decisão de investimento acima de 160 milhões passa pelo Conselho Deliberativo.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Abaixo de 160 milhões, de quem é a alçada?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Dependendo do tipo de investimento, se for imobiliário, se for em FIP, continua sendo do Conselho Deliberativo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Se não for, é da Diretoria-Executiva da PETROS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A Diretoria-Executiva, somente o Presidente ou o Conselho?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Qualquer decisão tomada dentro da Fundação, quando a decisão de investimento chega à Diretoria, ela já passou, no mínimo, por 30 técnicos da PETROS, que a analisaram.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas quem toma a decisão é o Presidente?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, nunca sozinho. Quem toma a decisão é sempre o Colegiado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O colegiado.

O SR. HENRIQUE JÄGER - É sempre a Diretoria. E não tem, no caso da Diretoria, não tem voto de minerva; ou se toma a decisão em forma de consenso ou não se toma a decisão. Essa é a prática da PETROS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Independente do valor, lógico, abaixo dos 160 milhões.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Ou se toma a decisão por consenso, se não se toma por consenso, reavalia-se o processo. Qual é o problema? Então, se não há consenso, a gente não toma a decisão. Essa é a prática da Diretoria.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Também houve por parte da PETROS investimentos no BVA. Há uma notícia da revista *Veja* de que teriam sido aplicados volumes próximos a 1 bilhão no BVA. É isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Na verdade, Deputado, a PETROS nunca aplicou dinheiro diretamente no BVA.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem que fazia essa aplicação?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não. Quando eu digo diretamente, nós nunca tivemos dinheiro na tesouraria do BVA. Nós tivemos recursos aplicados em fundos



administrados pelo BVA ou operações estruturadas pelo BVA, mas nunca diretamente no BVA. Por quê? Porque o BVA nunca passou pela... A avaliação do BVA, ele tinha um patrimônio líquido baixo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem tomou a decisão de investir lá em fundos do BVA ou em ativos do BVA? Se não foi a PETROS, quem foi?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Suponho que, passando por todos os caminhos da governança que eu destaquei aqui, todos os comitês, provavelmente, a alçada foi uma alçada de Diretoria. Eram investimentos, no máximo, de 100 milhões, abaixo de 100 milhões, então, a alçada era da Diretoria.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Porque aqui a notícia veiculada, já é conhecida desta Comissão, é que o BVA teria gerado um rombo próximo de 8 bilhões de reais e que a PETROS teria lá aportado perto de 1 bilhão de reais e que haveria vínculo com o Banco Vitória Asset Management. O senhor tem conhecimento desses fatos?

O SR. HENRIQUE JÄGER - A Vitória Asset era uma das empresas do banco, ela era uma empresa do BVA.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E era ela que fazia essa interligação entre a PETROS?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Ela, ela... Não sei se todos os ativos, se as operações envolvendo BVA, se todas passaram pela Vitória Asset.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aqui se fala em 700 milhões.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu estou... Esse número não... Com certeza, é muito mais abaixo desse. E é importante destacar, Deputado, que os investimentos foram feitos em fundos, em fundos de investimentos em direitos creditórios e fundos de investimentos em múltiplos mercados, fundos de investimentos múltiplos, que investiram em dezenas de ativos. Então, dos fundos de investimentos múltiplos, em múltiplos mercados, das dezenas de ativos que foram investidos, por meio do BVA, porque o BVA era gestor...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor tem esse número de quanto a PETROS investiu?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Aqui não, mas eu posso passar para o senhor. Mas dos investimentos em fundos somente sete entraram em *default* e todos eles



com garantias, e nós estamos na Justiça para... E não foi *default* do BVA. Ele fazia a operação com a empresa, a empresa emitia um CCB, ele era o credor e vendia o CCB para o fundo. A PETROS era uma das sócias desse fundo. Das dezenas de empresas que foram investidas por meio desse mecanismo, sete entraram em *default*, as empresas que não pagaram CCB. E elas tinham garantias, e essas garantias estão sendo acionadas na Justiça. Então, em relação aos fundos de múltiplos mercados, é isso. Em relação aos fundos de investimento em direito creditório, que também é um outro tipo de investimento que a PETROS fez e também o BVA ofereceu esse produto para a PETROS, quando o BVA entrou em liquidação — perdão, em liquidação não —, quando o Banco Central fez a intervenção, a gestão desses fundos foi passada para outros gestores, a PETROS não era acionista única, não era participante cotista única desses fundos, tinha outros cotistas, eles decidiram contratar outros gestores e tiraram do BVA aquele fundo. O BVA não podia mais operar, a Vitória Asset, ou a empresa do BVA que geria aquele fundo não podia fazer mais. Então, esse número de 1 bilhão me surpreende. Não sei de onde de fato saiu esse número. Nós nunca tivemos dinheiro da tesouraria do BVA...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - De uma reportagem. Por isso eu estou buscando com o senhor a confirmação.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não. Eu acho que é importante esclarecer, é importante esclarecer.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor poderia encaminhar a esta CPI esses dados?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Os senhores requisitaram todos os investimentos. Aliás, a gente conversava aqui que, se fosse em papel, provavelmente ocuparia metade desta sala aqui. Mas os senhores requisitaram. Só agora nós somos 308 investimentos, imaginem. Os senhores querem — e com razão — todos os pareceres, todos, tudo relativo, de todos os comitês, tudo o que todo mundo falou sobre todos os investimentos. Isso retroativo a 2003. Nós estamos preparando essas informações.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor já encaminhou isso ou não? Eu sei que é em meio eletrônico.



O SR. HENRIQUE JÄGER - Em meio eletrônico. Nós estamos preparando essas informações para os senhores.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor tem data?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Estamos com umas 15 pessoas trabalhando direto na PETROS, para produzir esse material para os senhores o mais rapidamente possível. Tenham certeza de que estamos imbuídos desse desafio.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Até porque fica deficitária a nossa inquirição a V.Sa. aqui, por conta da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nós iremos cobrar. Apenas uma ressalva: que seja em meio eletrônico e pesquisável.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, mas é meio eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E pesquisável, porque há alguns espertinhos que mandam em meio eletrônico, mas não se pode pesquisar. E a gente tem que pedir para vir em meio pesquisável, através de busca de palavras e expressões. Então, só estou fazendo essa referência, não para o senhor logicamente, mas para que a sua assessoria técnica se certifique de que, além de ser em meio eletrônico, seja em documento pesquisável.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Registrado, Sr. Presidente.

O senhor tem noção de quanto é o valor ajuizado em relação ao BVA?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, com relação ao BVA a gente não ajuizou um centavo, porque nós não tínhamos dinheiro lá, Deputado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Com relação a dinheiro que foi investido no BVA, mas que não foi para vocês diretamente.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Dinheiro que foi investido em um fundo gerido pelo BVA. Então, nós não temos ação contra o BVA. Por exemplo, temos ação contra uma empresa...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual é esse fundo mesmo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - BVA Master I, Master II e Master III.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas não é do BVA esse fundo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Ele é gerido pelo BVA, ele não é dele. Tanto que a gente pode trocar...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Leva o nome dele e não...



O SR. HENRIQUE JÄGER - É. Se trocar o gestor, provavelmente troca o nome do fundo. A gente pode trocar o gestor a qualquer momento. Por exemplo, agora, na PETROS, a gente está no momento de avaliação de todos os gestores. Que tipo de avaliação nós estamos tendo? Qual é o desempenho deles, na carteira? Era o que era previsto, quando foi feito o investimento? E os outros investimentos que por um acaso já tenham passado na PETROS se “performaram”? E nós estamos avaliando se a gente vai ficar ou não com os gestores. Se a gente chegar à conclusão de que aquele não é um bom gestor, nós vamos trocar. Nós estamos fazendo isso neste momento. Então, o BVA era um gestor. Ele não era o dono. Os donos dos recursos eram os cotistas que tinham colocado aquilo lá no fundo, são eles que decidem.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sabe que tem uma notícia dessa, dizendo que a PETROS teria financiado acionistas do BVA, ou devem ser acionistas desse fundo, então...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não é por meio desse fundo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E isso não é...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não é por meio desse fundo. Não é por meio de nenhum... Fundos, quais foram os fundos? Foram os Fundos Master I, II e III, o FIDC Itália, e agora não me lembro do nome, outros dois FIDCs. Esses três FIDCs, o Itália e os outros dois, foram transferidos para outros gestores, quando o banco entrou em intervenção.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E com relação a esses investimentos nesses fundos há ações judiciais?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Se a empresa que captou recurso desse fundo, ficou inadimplente. A orientação da PETROS na Assembleia é sempre entrar com ação judicial. Essa é a estratégia. Se o dinheiro foi emprestado diretamente com a PETROS, não tenha dúvida, a gente entra com ação judicial. No primeiro momento, a gente tenta sempre negociar. É muito mais barato não ir para a Justiça e muito mais rápido. Agora, se a negociação é infrutífera, a gente vai para Justiça para valerem os interesses dos participantes.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Também há uma notícia que envolve — está aqui o nome do BVA — a empresa Vidax. A Vidax é uma empresa de



telesserviços, de *call center*. Teria sido investido lá em torno de 100 milhões de recursos da PETROS, e essa empresa teria fechado as portas na sequência. E a alegação até inclusive é que a PETROS teria investido somente a metade daquilo que se comportou, ou seja, só 50 milhões. Por essa razão, ela não teria conseguido dar continuidade e fechou as portas.

O senhor tem conhecimento desses fatos? Poderia...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu tenho conhecimento de alguns fatos, não desses. Essa era a quarta maior empresa de *call center* do Brasil. Vinha “performando” de uma maneira... Bom, os clientes dela eram Claro, Citibank, Itaú — esses são os três —, CREDICARD. Então, eram grandes clientes. Quando a PETROS fez duas operações: uma, se não me falha a memória, em 2011, e outra, em 2012. Quando a PETROS fez a de 2011, a Claro ainda não era cliente. A Claro depois foi... Ela ganhou a Claro e por conta disso ela foi inclusive a PETROS e pediu o segundo aporte. A PETROS fez o aporte. Eu acho que o total é isso mesmo, em torno de 100 milhões. Então, não tem essa história “Ah, não pagou”, não. A PETROS fez o aporte. Ela tinha... Só em relação a Claro, ela tinha 5.400 pontos de atendimento, espalhados por sete Estados do Brasil. Então, a agência de *rating* — não sei qual o nome dela, mas ela é uma agência nacional — classificou a operação como A+, uma operação de risco baixíssimo de *default*. Para nossa surpresa, a empresa entrou em colapso. Ela cresceu muito e não conseguiu responder às demandas. Mas era uma empresa que tinha... O que fez com que a gente assinasse, que a PETROS assinasse a operação foi o contrato. A garantia era o contrato que ela tinha com a Claro de prestação de serviço. Então, o fluxo de recebíveis daquele contrato ia pagar a PETROS. Só que a empresa entrou em *default*. Nós estamos na Justiça, tentando fazer com que a PETROS receba esses recursos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Voltando um pouquinho, nós colocamos um gráfico de V.Sa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só para comunicar que já encerraram os seus 30 minutos, Relator, mas há tolerância para encaminhar para a conclusão.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado, Sr. Presidente. É que o depoente falou durante 40 minutos. Então, eu teria que dobrar o meu tempo para conseguir explicar tudo aquilo que ele colocou aqui. Mas vamos tentar...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu espero ter ajudado. Eu espero ter ajudado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, ajudou, ajudou e encheu de perguntas aqui. Mas V.Sa. colocou, ali, no gráfico, demonstrando 6, 2 bilhões de déficit e que isso ocorreu nos últimos 2 anos e meio. Começou em meados de 2012 e até o fechamento de 2014. Isso coincide muito com os investimentos feitos nos últimos tempos, de certa forma temerosa, até colocados investimentos de grandes riscos.

Essas decisões — repito a pergunta — foram tomadas exclusivamente por decisão do Conselho Deliberativo ou do Conselho Executivo, sem nenhuma influência externa?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, Deputado, assim...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Porque nós estamos aqui colhendo informações muito parecidas em vários fundos que nós estamos investigando, e decisões tomadas para investir na mesma carteira, na mesma carteira de prejuízo e...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Qual a decisão? Desculpe-me, Deputado?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Decisões de investir como em questões do BVA, como a questão que eu vou seguir, na sequência, aqui, da Sete Brasil.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado, da maior parte dos investimentos no BVA, nos fundos de investimento de multimercado, a PETROS teve um resultado positivo. Os FIDCs, eles estão ainda, eles ainda existem, tem *default* em alguns, mas nós estamos atuando para receber o dinheiro de volta. Vamos olhar... Assim, vou retomar aquele gráfico que eu apresentei da meta atuarial *versus* rentabilidade. A PETROS bateu a meta atuarial. Se ela bateu a meta atuarial do período, o que impactou? Por que não está superavitária? Não tenho dúvida, se a gente for olhar para qualquer empresa, instituição financeira ou fundo de previdência, de que nós não vamos acertar. Eu estou na cadeira agora. Eu sou o gestor. Eu tenho clareza,



tento mitigar ao máximo os riscos, mas não vou acertar em tudo. Vamos pegar o caso...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Henrique, nós compreendemos muito bem essa questão do déficit atuarial, de que você tem uma relação de mercado e que isso pode ocorrer. O que nós estamos tentando investigar aqui é se houve ingerência e se houve má gestão que causou um prejuízo, e que esse prejuízo pode estar dentro do déficit ou não. Ou pode ter, por exemplo, gerado superávit e ter havido algum tipo de ingerência, prejuízo, porque foi, de alguma forma, feito algum procedimento irregular, ilegal.

Então, é isso o que a gente tenta. Não podemos aqui, em todo momento, dizer que houve superávit e aqui está demonstrado, ou o déficit. O que a gente está investigando aqui, inclusive, é a relação com outras CPIs, como, por exemplo... Não tem como fugir do envolvimento ou da ligação próxima da PETROS e da PETROBRAS, não tem como dizer...

O SR. HENRIQUE JÄGER - É a principal patrocinadora, é a principal patrocinadora.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso. Perfeito. E não tem como... De repente eu poderia lhe fazer uma pergunta aqui: a PETROBRAS teve alguma influência na hora de investir na Sete Brasil?

O SR. HENRIQUE JÄGER - O investimento foi apresentado para a PETROS pela Caixa Econômica Federal e pela PETROBRAS. Agora, isso não significa que ela teve ingerência na decisão. A decisão é uma decisão da PETROS, passou por todos os comitês da PETROS, a taxa de retorno do investimento inicial era 11%, depois, quando saiu de Sete Sondas, porque o nome Sete vem de Sete Sondas, depois se tomou a decisão de passar para 28 com uma de *stand-by*, passou para 29, passou para IPCA, mais 14%. Portanto, era um investimento com uma alta taxa de retorno, uma expectativa de alta taxa de retorno, foi analisada pelo corpo técnico, passou por todos os comitês internos. Então, assim... Eu estou lá há 6 meses, Deputado, e faço uma afirmação aqui para os senhores sem problema nenhum: em nenhum momento, nenhum ator externo a PETROS fez qualquer pressão sobre a minha pessoa em relação a qualquer investimento. Eu tomo as decisões da forma mais autônoma possível e da melhor maneira possível, com a maior transparência e



em forma de colegiado, e passa por todos os comitês da PETROS. E um ponto importante: os trabalhadores da PETROS têm um fundo de pensão na PETROS, o fundo de pensão deles. Então, eles são os grandes fiscais, porque é o dinheiro deles que é aplicado lá, são eles que compõem os fundos, os comitês.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Bom, aqui para encaminhar para o encerramento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre a PETROS, V.Exa. já concluiu as perguntas ou tem mais?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, eu vou pular algumas aqui, porque senão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, só sobre a PETROS, só para...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - PETROS não, sobre a Sete Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre a Sete Brasil, para aproveitar a carona aqui do Relator, ela é um investimento tão extraordinário. É do conhecimento de V.Sa. que o Presidente do Conselho Administrativo da Sete Brasil era o ex-Diretor de Investimento da PETROS, o Newton Carneiro da Cunha?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Sim, e o Diretor atual, Presidente, é da PETROS também. O Presidente do Conselho atual é da PETROS. Se o senhor me permite explicar por que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Gostaria.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Quando nós assumimos... É o olhar do dono, é o olhar do dono...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Imagina se não tivesse!

O SR. HENRIQUE JÄGER - Quando nós assumimos a Diretoria da PETROS e nós fizemos essa conversa lá dentro, nós traçamos uma estratégia em relação à Sete que está se mostrando um sucesso. Primeiro, ratificamos a decisão da companhia de contratar a Kroll, a KPMG e uma outra instituição americana, para fazer um pente fino em todos os contratos da companhia. Esse pente fino foi feito, essa auditoria foi feita, e não foi encontrada nenhuma materialidade nos contratos, nada que fugisse à média do mercado. Segundo, bom, os senhores sabem mais do que eu...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sabemos não.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Os ex-diretores foram acionados por diversos motivos. Então, qual foi a decisão que nós tomamos lá? E o Presidente do Conselho foi fundamental nisso. Vamos processar os ex-diretores. Terceiro, como eu boto essa companhia em pé? Esse é o maior desafio. Na sexta-feira, eu participei de uma reunião em São Paulo que discutiu exatamente isso, onde nós fechamos o termo do contrato da PETROBRAS, para fazer essa companhia funcionar. Nós temos que fazer. Vamos fechar o contrato. A partir do momento em que fechou o contrato com a Sondas, aí é outra história, é outra...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual foi o valor investido lá da PETROS na Sete Brasil?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Se eu não estou enganado, foram 1,7 bilhões, e que, por conta da crise que a companhia vem sofrendo, hoje em dia está em 1,3 bilhões. Mas, volto a repetir, esse é um investimento em que nós ainda acreditamos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ela está sendo reestruturada, até tem uma notícia agora do final do mês, 28 de agosto.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor tem conhecimento dessa reestruturação?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não. Eu estava na reunião em São Paulo que decidiu pelo fechamento dos termos do contrato entre a PETROBRAS e a Sete. Bom, isso ainda está em processo, mas nós fizemos uma reunião, isso foi amplamente divulgado na imprensa. Discutimos os termos desse acordo para fazer a empresa respirar. Porque, contrato assinado, definida a situação, aí você vai ao mercado, capta. Aí muda toda a estratégia.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, para encerrar — e vou encerrar com esse tema da Sete Brasil —, eu teria mais algumas perguntas, mas me reservo para, durante a oitiva da testemunha, colocá-las.

O senhor conhece o Sr. Pedro Barusco, o Sr. Alberto Youssef, o Sr. João Vaccari e o Duque, ex-Diretor da PETROBRAS?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nenhum deles?



O SR. HENRIQUE JÄGER - Tive uma reunião com o Sr. Renato Duque em 2002, eu assessorando o Movimento Sindical. Fui numa reunião de trabalho com ele. Foi a única vez na minha vida. Com o Sr. João Vaccari, tive uma reunião no ano de 2001. Eu, como assessor do DIEESE, técnico do DIEESE, participei de uma reunião com ele. Esses outros dois senhores eu não consigo nem reconhecer.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor falou: “(...) *pelo movimento sindical*”. Agora, definitivamente, para encerrar: qual é a influência do movimento sindical dentro da escolha dos diretores da PETROS? Você tem notícia sobre isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Na minha trajetória, a maior parte da minha vida passei no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE, que é um instituto de pesquisa, assessoria e negociação, criado pelo movimento sindical para assessorar o movimento sindical. Os Diretores da PETROS são indicados pela PETROBRAS. Eu fui indicado pela patrocinadora, e os demais diretores também foram indicados pela patrocinadora.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Quer dizer que, na sua visão, não há nada de extraordinário o Pedro Barusco ter saído da PETROBRAS, que era o Gerente de Infraestrutura e Engenharia, e o Nilton Carneiro da Cunha, que era o Diretor de Investimentos da PETROS? Saiu um da PETROBRAS, sai um da PETROS e vão formar a Sete Brasil, que está na Lava-Jato...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Desculpa-me, Sr. Presidente. Perdão por interrompê-lo. Não foi minha intenção. Ele não saiu da PETROS. Ele era Diretor de Investimentos da PETROS e continuou como Diretor de Investimentos da PETROS.

Ele era o responsável pelo Conselho de Administração. Era uma reunião mensal, uma reunião por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele era o Presidente do Conselho de Administração da Sete Brasil.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Qual o papel do Conselho de Administração?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E como Diretor de Investimentos da PETROS... Só para confirmar a informação. Estou perguntando,



não estou afirmando. Ele era o Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Investimentos da PETROS. E a PETROS realizou um investimento de 1,7 bi.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Já tinha realizado investimento quando ele foi para o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Com a palavra o Sub-Relator, Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Boa tarde a todos, Presidente, Relator, Dr. Henrique. Eu gostaria que o senhor anotasse as questões, que farei em bloco. Depois, o senhor pode responder de uma forma agregada.

Primeiro, é de chamar a atenção que os Presidentes da PETROS não tenham tido uma grande longevidade. O último ficou só um ano. Já teve também, em 2009, um Presidente que ficou só um ano. A que o senhor atribui isso? A queda do seu antecessor, Dr. Carlos Fernando Costa, teve a ver com problemas de governança, de gestão; teve a ver com Lava-Jato? O senhor acha que toda essa preocupação com a boa governança, esses ritos, pela percepção que o senhor tem nesses seis meses, eram observados em todos os investimentos ou algumas etapas eram “bypassadas”, algumas instâncias desses cuidados? Inclusive, a atual diretoria parece que está se esmerando em sofisticar os controles, blindar melhor a avaliação de risco e as opções de investimento. Então eu gostaria de saber quantos diretores permaneceram da diretoria anterior e a que o senhor atribui essa baixa longevidade. É fato atípico, num fundo de pensão, um presidente ficar exclusivamente um ano. E se o senhor tem conhecimento — até porque foi fartamente divulgado na imprensa a citação em delações premiadas da Lava-Jato — de existência de propina para Diretores da PETROS em relação a alguns investimentos que provavelmente furaram as boas normas de governança.

Em segundo lugar, gostaria de solicitar que o senhor nos enviasse... Qual é o parâmetro de remuneração dos Diretores da PETROS? Gostaria que o senhor pudesse falar, mas que também mandasse para a Comissão os salários, as remunerações de Conselho para os diretores e representantes e se há a prática de bonificação anual por resultados.



Quem é o diretor responsável pela aplicação nos últimos anos e na atual gestão, nos termos da Lei Complementar nº 108, de 1979? E faço essa pergunta porque há um diretor que se responsabiliza pelas aplicações.

Houve, nos últimos anos, recursos de decisões ao Conselho Deliberativo, como está previsto na legislação, recurso de decisões da Diretoria Executiva?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Perdão, Deputado, poderia repetir essa última?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Houve, ao longo dos últimos anos, recursos, como previsto na legislação, nas leis complementares que regem os fundos, questionamentos de decisões da Diretoria Executiva? Houve recurso ao Conselho Deliberativo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - “Do” Conselho Deliberativo ou “ao” Conselho deliberativo?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - “Ao” Conselho Deliberativo, à instância. A alguma decisão da Diretoria Executiva houve, conforme a legislação prevê, questionamento e recurso ao Conselho Deliberativo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Exato. É isso o que prevê... Diretores e a Previ, que foram... Quanto às sanções, processos advindos da PREVIC, do Ministério Público, ações ajuizadas por má gestão e por algum tipo de distorção detectada — e o Relator já questionou também — eu gostaria que o senhor, por estar sob juramento, anotasse alguns nomes, para sabermos se houve algum contato, nos últimos anos, por e-mail, telefone, contato pessoal, com os seguintes atores: Alberto Youssef, Vaccari, o ex-Ministro Gushiken, o ex-Ministro José Dirceu — do Renato Duque, o senhor já falou —, Pedro Barusco, Milton Pascowitch e Humberto Pires Lima.

E aí, eu gostaria de fazer uma bateria, saindo do geral para o particular, porque há uma preocupação, pois todos os gestores vêm aqui e falam de boas regras de governança, de blindagem do processo de decisão, da natureza colegiada, mas, quando vamos para a microeconomia, para as opções concretas, alguma coisa chama a atenção, e são diques que temos de proteger, porque o desempenho dos fundos não está sendo o melhor dos mundos.



Eu queria entender no processo de avaliação no passado — embora o senhor só esteja lá há 6 meses — como a PETROS, que é responsável por um patrimônio de 70 bilhões de investimento, maior que o Orçamento previsto para investimento no OGU deste ano, como ela vai investir em cédulas de crédito bancário de uma indústria, a Indústria de Metais Vale, em Barra Mansa, que, agora, na Lava-Jato, descobre-se envolvimento do ex-Deputado Pedro Corrêa e do próprio Youssef, intermediado por seus advogados? Isso já está na delação premiada. Como uma instituição do porte da PETROS vai se aventurar a isso com tanta *blue chip* no mercado? Por que vai procurar lá uma cédula de crédito bancário da Indústria de Metais Vale, que era uma empresa falida, que o Youssef e o Pedro Corrêa tentaram alavancar?

Quanto à Galileu Educacional, já era tido no mercado que a Gama Filho, a universidade, passava por graves dificuldades. Isso era conhecido no Ministério da Educação, na imprensa e tal. Como a PETROS e a POSTALIS... Houve uma coordenação de decisão? Porque uma coisa é investir na Vale, que mais dia ou menos dia, vai ser recuperado; ou investir na Embraer; na própria PETROBRAS, que está abalada agora, mas vai se recuperar; outra coisa é procurar o Fundo do Grupo Galileu Educacional, para pegar instituições educacionais em graves problemas. E não é pouco dinheiro, são 700 milhões de reais dos fundos de pensão — não da PETROS sozinha, mas somando a participação da POSTALIS.

Outra que chama a atenção é a Usina Canabrava, que também não é uma *blue chip*, aliás, ela nem existia, pois se tratava de um empresário sem nenhuma tradição no mercado. Além disso, o açúcar e o álcool estavam em uma péssima conjuntura em 2010, 2011, 2012. Como que a PETROS e a POSTALIS, coordenadamente, optam por investir 305 milhões de um projeto total de 700 milhões? Com tanto filtro de governança, com tanta avaliação de risco, com tantas camadas de decisão, como é que se vai parar na Galileu, na Indústria Metais do Vale, na Usina Canabrava e no BVA, que é um banco de segunda linha que seduziu os fundos de pensão, não foi só a PETROS. A PETROS tem garantias. Tomara que vocês recuperem o investimento, porque a fama do BVA é de que aquele banco calçava pouco as suas garantias, as suas práticas de mercado.



Mas a PETROS vai desde esses investimentos questionáveis e um tanto exóticos como também a Belo Monte e à própria Sete Brasil.

Eu acho que se tem que ter cuidado. A Sete Brasil vinha dentro da perspectiva do eldorado do pré-sal. Mas é uma questão tecnológica, uma coisa nova, de êxito questionável, tanto é que agora está com problemas econômicos sérios o pré-sal, que só se viabiliza a partir de 70 dólares o barril. E a tecnologia é nova. Como arriscar 1 bilhão e 700 milhões para entrar numa aventura?

E, depois, quais providências foram tomadas — algumas já foram faladas — quando a Sete Brasil apareceu na Lava-Jato? Já está comprovado em delações e nos inquéritos que a Sete Brasil, tendo fundos de pensão e estatais presentes na sua composição acionária, pagou propina. Há um processo de reestruturação — eu estou acompanhando, tomara que dê certo —, mas eu queria saber como é que isso passou por esses filtros todos.

A própria Belo Monte tem um sentido estratégico para o Brasil, mas a rentabilidade desse investimento — eu acompanho isso há muitos anos — sempre foi questionada. Há vários problemas ambientais. Como é que, de repente, um fundo se associa a grandes empreiteiras e aporta uma enorme quantia. Não seria melhor apostar em operações mais seguras?

Por enquanto, são essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exatamente no seu tempo de 10 minutos, Deputado Marcus Pestana. Agradeço a objetividade.

Concedo a palavra ao Dr. Henrique.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Depois, eu ganho um bônus, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na próxima sessão.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu vou ter quanto tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O tempo? Esperamos que, dentro de 3 minutos, você consiga responder a todos os questionamentos.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Vou me esmerar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas a Mesa pede a objetividade necessária.



O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado Marcus Pestana, primeiro, com relação à longevidade dos Presidentes da PETROS, na verdade, eu não tenho o histórico; mas, dos três últimos, o Wagner Pinheiro ficou durante 8 anos. O Wagner Pinheiro saiu, entrou o Luis Carlos Afonso, que ficou por 3 anos ou 4 anos. Não houve um interregno aí. Foram só três Presidentes de 2003 para cá: o Wagner pinheiro, o Luis Carlos Afonso e, agora, o Carlos Costa, que ficou 1 ano. Eu não tenho os elementos sobre por que a patrocinadora decidiu trocar o Sr. Luis Carlos pelo Sr. Carlos Costa. Então, não tenho o que comentar aqui. Mas foi isso: 8 anos, o primeiro; o segundo, 4 anos; e o último, 1 ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas V.Sa. tem conhecimento das especulações que surgiram na mídia? É importante, porque V.Sa. o sucedeu, sabe das especulações. Tratando como especulações, V.Sa. tem conhecimento delas?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não. Em relação à...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em relação à sucessão, ao que ocorreu com seu antecessor.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Quanto à sucessão ou sobre por que ele saiu, confesso que eu não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E quanto à denúncia de propina?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Quanto à denúncia de propina, a PETROS até hoje não tem nenhuma notificação. Quando da demonstração do balanço de 2014, um dos motivos do atraso na demonstração foi que a ABDO arguiu à PETROS se tinha alguma notificação da Polícia Federal. Nós comunicamos à ABDO que não tínhamos nenhuma. Fomos à Polícia Federal e fomos informados que tem uma investigação, mas nos foi informado de forma genérica. A PETROS nunca foi notificada em relação a nenhuma das matérias que saíram nos jornais, sobre se teve propina, se não teve propina. Mas a PETROS nunca foi oficialmente notificada. Deixa eu tentar responder aqui as demais perguntas. Então, com relação ao Presidente, é isso: foram 8 anos, 4 anos e, o último, 1 ano. Eu, na minha apresentação, tentei mostrar que a preocupação com a governança não é... A grande revolução dos Fundos de Pensão se dá pela aprovação da Lei nº 108. Esta Casa aprovou a Lei nº 108 e a Lei nº 109. A partir dali, os fundos de pensão



passaram a por uma grande mudança, principalmente os grandes fundos, porque é caro, governança é uma coisa cara. A gente tem de ter clareza disso. Então, os grandes fundos passaram por uma reestruturação nas suas estruturas de governança. Se a gente for pegar — e eu fiz esse levantamento lá —, ao longo dos últimos dez anos, a PETROS aprovou mais de 70 normas de governança, sempre aprimorando, sempre aprendendo. Esse é um processo de aprendizado contínuo. O que nós estamos fazendo é continuar esse processo e refinar o processo, de acordo com as experiências múltiplas dos diretores que entraram. Então, há um processo de aperfeiçoamento que vem de 2001, 2002, 2003. Trata-se de um processo contínuo de aperfeiçoamento nas práticas de governança da PETROS. E aí, Deputados, as decisões na PETROS sempre foram tomadas por meio de colegiados e sempre passaram por etapas de análise da Casa, da governança, dos trabalhadores, dos comitês. Então, entrava uma proposta de investimento, ela era analisada pela gerência que entrou. Todas as propostas de investimento passavam pelo jurídico, que analisava todas as propostas de investimento. Todas elas passavam pela análise de um comitê e só depois é que iam para a Diretoria. Tendo recomendação de todas essas instâncias, as proposta iam para a Diretoria, para serem aprovadas ou não. Sempre se toma decisão de investimento com base em expectativas. Quando o Itaú e o Bradesco colocaram 4 bilhões no Grupo do Eike Batista, eu suponho que eles tinham expectativa. E ambos perderam. Cada um perdeu 4 bilhões de dólares. Em alguns investimentos, infelizmente, os resultados esperados não se mostram próximos àquilo que estava no início do investimento. Agora, tenho chamado a atenção — não é para tentar enganar — para a seguinte pergunta: os meus investimentos bateram a meta atuarial? A estratégia se mostrou bem sucedida, o que não significa que em um ou outro investimento a PETROS pode ter tido um resultado aquém da expectativa inicial. Com relação a notícias na imprensa, vou tratar disso quando for falar da Indústria de Metais do Vale. Acho que IMV é a notícia que saiu na imprensa. Eu acho que é importante esclarecer um ponto da fala do senhor. Quem é o Diretor responsável pelos investimentos? O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado — AETQ, que é o cargo a que o senhor se referiu, é o Diretor de Investimentos da PETROS. Ele é o responsável e é ele que responde pelos investimentos. As decisões não são tomadas por ele e nem



por mim — isso é importante —; elas são tomadas em colegiado. Se não for alçada da Diretoria, elas passam para o Conselho Deliberativo. Até onde eu sei, não há nenhuma decisão do Conselho Deliberativo questionando decisão tomada pela Diretoria. Não houve nenhum recurso do Conselho Deliberativo com relação a alguma decisão tomada pela Diretoria da PETROS em algum momento anterior. É a informação que eu tenho para passar para o senhor. Com relação às sanções da PREVIC, a PETROS tem atualmente oito processos administrativos da PREVIC, todos eles em andamento, em fase de recurso. Aliás, não são processos contra a PETROS, os autos são contra ex-Diretores da PETROS. Todos eles estão em fase de defesa. Os autuados — não sei se o termo é esse — estão recorrendo. Ainda estão na fase administrativa, não tem decisão. Trata-se de uma fase muito dinâmica, porque você apresenta a defesa, e ela pode ser levada ou não em consideração. Com relação aos nomes que o senhor falou, o Alberto Youssef não conheço. Quanto ao Vaccari, já falei para os senhores que estivemos em uma reunião antes, encontrei com ele em uma reunião em 2001, se não me falha a memória. No tocante ao José Dirceu, nunca participei de nenhuma reunião de trabalho com ele. Já fui em um comício com ele, eu o ouvi falando. Duque: eu já chamei... Eu tive reunião na PETROBRAS — também já declarei aqui na CPI —, mas foi reunião de trabalho. Nunca tratei de investimento, nunca tratei de nada. Tratei de demanda do movimento sindical, reivindicação atrelada a salário e, principalmente, número de trabalhadores efetivos, quantidade de trabalhadores por área de trabalho da PETROBRAS. Milton Pascowitch: também não conheço. Humberto: eu trabalhei com o Humberto. Humberto foi técnico do DIEESE nos anos 90. Então, eu trabalhava no DIEESE, meu contato com ele foi naquele momento lá. É um conhecido meu, mas por questões de trabalho ali da PETROS. Então, com relação aos nomes, é isso. Perdão, eu falei PETROS, mas Humberto é DIEESE. Trabalhei com ele no DIEESE. Processo de avaliação dos investimentos, eu chamei a atenção do senhor, é sempre colegiado, sempre decisões tomadas, sempre passa pelo Jurídico, sempre passando por diversas áreas da PETROS. IMV: IMV, Deputado, esse processo foi um aprendizado muito grande para a PETROS. Ele foi um processo... A fábrica... Quando a PETROS entrou, não existia fábrica. A PETROS financiou a construção da fábrica. Era uma fábrica de ferro-gusa a partir de sucata. A fábrica foi realizada



na planta da Siderúrgica Barra Mansa, que é uma planta do Grupo Votorantim, e o Grupo Votorantim tinha um contrato de compra de 100% da produção da planta. Então, foi o que motivou a PETROS a participar do evento: o Grupo Votorantim, porque o Grupo Votorantim deu a chancela, deixou que a planta fosse realizada na planta da... deixou que a fábrica fosse construída na planta da PETROS, perdão, da Siderúrgica Barra Mansa, que é do Grupo Votorantim, e não só isso como assinou um contrato de compra de 100% da produção de ferro gusa. Era uma tecnologia *greenfield*, uma tecnologia nova, que não se mostrou viável. Quando a planta deu a partida e deu o problema, o que a PETROS fez? Ela contratou a PWC — PriceWaterhouseCoopers para fazer uma auditoria e contratou um especialista em alto-forno — o que deu problema na planta foi o alto-forno — para analisar. Esse especialista fez uma série de modificações no projeto, adequações, e deu uma primeira partida e produziu ferro-gusa. Isso motivou a PETROS. Quando a planta foi funcionar plenamente, ela não funcionou. E aí o que a PETROS fez foi pedir o vencimento antecipado do investimento e está brigando na Justiça para receber. São importantes aqui os prazos. A decisão do investimento foi em março de... O processo tramitou na PETROS em 2004, e a decisão de investimento foi em março de 2003. Em março de 2003, a diretoria tomou a decisão de fazer o investimento e ficou esperando a documentação toda chegar para liberar o recurso só em março de 2006. Mas a decisão da Diretoria Executiva que aprovou é de março de 2005 e o processo tramitou em 2004, dentro da PETROS, dentro das áreas. Então, essas datas são importantes. Agora a PETROS não investiu numa empresa que estava falida, ela financiou a construção de uma fábrica que não funcionou, que tinha um contrato de venda de 100% da produção para o Grupo Votorantim. Com relação a Galileu: de fato, a Gama Filho estava com problemas, se estruturou, a Galileu — acho que o termo é manutenção — passou a ter a manutenção dos cursos, passou a ser a mantenedora. A Gama Filho tinha uma série de dívidas. Aí, a Galileu passou a ser a mantenedora da Gama Filho, passou a controlar os custos e estruturou uma SPE embaixo — Galileu SPE —, que fez uma captação não de 700 milhões, mas de 100 milhões. A PETROS colocou 25 milhões lá. Esse dinheiro não foi para Gama Filho, porque ele foi usado para pagar as dívidas que a Gama Filho tinha, principalmente com aluguel de *sites* para os cursos, aluguel de salas, de imóveis.



Desses 100 milhões captados por meio das debêntures, 30 milhões foram utilizados para capital de giro e 70 milhões foram utilizados para pagar dívidas da Gama Filho, mas ela já não era mais a gestora. O dinheiro não foi para a Gama Filho, foi para pagar os credores. Isso foi em 2011. Entre 2012 e 2014, até o dia em que teve a intervenção, a PETROS recebeu todas as parcelas. Ela aplicou 24 milhões e recebeu 13 milhões da aplicação. Quando o mercado... E aí esse contrato acabou sendo um problema para a SPE, para a Galileu, porque ele sufocou, porque era um contrato que tinha uma trava perfeita. Toda mensalidade do curso de Medicina ia para uma conta — uma *escrow account* — que era separada para garantir a operação. E isso — como era o principal curso da Gama Filho, era a menina... a moeda... a galinha dos ovos de ouro da Gama Filho — acabou, não da Gama Filho, perdão, porque ela já não era mais a administradora, mas da Galileu, isso acabou afetando a Galileu, mas nós tínhamos emprestado dinheiro, eles tinham pegado e tinham que pagar. Quando ficou claro para a PETROS? Porque esse dinheiro era pago ao final do ano. Ele ia sendo acumulado num conta e era pago no final do ano. Foi pago em 2012 e foi pago em 2013. Quando chegou em 2014 e ficou claro que a universidade não ia conseguir sobreviver, a PETROS pediu vencimento antecipado da conta antes de dezembro, que era a data do pagamento, e conseguiu receber 6 milhões. E nós estamos na Justiça brigando para receber o resto. Todos esses investimentos... O investimento em IMV, teve *rating* externo com nota BBB, que é uma nota *grade* investimento, risco baixíssimo; o da Galileu foi AA, risco baixíssimo. Da Canabrava, este eu não tenho os elementos aqui e vou ficar devendo para o senhor. A gente tem um fundo com eles. Estamos trabalhando para mudar o gestor do fundo. Estamos discutindo. Para mudar o gestor do fundo, temos que ter o apoio do controlador, do investidor. Ele tem 40%, mas nós temos mais que 40%. Mas não conseguimos mudar o gestor sem o voto dele. Estamos inclusive marcando uma reunião para discutir esse tema com ele, da mudança de gestor. Entendemos que o gestor tem problemas. Já mudamos o administrador do fundo. Então estamos trabalhando para rentabilizar. Nós estamos trabalhando para rentabilizar os recursos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Teve *rating*?



O SR. HENRIQUE JÄGER - Teve *rating*. Todas as operações tiveram *rating*, *rating* investimentos. Não tenha dúvida disso. BVA. Nós não colocamos dinheiros em BVAs — vou repetir isso aqui sempre. Foram em fundos administrados por BVA. Os fundos de investimentos multimercado foram rentáveis para a PETROS. Os FIDCs, ainda estamos com eles na praça. Estamos brigando para recuperar os recursos ali aplicados. Tivemos algumas operações intermediadas pelo BVA, mas nunca aplicamos dinheiro diretamente em BVA. Belo Monte. Este é um investimento rentável para a PETROS. A usina começa a produzir energia em novembro. A primeira turbina de Belo Monte entra em operação em novembro. A ideia é, mais lá na frente, se tudo der certo, é fazer um IPO, e a PETROS diluir a sua participação. É um investimento que coaduna com o perfil da PETROS, um investimento de longo prazo. Só um parêntese aqui. O senhor falou que nós temos para investir mais do que o orçamento. Na verdade, não tenho quase dinheiro nenhum, porque o patrimônio está todo investido.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Investido. É só um parâmetro para mostrar como...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu tenho clareza de que não é pouca coisa, é um patrimônio gigantesco. Mas o que eu tenho para investir é muito pequeno. Tenho que olhar com lupa o investimento. E a PETROS sempre olha com lupa. Com relação à Sete Brasil. Este é um investimento. Qual a conjuntura em que se deu a criação dessa empresa? O senhor mesmo chamou à atenção. O pré-sal descoberto... É a maior província de petróleo descoberta nos últimos 30 anos no mundo. Naquele momento, o barril do petróleo estava a 100 dólares, a indústria extremamente aquecida. Para os senhores terem uma ideia, para se alugar uma sonda, você entrava numa fila de 3 anos e as sondas não eram customizadas. Como o pré-sal, como o senhor mesmo chamou à atenção, exige uma tecnologia toda especial, porque, às vezes, você tem que furar a 7 mil metros de profundidade, sendo que 2 mil metros é a camada de sal, e o sal é uma camada muito maleável, instável, tem que ser uma sonda muito especial, e isso exigia customização das sondas. Então, eu teria que esperar 3 anos para alugar e ainda teria que customizar. Em função disso, tomou-se a decisão de criar essa empresa. Estava retomando a indústria naval no Brasil e aí a ideia era criar uma empresa de produção de sondas.



Nós estamos viabilizando essa empresa com esse contrato que deve ser assinado, pelo que tudo indica, esta semana. Esta é a nossa expectativa. A ideia é a seguinte, não vamos ficar só com as sondas da PETROBRAS. Vamos passar essa etapa e vamos ter uma empresa para, no futuro, produzir sondar para outras companhias, porque vai se criar uma expertise que só o Brasil tem. A PETROBRAS é a empresa que responde por 25% da produção de petróleo em águas profundas. Então esses foram os motivadores do processo. O que motivou a PETROS entrar era a rentabilidade e o cenário colocado naquele momento. Isto é um pouco da minha avaliação. Só um informe que tenho do meu Gerente Executivo da PETROS, que nesse momento estamos fazendo uma reunião com os nossos sócios do fundo do Canabrava para discutir exatamente a troca de gestor, que a gente entende que é um problema que o fundo tem nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Paulo Azi.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Agradeço ao Presidente. Quero cumprimentar o nobre Relator, Deputado Sergio Souza, e quero cumprimentar o depoente, Dr. Henrique, Presidente da PETROS.

Dr. Henrique, V.Sa., mesmo não tendo responsabilidade pela maioria dos fatos que esta CPI haverá de apurar, V.Sa. tem muito pouco tempo à frente da PETROS, mas a explanação de V.Sa. e todo o desenvolvimento da narrativa que V.Sa. traz a esta reunião é de solidariedade às diretorias a que V.Sa. sucede. V.Sa., em todo momento, de modo implícito, faz uma defesa das diretorias que o antecederam.

Eu gostaria, inicialmente, de saber de V.Sa., qual é o mandato da Diretoria Executiva da PETROS.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Anual, renovável a cada ano, quando da aprovação das demonstrações financeiras, balanço.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - E essa renovação pode se dar indefinidamente?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Então, o Diretor e o Diretor-Presidente têm mandato de 1 ano e esse mandato...



O SR. HENRIQUE JÄGER - Cabe ao Conselho Deliberativo, quando da aprovação das contas da PETROS, na reunião em que as contas vão ser aprovadas, decidir se reconduz ou não reconduz. Não tem no Estatuto da PETROS, nunca teve, nenhum prazo máximo de mandato.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Muito bem. V.Sa. assumiu a PETROS em março e é óbvio que V.Sa. tem acompanhado todas as denúncias que vêm ocorrendo na imprensa, principalmente do último ano para cá, com o possível envolvimento da PETROS na Operação Lava-Jato, inclusive a própria Operação já detectou negócios realizados pela PETROS no passado com empresas ligadas ao Sr. Alberto Youssef, como, por exemplo, a CSA Project Finance.

A pergunta que faço a V.Sa. é, quando V.Sa. assumiu a Diretoria dessa Fundação, se V.Sa. promoveu uma auditoria, se V.Sa. procurou se cercar e tomar conhecimento de tudo aquilo que ocorreu ao longo dos últimos tempos, principalmente daquilo que estava sendo veiculado na imprensa. V.Sa. apresentou uma série de providências tomadas no âmbito da governança que me parecem, inclusive, bastante louváveis, mas eu gostaria de saber de V.Sa. se, do ponto de vista prático das denúncias que haviam circulado na imprensa, especificamente com relação aos questionamentos levantados na Operação Lava-Jato, se V.Sa. tomou alguma providência com relação a auditorias, com relação a levantamentos em processos administrativos internos.

Nós temos conhecimento de que, logo depois que a ex-Presidente da PETROBRAS solicitou que fosse feita uma auditoria não só na PETROBRAS, como também na PETROS, isso causou internamente uma situação de tamanho constrangimento que fez com que alguns diretores inclusive pedissem demissão. E V.Sa. assume a Fundação em um momento crítico. A Fundação vem há 2 anos apresentando déficit. V.Sa. deu ali as justificativas. Além disso, a Fundação vem, durante 2 anos, tendo as suas contas rejeitadas pelo Conselho Fiscal e inclusive aprovadas pelo Conselho Deliberativo com voto de qualidade.

Então, eu gostaria de saber se V.Sa. se adentrou nessas questões, se V.Sa. procurou tomar conhecimento das anotações que fizeram com que, por 2 anos seguidos, o Conselho Fiscal da empresa recomendasse a rejeição das contas e o



Conselho Deliberativo tenha a aprovado pelo voto de qualidade. Isso significa que está longe da unanimidade a aprovação das contas desse Fundo de Pensão.

Por último, Dr. Henrique, eu gostaria também de questionar V.Sa. com relação às tratativas da PETROS com a Sete Brasil. Na semana passada, nós assistimos a uma reportagem da *Folha de S.Paulo* que dizia que a PETROBRAS estava colocando novas exigências à Sete Brasil, inclusive com a redução do número de sondas que deveriam ser contratadas, e que essas novas exigências iriam acarretar um prejuízo à empresa e, por conseguinte, àqueles que fazem parte do seu capital, da ordem de 600 a 800 milhões. Gostaria saber de V.Sa. se V.Sa. tem conhecimento disso. Como é que isso está sendo tratado pela PETROS? A PETROS cogita entrar inclusive na Justiça para resguardar os seus direitos e interesses em relação à PETROBRAS?

Para complementar, Dr. Henrique...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já se encerrou o seu tempo, portanto peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Vou encerrar, Sr. Presidente. É de conhecimento público que, ao longo dos anos, existia uma disputa feroz pelo comando da direção da PETROS. Durante muitos e muitos anos, essa Fundação foi controlada pelos petistas ligados ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, que controlava a maioria dos postos de comando da Fundação e tinha também uma disputa com aqueles ligados ao Sindicato dos Petroleiros.

O currículo de V.Sa. demonstra que V.Sa. é de um quadro que vem de fora. V.Sa. pertence ao Banco do Brasil, portanto não tem inclusive um histórico relacionado às questões do Fundo de Pensão. Mas V.Sa. tem uma ligação com o Sindicato dos Petroleiros. V.Sa., se não me engano, foi advogado por algum tempo, por alguns anos...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Do DIEESE.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Além do DIEESE, advogado, consultor político do Sindicato dos Petroleiros. Então, eu gostaria de saber de V.Sa. se nesse novo rearranjo que foi feito, com uma clara predominância atualmente dos diretores da PETROS, de pessoas ligadas ao Sindicato dos Petroleiros, se efetivamente, no momento em que se deu a decisão a indicação de V.Sa., se essa foi simplesmente



uma indicação que veio do Presidente da PETROBRAS, ou se foi uma articulação nessa briga que vem de muitos e muitos anos, de disputa de poder entre o Sindicato dos Petroleiros e o Sindicato dos Bancários de São Paulo, e que agora houve o êxito daquele que são ligados ao Sindicato dos Petroleiros com a indicação de V.Sa. e de outros diretores que compõem a Diretoria da PETROS.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Dr. Henrique.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Vou começar por essa última questão, Deputado, se o senhor me permite. Pelo Estatuto da PETROS, sempre no mínimo dois diretores têm que ser ligados à patrocinadora. Então, dois diretores sempre vão ser trabalhadores da PETROBRAS, a que o senhor está chamando aqui de petroleiros. Então, tanto nas diretorias anteriores... Isso, na década de 90, nos anos 2000, sempre, no mínimo, dois diretores eram ligados a patrocinadores, eram funcionários da principal patrocinadora, a PETROBRAS. Eu nunca fui consultor político. Como a Deputada esclareceu para o senhor, eu sou técnico do DIEESE. Trabalhei por 20 anos como economista do DIEESE em assessoria, formação e consultoria, e produção, pesquisa. Por conta desse meu trabalho no DIEESE, eu assessoriei sindicatos de bancários, de petroleiros, de metalúrgicos, os sindicatos como um todo. O DIEESE assessoria as categorias nas negociações, estuda as empresas e prepara os trabalhadores para os processos de negociação. Então, eu nunca fui assessor jurídico ou político de nenhum sindicato dos petroleiros. A minha inserção junto ao movimento sindical deu-se por meio dessa minha experiência profissional no DIEESE. Voltando para a primeira questão, Deputado Paulo Azi, com relação à denúncia envolvendo a PETROS na Lava-Jato, o que eu pude ler nos jornais se refere ao processo da IMV, que teria tido uma propina na IMV. Quando eu entrei, nós fizemos, sim. Criamos um grupo de trabalho que foi analisar todo o processo na IMV, inclusive com entrevistas das pessoas externas que estavam no comitê de investimento, que participaram, que eram da patrocinadora indicada pelos trabalhadores. E uma primeira pergunta que eu pedi que fosse feita por esse comitê era se aquelas pessoas foram pressionadas na decisão de aprovar o investimento, e todos falaram que não. Todos falaram que não foram pressionados na análise do



investimento da IMV. Avaliaram que aquele era um bom investimento. Por quê? Porque tinha um contrato de compra e venda de ferro-gusa. IMV é Indústria Metais do Vale, que é aquela indústria que foi construída dentro da Siderúrgica Barra Mansa, que é do Grupo Votorantim, e que tinha um contrato de compra de 100% da produção de ferro-gusa. O que fez a PETROS tomar a decisão de investir ali foi esse contrato de 100%. Então, V.Exa. perguntou: *“Tomou alguma medida?”* Tomei. Nós criamos um grupo de trabalho, e esse grupo de trabalho conversou com todas as pessoas envolvidas no processo que estavam na PETROS e aquelas fora da PETROS, e todos foram unânimes e falaram: *“Nós não fomos pressionados. O processo foi avaliado porque a gente avaliava como um bom projeto”*. Com relação ao Conselho Fiscal não aprovar as contas, é importante dizer que o Conselho Fiscal tem uma consultoria escolhida por eles, que é paga pela PETROS, que não recomenda. O Conselho Fiscal, perdão, o primeiro esclarecimento, Deputado, é que não cabe ao Conselho Fiscal aprovar ou não as contas, ele recomenda. Cabe ao Conselho Deliberativo aprovar. E essa consultoria do Conselho Fiscal não recomendou o não indicativo de aprovação, ela levantou algumas questões. A decisão de não aprovar foi dos membros do Conselho, e foram dois pontos que foram fundamentais nessa decisão. Primeiro, como eu mostrei para os senhores, a PETROS é uma entidade multipatrocinada e tem 47 planos. Esses planos, até 2010, contribuíam com recursos. Do dinheiro que vinha para os planos, dinheiro que entrava na PETROS, uma parcela era separada para fazer frente às despesas administrativas, aproximadamente 4% das contribuições que eram feitas. Isso era contabilizado num fundo único, o Fundo Administrativo para PETROS. Por uma decisão da PREVIC, do órgão regulatório, ela permitiu que os fundos contabilizassem esse programa geral, esse PGA, esse Fundo Administrativo, por plano. Quando a PETROS fez isso, alguns planos eram muito novos, principalmente aqueles planos dos Conselhos Regionais de Administração, FIESP, são planos que não têm muitos trabalhadores, que ainda estão crescendo. E, portanto, quando a gente ia olhar as despesas administrativas, as despesas administrativas eram maiores do que as receitas administrativas. E esse déficit, em alguns planos, na despesa administrativa, foi que fez com que o voto dos conselheiros do Conselho Fiscal, um dos motivos do voto do Conselho Fiscal ser contra. No entendimento do



Conselho Fiscal, esses planos têm que ser fechados, só que a legislação não permite fechar. Nós já conversamos isso com o Conselho Fiscal. Eu não tenho o poder, como Presidente da PETROS, de falar o seguinte: *“O seu plano deficitário vou fechar ou vou aumentar a contribuição para tanto”*. Eu não tenho esse poder. Para fazer isso, eu tenho que negociar com o instituidor ou com o patrocinador. Ele tem que aceitar, e eu tenho que ir à PREVIC e provar que eu negocie, porque pode ser que eu imponha ao plano, se eu tiver uma correlação de forças melhor para mim, aquele novo percentual de pagamento da despesa administrativa. Então, eu tenho que negociar, provar, e a PREVIC tem que aceitar, não existe decisão unilateral. Então, o argumento deles é: *“Eu estou reprovando porque os planos não estão equilibrados, e o dinheiro que está financiando a PETROS é o dinheiro da PETROBRAS, do Fundo da PETROBRAS, então, reprova”*. A PETROS tornou-se uma empresa multipatrocinada na década de 90, e o fomento do multipatrocínio se deu nos anos 2000. Mas eu não tenho como, unilateralmente, resolver esse problema, eu tenho que negociar, e é o que a nossa Diretoria está fazendo. Nós estamos negociando com a PREVIC e com os fundos que são deficitários para buscar o equilíbrio deles. Então, esse foi um dos motivos para reprovar, e nós mostramos para eles. Pedimos parecer externo, contratamos escritório, mostramos para o Conselho Fiscal: *“Olhe, tem uma negociação em andamento, nós estamos trabalhando, não temos como fazer como os senhores querem, que é fechar todos esses planos. Do ponto de vista social, imagine o que vai acontecer se eu fechar todos esses planos, com aquelas pessoas que colocaram dinheiro ali, que tinham uma expectativa de se aposentar no futuro”*. Isso tudo foi dito para o Conselho Fiscal, mas eles continuaram dando aquele voto. E outro ponto também que foi decisivo na votação do Conselho Fiscal foi aquele Fundo Previdenciário de 3 bilhões, que foi criado, que eles entendem que isso deve ser pago pela PETROBRAS, no mínimo a metade que a PETROS tem que cobrar. Só que os senhores aprovaram aqui nesta Casa a Emenda Constitucional nº 20 e a Lei nº 108. E Lei nº 108 fala o seguinte: para cada real que a patrocinadora coloca, os trabalhadores têm que colocar 1 real. Eles entendem que não, que eu tenho que ir à PETROBRAS e cobrar 1 bilhão e meio desse Fundo de 3 bilhões. Então, o que nós fizemos? Diante desse voto do Conselho Fiscal, solicitei ao meu Departamento



Jurídico uma análise, e nós vamos entrar com a PETROBRAS numa negociação. Agora, eu tenho clareza que o arcabouço jurídico que esta Casa aqui contribuiu para fortalecer o setor não é uma negociação simples, é uma interpretação que os membros do Conselho Fiscal têm. A patrocinadora tem outra: *“Não, eu só vou colocar dinheiro em igual quantidade que os trabalhadores”*. Esse é o embate que está colocado, e é isso que motivou o voto do Conselho Fiscal. Então, tenho muita segurança, estou conversando com a PREVIC, estou conversando com a PETROBRAS. Fui lá, expliquei pra eles isso também, mas eles entenderam que tinha que ser esse voto e deram esse voto. Respeito, é uma entidade importante na governança da PETROS. Qual a estratégia que eu adotei? Pedi para o meu Departamento Jurídico analisar, e ele está analisando. E nós vamos, a partir do resultado da análise, tomar as medidas cabíveis. Mas não é um cenário tão simples como o Conselho Fiscal assim entende, nem com relação ao equilíbrio dos planos, nem com relação a essa negociação da PETROBRAS. PETROS *versus* Sete. Nós estamos, Deputado, colocando a empresa em pé. Esse é o desafio. Qual o cenário que estava colocado? A empresa estava numa situação muito delicada. Então, nós chegamos lá — e acho que vale a pena resgatar aqui —, bom, o que nós vamos fazer?

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - E quantos por cento lá na...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Se não me falha a memória, 10%, 17%, perdão, 17%; BTG tem, se não me falha a memória, 27%; BRADESCO, tem 10%; PETROS, 10%; FUNCEF, 10%; PETROBRAS tem 5% desse fundo e mais 5% da empresa. Esses são os principais sócios. Nós somos na companhia... E o Citibank também tem, mas é uma participação pequena, a PREVI também tem uma participação pequena. Mas nós somos de uma companhia ilustre, do BRADESCO, do BTG, do Santander, que estão lá dentro e investiram nesse projeto. Avaliaram que esse projeto é um projeto viável. Então, estão todos trabalhando neste momento para botar a empresa de pé. O que tem que fazer neste momento? Assinar o contrato com a PETROBRAS. Aí, está materializado, está materializada a companhia. É esse o desafio que está colocado agora. Acho que com isso eu respondi todas as perguntas.

Sr. Presidente, eu posso ir ao banheiro por 1 minuto? Um minutinho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode, sim, naturalmente. Tem 3 minutos de suspensão para você pensar direito sobre essa Sete Brasil.

São 3 minutos de suspensão. Voltamos assim que o Dr. Henrique retornar.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)* Não está presente.

Com a palavra o Deputado Heitor Schuch. *(Pausa.)* Também não está presente.

Deputado Rocha, com a palavra, por 3 minutos.

Agora vai começar a lista de inscrição, Dr. Henrique. Eu tenho uma série de questionamentos aqui, mas, por respeito ao Plenário, vou esperar esgotar as perguntas do Plenário. Caso elas não tragam algum dos temas elencados, no final eu procurarei alguns esclarecimentos de V.Sa.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, sou um dos autores do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado, aqui não consta seu nome no requerimento, mas V.Exa. tem a palavra. A Mesa será tolerante.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, quero iniciar saudando a todos, o depoente, o Sr. Henrique Jäger, e quero lembrar que V.Sa. está sob compromisso. E, nos depoimentos que nós ouvimos aqui na CPI, algumas constatações, eu não pude deixar de tirar. A primeira constatação que fica evidente é que se criou uma casta de pessoas ligadas ao PT, filiadas, coligadas que recebem, por mês, mais de 100 mil reais para participar dos fundos e dos conselhos de entidades e empresas de que esses fundos fazem parte. V.Sa. é uma dessas pessoas que faz parte dessa casta seleta.

Outra constatação que fica evidente é a convergência dos investimentos dos fundos de pensão para empresas, para investimentos, que, na melhor das hipóteses, são suspeitas — na melhor das hipóteses. Empresas falidas, empresas que estão em dificuldades financeiras, empresas em que o bom senso recomendaria o não investimento.

Outra constatação a que se chega é que todos os depoentes que vieram aqui, que dirigem esses fundos de pensão, pelo menos até agora, apresentam um cenário



muito diferente daquilo que a mídia, que a imprensa e que os próprios participantes enxergam. Também a outra constatação é que esses fundos geridos por petistas causaram prejuízos aos participantes.

Eu queria me ater aqui a algumas perguntas. Primeiro, se V.Sa. conhece o Sr. Ricardo Berzoini, atual Ministro das Comunicações, desde quando, se já trabalhou com ele, onde e quando; se conhece o Presidente dos Correios, o Sr. Wagner Pinheiro, desde quando, se já atuou em outras empresas de fundos de pensão junto com o Sr. Wagner Pinheiro; se o senhor conhece o Sr. José Sérgio Gabrielli. Caso o conheça, qual a sua relação com ele? Quem o apresentou a ele? Queria saber também do senhor se V.Sa. já trabalhou em algum outro fundo de pensão, se já prestou o seu serviço em algum outro fundo de pensão, aberto ou fechado, se já atuou. Em quais períodos? Quem convidou e quem designou ou nomeou? Como foi o desempenho desse Fundo de Pensão, caso V.Sa. tenha participado nesse período? Já recebeu alguma penalidade administrativa por sua atuação em fundos de pensão e determinou a instauração de sindicâncias ou de processos administrativos visando à apuração de fatos e responsabilidade da gestão anterior?

Foi noticiado que os aposentados e os funcionários da PETROBRAS correm o risco de ter que fazer contribuições extras para cobrir os prejuízos da Fundação a partir de 2017. É o que indica um relatório elaborado por dois conselhos independentes da PETROS, com base nos dados de 2014.

Aí, eu queria saber de V.Sa.: quais as providências tomadas por V.Sa., uma vez que registrou déficit técnico pelo segundo ano consecutivo, atingindo um prejuízo de 6,2 bilhões? Qual é a origem desse déficit? V.Sa. já até andou falando de algumas situações. E a PREVI tem conhecimento do mesmo? Quem é o atuário responsável pelos cálculos atuariais da massa de segurados? Pela legislação do setor de previdência privada complementar, quando o plano tem déficit acima de 10% das previsões matemáticas ou perda por 3 anos consecutivos, a administração do plano tem 1 ano para formular um plano para que os funcionários e a patrocinadora cubram as perdas. Quais as providências tomadas por V.Sa. para a adequação dos planos de benefícios, caso ele tenha prejuízo pelo terceiro ano consecutivo?

Sr. Presidente, só mais uma pergunta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, Deputado. O seu tempo se esgota.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Caso tenha investimentos, em quanto montam os prejuízos causados à PETROS pelo BNY Mellon? E o que foi feito para ressarcir esses prejuízos, caso a PETROS tenha aplicação nos fundos administrados pela BNY Mellon?

Eram essas as perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado.

Com objetividade, por favor, Dr. Henrique Jäger, nas respostas.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado Rocha, com relação ao prejuízo dos participantes, não tem prejuízo. A PETROS está, pelo segundo ano consecutivo, com déficit. Não atingiu 10%. Se, ao longo deste ano, essa situação não for revertida, dada a legislação atual, art. 21 da Lei nº 108, ou 109 — é 108, não é? —, nós temos que fazer um plano de custeio para esse déficit. Na minha apresentação, eu fiz questão de trazer um debate, porque penso que os senhores são capacitados e devem fazer esse debate de plano de contingência por 3 anos consecutivos de déficit *versus* solvência. A gente pode estar chamando os aposentados a contribuírem neste momento por conta de questões conjunturais. A gente sabe da situação da economia. Citei aos senhores dois exemplos: primeiro, a precificação dos títulos públicos, que impactou no resultado da PETROS; e, segundo, Vale do Rio Doce, por conta da queda do minério. Só na Vale do Rio Doce, o impacto é de 2 bilhões. Então, são situações conjunturais. O Deputado Marcus Pestana, ele mesmo me chamou a atenção. A Vale é um bom investimento. É um bom investimento, e vai voltar a ser. O preço do minério vai voltar a subir. Mas, por conta disso, os aposentados da PETROS podem ter que ser chamados, do Plano PPSP, a contribuir, porque é um fator conjuntural. Então, eu penso que...

O SR. DEPUTADO ROCHA - A outra questão não é essa.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Qual outra questão? A dos 3 bilhões. Essa tem que ser discutida, Deputado. Mas essa, o Conselho Fiscal apontou, e nós da Diretoria estamos tomando a decisão de conversar com a PETROBRAS. Agora, tem uma lei que fala o seguinte: para pagar, tem que ser meio a meio. No entendimento de petroleiros, não. Quem tem que pagar é a PETROBRAS e uma parcela dos



petroleiros. É isso que está em disputa no Conselho Fiscal. Nós não estamos nem tomando a posição da patrocinadora nem a posição dos petroleiros. Nós vamos participar desse processo de negociação para resolver o problema da PETROS. Se for resolvido da melhor maneira, não tendo que o aposentado pagar, o.k. Nós não sabemos como vamos fazer. Vamos começar uma negociação. Mas, então, não tem prejuízo, a PETROS não teve prejuízo. Ela tem um déficit atuarial, que é aquele cálculo que eu expliquei para os senhores. Eu pego todas as minhas obrigações que eu tenho que fazer, até o último aposentado morrer, e trago ao valor presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dois anos de déficit. Não é isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Dois anos de déficit. Quando eu faço isso, eu comparo com o meu patrimônio. Se ele for menor, eu tenho um déficit. Então, neste momento, eu tenho um déficit. Quais foram os impactos desse déficit? Em 2013, fortemente, Bolsa de Valores e títulos públicos; 2014, o desempenho na Bolsa de Valores bateu muito forte na PETROS. Agora, eu tinha uma gordura. Era para o buraco ser muito maior. Essa gordura que eu tinha era por conta dos meus investimentos que apresentaram, ao longo dos anos 2000, um resultado maior do que a minha meta atuarial. Mas essa gordura foi comida pelo fundo previdenciário, pelas provisões que eu fiz para fazer frente às ações judiciais, pela redução da Vale do Rio Doce. Esses são os principais fatores. Tiveram outros? Tiveram. Alguns investimentos não performaram como eu tinha expectativa, como a PETROS tinha expectativa. Mas não foram esses os problemas que levaram a ter o déficit. É isso o que eu estou trazendo aqui para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como é que está o resultado parcial de 2015? Já estamos no mês 9. É de superávit ou de déficit a perspectiva?

O SR. HENRIQUE JÄGER - A perspectiva, mantida a situação atual, é que a gente caminhe para o terceiro ano. Agora, nós estamos trabalhando para reverter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E quanto é o déficit hoje, parcial?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado, eu não tenho essa informação, para que eu possa passar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É bom, porque...



O SR. HENRIQUE JÄGER - Como a gente atrasou muitas demonstrações financeiras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A FUNCEF tem... A PETROS não tem. A FUNCEF nos deu na passada...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Por que eu estou dizendo que nós não temos? Nós atrasamos muito... Quando a gente entrou, eu tomei posse no dia 2 de março, a nova Diretoria tomou posse no dia 2 de março. As demonstrações que foram fechadas são relativas a 31/12/2014. A gente olhou e disse: *“Olha, vamos olhar com muito carinho para esses números. Eu vou assinar esses números. Nós vamos assinar esse balanço.”* A primeira preocupação foi a seguinte: *“Vamos olhar com muito carinho para esses números”*. O Conselho Fiscal também olhou com muito carinho, ficou 1 mês e meio para dar o parecer dele. Então, a gente está agora... Bom, agora, vamos começar para o ano. Já estávamos olhando do ponto de vista de investimento, mas vamos começar a trazer os números deste ano. Mas eu diria que a situação não está muito diferente do que estava no final do ano passado não. Ou seja, nós estamos atuando para reverter, mas é um grande desafio. Esse é um grande desafio. Tem mais algumas perguntas, não sei se quer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem. Pode prosseguir na matéria. Foi só para aproveitar essa parte do (*ininteligível*).

O SR. HENRIQUE JÄGER - Então, com relação aos nomes, Ricardo Berzoini. Como eu já disse para o senhor, eu trabalhei no DIEESE. Ricardo Berzoini foi Presidente da Confederação Nacional dos Bancários. Como técnico do DIEESE, eu tive oportunidade de assessorá-lo em algumas campanhas salariais nos anos 2000. Perdão, nos anos 2000 não, nos anos 90! Mas não tive... Eu ia lá para uma negociação, para uma reunião. Wagner Pinheiro. Este eu conheço. Tive algumas reuniões de trabalho com ele, mas também de trabalho, por quê? Porque eu assessorava algumas reuniões da categoria petroleiros, ele era Presidente da PETROS. Então, nós tivemos algumas reuniões. José Sérgio Gabrielli, a mesma coisa. Algumas reuniões a PETROS fez... Os petroleiros fizeram com o Presidente da PETROBRAS, e eu o assessoriei. Nunca tive nenhum outro contato com ele. Sempre discutindo interesses, a pauta dos petroleiros.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele exerce algum cargo em nome da PETROS ainda?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conselheiro de Administração da Empresa?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas exerceu?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Ele, enquanto Presidente da PETROBRAS, ele era indicado para o Conselho da Itaúsa. Enquanto Presidente da PETROBRAS... Depois que ele saiu, terminou o seu mandato, ele não foi renovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Terminou quando? O senhor sabe informar?

O SR. HENRIQUE JÄGER - O mandato dele terminou agora em...O mandato dele na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Itaúsa...

O SR. HENRIQUE JÄGER - ...Itaúsa terminou agora no dia 31 de março. Não sei qual foi a data da assembleia. O mandato foi até a data da assembleia que troca o Conselho. Então, quando nós entramos, ele ainda era conselheiro, depois ele saiu. Perdão. *“Já trabalhou em outro Fundo de Pensão ou não?”* Deputado, nunca trabalhei em outro fundo de pensão. A minha experiência é uma experiência... A minha trajetória eu passei um pouco para os senhores. Recente, é o Banco do Brasil, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Comitê de Remuneração. Eu não tenho experiência anterior em fundo de pensão. Nunca recebi nenhuma penalidade. Com relação à sindicância em gestões anteriores, oficialmente, nenhuma denúncia chegou à PETROS — nenhuma denúncia, oficialmente, chegou à PETROS, a não ser por jornal. Uma delas, que chegou por jornal, nós tomamos a decisão de fazer uma averiguação interna, que foi a do IMV. Nós fizemos e chegamos à conclusão de que, do ponto de vista da PETROS, não tem nada que aponte para nada do que apareceu na imprensa. Conversamos com todas as pessoas envolvidas, inclusive pessoas de fora da PETROS, que eram indicadas pela PETROBRAS ou pelos participantes. Todos eles falaram: *“Não, nós analisamos o processo, tivemos total autonomia, não fomos pressionados”*. Então, esses fatores



deixaram... *“Bom, estamos seguros dentro da PETROS”*. Com relação ao que foi fora da PETROS, eu não tenho como responder. Tem mais algumas questões aqui, deixe-me ver para o senhor, que foram várias as questões. Da questão do prejuízo nós já conversamos; procedimentos tomados, já conversamos; origem do déficit já destaquei aqui, volto a repetir, vários são os fatores que contribuíram para o déficit. O comportamento da economia tem afetado sobremaneira a PETROS nos últimos 2 anos. A PETROS não tem investimento nenhum no exterior, nunca aplicou recursos no exterior. Aí já falo com relação ao BNY Mellon Nós não temos prejuízo nenhum com o BNY Mellon. Nunca foi gestor... Eu acho que tem um fundo que eles são gestores, mas “performa” bem, mas nunca terceirizamos a gestão de todos os nossos investimentos para eles. Quase não operamos com eles. *“Quem é o atuário?”* Esse é outro debate importante, que eu acho assim. A PETROS é um Fundo multipatrocinado, Presidente, regido pela PREVIC. Eu tenho Planos de Contribuição Definida, que são muito semelhantes aos planos que têm nos bancos, aqueles PGBLs, que são planos que as pessoas acumulam dinheiro, colocam dinheiro lá, são planos instituídos. Só que eu tenho muito mais exigências do que os planos de previdência aberta. Eu tenho que ter atuário para cada um dos 47 planos. Eu tenho que contratar... Por isso, que eu falei que é caro fazer gestão de previdência complementar, fechada... Eu tenho vários atuários lá, terceirizados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não são da PETROS. Tem atuário da PETROS, mas terceirizado. Então, esse é um debate importante.

A regulação da previdência aberta não é PREVIC, é SUSEP. É muito mais simples do que a regulação da previdência complementar, mas tem muitas similitudes, não nos Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. Mas, nos Planos de Contribuição Definida, em que eu vou receber em função do que eu contribuí, eles são muito parecidos. Mas o custo administrativo que eu tenho é dez vezes maior do que o custo que um banco tem. É um debate também sobre o qual acho que é interessante esta Casa refletir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Encerrou?

O SR. HENRIQUE JÄGER - No caso atual, quem é do principal plano nosso, que é o PPSP, é uma instituição chamada Mirador, que foi contratada no ano



passado. A gente fez uma tomada de preços, e ela ganhou, foi a que apresentou a menor proposta de preços. Bom, eu acho que eu respondi todas, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O.k.

Antes de passar para o próximo, Dr. Henrique, eu tenho só uma pergunta. Esse caso da Itaúsa é muito emblemático no tema PETROS. Essa participação do José Sergio Gabrielli no Conselho da Itaúsa... A informação é de que a PETROS não teria direito a essa cadeira, e foi uma concessão generosa por parte da Itaúsa. Você tem alguma informação a respeito desse tema?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, Presidente. Não procede. Nós temos 15% do capital da empresa. Portanto, nós temos direito a um assento na Itaúsa. Não procede a informação de que não teria direito. A PETROS tem direito, porque tem 15%. Foi exatamente isso que fez a PETROS aumentar a participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. Mas antes ela tinha?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Ela só indicou a partir do momento em que ela teve 15%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na primeira aquisição, portanto, em 2010, ela não tinha...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não tinha representante. Mas, como a proposta dela era entrar na governança da companhia para exatamente ter uma parcela, influenciar no futuro da empresa, ela aumentou a sua participação. A estratégia da PETROS foi aumentar a participação até atingir 15%. Quando atingiu 15%, nós ficamos aptos a indicar um conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. Eu vou confirmar essa informação. Quer dizer que logo depois da aquisição da Camargo Corrêa, dos 11%...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Foram 12% da Camargo Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foram 12% da Camargo Corrêa. Ela não ocupava espaço no Conselho.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não. Nós não ocupávamos. Nós fomos adquirindo exatamente para ocupar, senão não teríamos por que ter adquirido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo.



O SR. HENRIQUE JÄGER - A aquisição foi porque era projeto da PETROS participar para influenciar na gestão da Itaúsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Só mais uma pergunta: as atas do Conselho e da Diretoria da PETROS são gravadas em áudio, vídeo, reduzidas a termo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, são todas... Não são gravadas. Não tem gravação de nenhuma reunião. São todas elas... Ao final da reunião, você tem uma ata. É feita uma ata pela Secretaria Executiva, tanto da reunião do Conselho Fiscal, quanto da reunião do Conselho Deliberativo, quanto da reunião da Diretoria Executiva. Todas as decisões são registradas em atas. E, quando algumas das partes envolvidas, alguns dos Conselheiros ou dos Diretores — na Diretoria isso é mais difícil — entendem que têm que registrar o seu posicionamento, o seu posicionamento é registrado na ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na ata. Mas registro em áudio não há.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não. Não há registro em áudio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Oficial?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, nem não oficial. Desde quando eu estou na PETROS, nos últimos 6 meses, nenhuma reunião foi gravada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É do seu conhecimento uma especulação de que há uma gravação em áudio de uma reunião com a Diretora Graça Foster, na época da PETROBRAS, quando ela dizia que os indicados para substituírem os Diretores que saíram por conta da Operação Lava-Jato seriam indicações do então Ministro Mantega? Esse imbróglio é do seu conhecimento? Porque a informação...

O SR. HENRIQUE JÄGER - O que eu li na matéria não fazia nenhuma relação à Lava-Jato. É importante esclarecer que não é o Conselho da PETROS. É o Conselho de Administração da PETROBRAS. A gravação é do Conselho de Administração da PETROBRAS, da patrocinadora. Não é do Conselho da PETROS. A Dra. Graça nunca participou do Conselho da PETROS. Então é uma gravação do Conselho de Administração da PETROBRAS. Mas não tenho os elementos dessa



conversa. Eu li a matéria no jornal, mas não é do Conselho da PETROS, não é uma gravação de reunião do Conselho da PETROS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É do Conselho da PETROBRAS. Perfeito.

Só para ficar claro e deixar bem claro aqui na Mesa, registrado, dentro dos documentos que são solicitados damos especial atenção às atas das reuniões do Conselho e também às auditorias internas e externas que foram feitas na PETROS, especialmente uma última auditoria, que gerou muita repercussão, que foi a auditoria externa em que a PETROBRAS determinou que se estendesse a PETROS: a do escritório Trench, Rossi e Watanabe. Acredito que essa auditoria seja do conhecimento de V.Sa.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Bom, vou pedir desculpas. Acho que o Sr. Deputado Rocha fez referência a essas auditorias. Não sei se foi V.Exa. Acabei não externando aqui o meu conhecimento a respeito do assunto. Por que isso gerou constrangimento na PETROS? Porque a PETROS é uma empresa privada. A PETROBRAS é patrocinadora da PETROS, mas a PETROS é uma empresa privada. Então, uma decisão do Conselho da PETROBRAS, uma decisão da Presidência da PETROBRAS não poderia estender a investigação para a PETROS sem passar pelo Conselho da PETROS. Isso gerou constrangimento, não para a diretoria da PETROS, mas aos conselheiros do Conselho Deliberativo da PETROS, porque vinha ordem da patrocinadora. Mas ali quem manda não é só a patrocinadora. Os participantes também mandam. Ali houve constrangimento, mas decisão dos conselheiros foi de estender a investigação. Eles entenderam o apelo da principal patrocinadora e estenderam a investigação da TRW também para a PETROS. Essa investigação está em andamento. A única exigência que os conselheiros fizeram, aprovada pelo Conselho da PETROBRAS, é que, quando terminasse a investigação, o resultado seria passado para o Conselho Deliberativo da PETROS. Então, não terminou a investigação. Ela está em andamento. Não tem nenhum relatório preparado. Não foi levada ainda nenhuma informação pelo Conselho da PETROBRAS, pela PETROBRAS para o Conselho da PETROS. Ela está em andamento, assim como outros. O trabalho dela continua sendo realizado na PETROBRAS. Eles foram à PETROS, gravaram todos os arquivos da PETROS,



todos os *e-mails*, todos os telefonemas, todos os computadores, até informações estratégicas, que eu, olhando, como gestor, fico com medo. Espero que não usem isso, a não ser para fins de investigação. Os escritórios são de reputação ilibada. Creio que não vão fazer isso, mas eles pegaram todas as informações, todo o banco de dados da PETROS e gravaram. A PETROS, a instituição PETROS, o Conselho Deliberativo não teve retorno das investigações. O que eu pude apurar até aqui, o que eu tenho de informação até aqui é que está andamento a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ok. Vou solicitar especial atenção do Relator para ver se podemos ter algum relatório parcial por parte dos autores, porque há quase um ano de investigação e não há resultado, auditoria essa que se supõe ou se especula levou à renúncia dois diretores: o Sr. Maurício e a Sra. Helena. Exatamente a mudança da diretoria que permitiu toda a rotatividade que chegou a ter a presença do Dr. Henrique à presidência.

Concedo a palavra, como Líder, ao Sr. Deputado Índio da Costa, que disporá de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Sr. Presidente, gostaria de primeiro entender um pouco melhor o relatório mensal de atividades da PETROS, de maio de 2015. Aqui, tem um quadro que diz assim: *imóvel*. Se ele é comercial, hipermercado, *shopping center*. Depois vem: *fração do imóvel*, que é a participação da PETROS. Depois vem um quadrinho: *em mil*. Aí tem os valores: *Conjunto Pituba, 99 milhões de reais; aluguel recebido no mês, 1 milhão e 20 reais...*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sr. Deputado Índio da Costa, só por acordo de procedimento, eu vou ter de agregar, pois V.Exa. tem direito ao tempo de Sub-Relator, porque V.Exa., no tempo de liderança, não pode fazer perguntas.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É isso! No tempo de liderança não se pode questionar o depoente.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Então, coloque o meu tempo de Sub-Relator, o tempo comum. Depois eu uso o tempo de liderança para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pronto! Então, V.Exa. terá o tempo de 10 minutos, um pacote para V.Exa.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Pronto!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso lhe dará direito a fazer perguntas.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Então, nesse quadro, dito “*em mil*”, é o valor do investimento? É isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não. “*Em mil*” é: se tem 1, são mil reais; se tem 100 são cem mil reais; se se 1, é um milhão.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Sim, mas é o valor do investimento da PETROS?

O SR. HENRIQUE JÄGER - O valor do investimento da PETROS no Conjunto Pituba? Não estou com essa informação.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Não, qualquer outro: Ouro Negro, Horta Barbosa.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Quanto está dito aí?

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Aqui está escrito, referente ao passado, 99 milhões...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Noventa e nove milhões? O Conjunto Pituba?

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Isso.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Então, esse é o valor do investimento da PETROS que está registrado no balanço.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Aí se colocou aqui: imóveis em construção: Torre Pituba (Ampliação: 906 milhões).

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso. Essa é uma... Perdão. Desculpe-me. Faça a pergunta. Eu espero.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Então, a minha pergunta é a seguinte: pelo que estamos falando, são 99 milhões mais 906 milhões, quer dizer, na verdade, 1 bilhão de reais para esse investimento imobiliário?

O SR. HENRIQUE JÄGER - É. Não sei se o senhor teve a oportunidade de visitar essa estrutura na Bahia. É um quarteirão inteiro que é da PETROS, que agrega diversas unidades da PETROBRAS, inclusive a universidade corporativa da PETROBRAS está nessa unidade. Foi construído recentemente o prédio mais moderno do Nordeste, um dos prédios mais modernos do Brasil, na estratégia da PETROBRAS de unificar, num único *site*, todas as suas áreas, todas as áreas em



que ela atuava na região metropolitana de Salvador. Então, em função disso, a PETROS, a partir de uma demanda da PETROBRAS, fechou um contrato e construiu esse prédio que está sendo entregue agora em novembro para empresa, dentro do cronograma, abaixo do preço orçado inicialmente.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Tudo bem. Sabe qual é o valor do metro quadrado desse prédio?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não sei.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Ou desse conjunto?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não sei. Fico devendo essa resposta para o senhor. Esse é um empreendimento que rende para a PETROS IPCA. A gente fez um contrato fechado com a PETROBRAS: IPCA mais 6%, durante 30 anos; depois disso, o prédio é da PETROS. Então, é um excelente investimento imobiliário, quer dizer, de risco zero, acima da meta atuarial, e o prédio é da PETROS depois de 30 anos. Para a PETROBRAS, ele é muito importante, porque implica, inclusive, numa redução de custos, porque, como ela vai centralizar dez ou doze unidades que ela tinha numa só, isso significa redução de custos com segurança.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Bom, embora possa ser um grande investimento para a PETROS, houve muitas denúncias, inclusive no Conselho Fiscal. E continua sendo feito investimento lá no Conjunto Pituba.

Então, pergunto: abriu sindicância, inquérito, o Ministério Público está envolvido? Em que ponto está a análise das denúncias que foram feitas em relação a este empreendimento?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Foi feita uma denúncia anônima no Conselho fiscal, e a PREVIC e a PETROBRAS fizeram uma auditoria na carteira de crédito imobiliário da PETROS, olhando inclusive para esse empreendimento e não detectaram nada. Então, nós nos calçamos tanto na auditoria da PREVIC, na carteira de crédito imobiliário, inclusive nesse prédio, e na da própria PETROBRAS. A PETROBRAS atua, a auditoria da PETROBRAS está permanentemente na PETROS. Nós temos uma auditoria interna independente, mas a auditoria da PETROBRAS está permanentemente trabalhando lá. E fez um trabalho, se eu não estou errado, no ano passado, de auditoria na nossa carteira de crédito, em que uma das áreas auditadas foi esse prédio.



O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Bom, na reavaliação dos imóveis, em 2013, houve um prejuízo de 17 milhões no fundo na área imobiliária. Por que razão?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado, eu não estava lá naquele momento e não tenho condições de responder para o senhor.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Isto é uma coisa importante, porque, na realidade, se há uma avaliação permanente...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Mas na carteira como um todo... Eu confesso que não estou entendendo.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Esses 17 milhões são só no Conjunto Pituba. Quer dizer, veja bem, estamos falando que no Conjunto Pituba houve um investimento de 99 milhões.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Na verdade, isso é história.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - No passado.

O SR. HENRIQUE JÄGER - No passado.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Não. Eu estou falando do passado.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Aí provavelmente, Deputado, é depreciação. O imóvel está sendo depreciado, porque tem anos. Se o senhor for ver lá, os imóveis são muito antigos e vão se depreciando. Provavelmente, é o fator depreciação do imóvel aí, o que é diferente completamente do prédio. O prédio é moderníssimo, novo, está sendo entregue para a PETROBRAS, mas também vai passar por uma depreciação ao longo do tempo. Então, provavelmente, isso aí é o impacto da depreciação na carteira de crédito imobiliário.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - De que ano é esse Conjunto Pituba?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Ah! Quando foi feito o investimento da PETROS? Isso é antigo. Isso remonta à década, provavelmente, à década de 80. O Conjunto Pituba é antigo. O novo é o prédio.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Esses valores são corrigidos anualmente ou não?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Esses valores são atualizados.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Ou é o valor histórico?



O SR. HENRIQUE JÄGER - Não. Provavelmente, eles são atualizados. Eu não sei qual é o mecanismo de atualização da carteira. Agora, esse impacto aí, provavelmente, é o impacto da depreciação.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Então, houve uma análise feita internamente, mas não houve sindicância nem inquérito?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Internamente, não. Como a PETROBRAS fez uma auditoria, bem como a PREVIC, a informação que eu tenho é que não foi feito inquérito porque esses dois órgãos atuaram. A denúncia também foi feita para a PETROBRAS, não ficou só na PETROS, pelo Conselho Fiscal. Esses dois órgãos fizeram a análise e não encontraram nada. Essa é a informação que eu tenho.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Bom, todo mundo sabe que empréstimo feito para participante e para assistido, em qualquer fundo de pensão, é quase dinheiro líquido e certo de volta, porque, afinal de contas, ele é participante. Ao pagar, é descontado na folha aquilo que ele pegou emprestado. O fundo da PETROS tem apenas 3%, com boa rentabilidade, destinados aos participantes e assistidos. Isso tem alguma razão? Quer dizer, por que esse percentual de 3% não incentivar mais empréstimo para aqueles que são assistidos ou participantes?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado, V.Exa. quer fazer em bloco?

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Não, prefiro fazer assim.

O SR. HENRIQUE JÄGER - O problema é o tempo. Espero não atrapalhar o tempo do senhor.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Não, não, não.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Mas, com relação... Qual é o problema?

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Sr. Presidente, só para deixar claro. A minha função aqui é muito simples. Eu sou absolutamente defensor dos pensionistas, dos aposentados e dos servidores das instituições. (*Palmas.*) É só por isso que eu estou aqui. Eu fui Secretário de Administração e, em 5 anos, eu peguei um fundo com 600 milhões, acabei com o desconto que o aposentado dava para esse fundo e entreguei-o com 2 bilhões e 100 em caixa. Portanto, de 600 milhões, eu fiquei com 275. E, como havia uma política para dar solidez ao Fundo, que era o PREVI-Rio, de fato, eu o devolvi com 2 bilhões e 100. Então, o meu interesse aqui é tão-somente este: eu defendo o aposentado, o pensionista e o servidor da casa.



O SR. HENRIQUE JÄGER - Parabéns pela situação do Fundo.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Eu acho que pode ser um bate-bola objetivo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu sabia da atuação do senhor lá, isso eu acompanhei. Com relação a por que não se aumenta a carteira, a PETROS é passiva; ela não faz a campanha. O aposentado e o participante vão lá e pedem. Agora, há um problema, porque se a margem consignável... Ele pode comprometer no máximo 30% da aposentadoria dele, do benefício dele; se passar disso, não pode. Então, nós temos esse constrangimento, e é por isso que a carteira é pequena.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Quer dizer, na realidade, é um volume de recursos alto proporcionalmente àquilo que as pessoas demandam ou que podem demandar.

O SR. HENRIQUE JÄGER - E elas não podem demandar muito, porque elas têm empréstimos com outros bancos. É o empréstimo, de longe, mais barato. Ele só não é mais barato porque a legislação proíbe que você... Ele tem que pagar a meta atuarial. Como a inflação sobe, você acaba jogando a taxa para cima. Mas, se ele for ao mercado, ele vai pagar muito mais caro. Nós, inclusive, estamos numa negociação que envolve a Receita, porque, quando o empréstimo é renovado, a Receita exige que se cobre o IOF. Então, a gente está numa discussão com a Receita para tentar ver se consegue não cobrar o IOF. Mas a legislação manda cobrar, e isso acaba encarecendo. Mas, o que a gente cobra? A taxa atuarial mais os impostos.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - A PETROS tem investimentos fora do País?

O SR. HENRIQUE JÄGER - A PETROS tinha uma carteira muito pequena até quando nós entramos. Era da ordem de 300 milhões, aplicados em títulos administrados pela BBDTVM, mas a diretoria atual entendeu que não valia a pena correr o risco cambial, e a gente se desfez dessa carteira. Há uma decisão do Conselho Deliberativo da PETROS de não se investir no exterior. Então, depois que a gente se desfez da carteira, o Conselho Deliberativo da PETROS ratificou a decisão, dizendo que a PETROS não deveria investir no exterior. Esse é um debate



interessante que eu levei lá para dentro: “*Olha, mas se a PETROS não pode investir no exterior, por que ela investe na Vale, que é uma empresa que tem diversos ativos no exterior?*”. Então, o investimento no exterior não pode ser um problema. Nós temos que tomar muito cuidado, porque, se tem um risco cambial, tem que ser mitigado. Então, eu vou ter que, de alguma maneira, fazer uma trava para, se o câmbio cair, eu não ser afetado, não ter um problema no meu investimento. Eu vou ter que ir para um derivativo, fazer uma operação no mercado futuro, dar uma travada no câmbio, porque, se o câmbio cair, eu não vou perder. Mas, há uma decisão do Conselho Deliberativo de não se fazer aplicações no exterior. E a diretoria tinha até se desfeito do ativo no exterior, que era muito pequeno, 300 milhões... Bom, pequeno? (*Risos.*) Pequeno em relação a 70 bilhões. Mas já se tinha desfeito.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Mas acabou tendo prejuízo... Quer dizer, não teve prejuízo, mas deixou de ter um lucro maior, porque o câmbio subiu.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não... É, o câmbio subiu, mas nós ganhamos 30% com essa operação, mesmo tendo se desfeito. Foi uma decisão do Conselho, e a gente avaliou que o câmbio poderia cair. Olha, foi uma decisão que nós tomamos, e o cenário mudou completamente.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - A PETROS terceiriza consultoria para investimentos?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, nós temos algumas *brokers*, algumas corretoras que nos passam relatórios de análises o tempo inteiro. Agora, nós temos o nosso corpo técnico. Então, há o material que vem das consultorias, mas a decisão é tomada internamente.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - E essas consultorias não participam das reuniões, elas apenas informam as oportunidades?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Às vezes, de 2 a 3 meses, há uma palestra. Mas não há uma reunião diária de decisão da gerência de operações do mercado. Somos só nós, é só o nosso pessoal, oriundos ou aposentados da BBTVM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Para concluir, há três empreendimentos, três imóveis da PETROS que estão desocupados, e são imóveis,



parece-me, de um valor alto. É o Park Avenue, o Monteiro Lobato e o Rio Office Park. Há alguma razão nisso? Quer dizer, há algum tipo de problema jurídico ou simplesmente falta demanda para alugar esses espaços?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado, há 2 anos a taxa de ocupação no centro do Rio de Janeiro estava em 2%. Agora ela está em 16%, e vão entrar em oferta 92 mil metros quadrados ao longo deste ano. Então, por conta da crise, nós estamos vivendo um... Isso está impactando na demanda por imóveis. E, aí, esses imóveis... A gente está o tempo inteiro trabalhando para rentabilizar esses investimentos. Acabamos de alugar, inclusive, um imóvel para o Tribunal Regional do Trabalho, lá no Rio de Janeiro, na Rua do Lavradio. O prédio tinha sido construído, em princípio, para a Diretoria da PETROS. A gente avaliou que era muito caro, a gente quer reduzir o custo e conseguir alugar. Mas é um desafio alugar nesse momento.

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Perfeito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Indio da Costa, que é carioca, podia colaborar e contratar um para ser o seu escritório lá. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA - Com as influências da Prefeitura, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Henrique, o senhor conhece ou já ouviu falar de Milton Lyra, do Grupo Galileo? E, se o senhor ouviu falar algo, o que o senhor ouviu falar?

BMG. BMG, fonte de empréstimos supostamente fictícios ao PT — e o operador era Marcos Valério. Possui investimentos no BMG? Quanto? Se teve prejuízo, qual? E quais as medidas, eventualmente, se teve algum prejuízo, que o senhor ou alguém tomou?

BNY Mellon. Também, se tem alguma operação conjunta ou algum prejuízo, direta ou indiretamente, com o BNY Mellon. Qual é o prejuízo, se tiver, e quais as medidas?



Sete Brasil. Não o quanto a PETROS investiu na Sete Brasil, que foi 1 bilhão e 700, e hoje tem cerca de 1 bilhão e 200, 1 bilhão e 300, mas qual é a dívida da Sete Brasil com o mercado. Qual é a dívida que ela tem, fornecedores? Hoje, o que significa essa Sete Brasil em termos de dívida? E se o senhor acredita — deve acreditar — que ela vai se recuperar, mas tem uma meta, em que tempo o senhor acredita que ela se recuperará para repor esse prejuízo? E se o senhor acha que um fundo deve — um fundo de pensão — ter uma sociedade meio que executiva ou se deve aplicar no investimento e ter o retorno.

Eu não sei se o senhor entendeu. As colocações do senhor revelam que parece que vocês são sócios da Sete Brasil e cuidam da operação da Sete Brasil e da sua atuação e execução operacional, inclusive. Quer dizer, não é melhor, às vezes, investir na empresa, do ponto de vista de ter as ações, mas não a gestão da empresa? Isso é mais para uma reflexão nossa, aqui. Queria saber qual é a opinião do senhor. O senhor parece gestor da Sete Brasil, pelo o que eu percebi aqui.

Também eu queria saber, das denúncias que foram relacionadas aqui contra Luis Carlos Fernandes Afonso, com investimentos da PETROS e empresas de José Janene e de Alberto Youssef, se o senhor tem conhecimento disso. Já foram ditas algumas coisas aqui, mas se foi feito algum processo administrativo, se foram ouvidos funcionários, se foram ouvidos esses diretores, se há alguma medida administrativa da PETROS com relação a essa denúncia de propina de 500 mil reais a dois diretores. Quais as providências que a PETROS tomou, não a Justiça, a CPI, mas a PETROS propriamente dita?

Eu queria que o senhor falasse um pouquinho sobre uma multa de 800 mil da CVM com relação à PETROS. A PETROS foi multada em 800 mil reais pela CVM. O que é isso? Em que pé está? Recorreram? Pagaram a multa?

Eu também queria saber sobre esse aumento vinculado da contribuição, da contribuição não, mas do benefício. O senhor alega que 3 bilhões foram prejuízos em função de benefícios que foram vinculados a um aumento dado na PETROBRAS. Explique melhor. E, se o senhor acha que isso é um erro, se deve ser vinculado, se não deve, se esse erro foi corrigido e de quem é esse erro — se houve esse erro que promoveu esse rombo de 3 bilhões de reais.



Para concluir, Sr. Presidente, BVA. O BVA está em todas, não é? O que nós ouvimos falar nessa CPI do BVA, direta ou indiretamente... Ele sempre está. O que significa isso? Ele é contratado para a gestão? Banco compra ações? Faz diretamente? Explique melhor um pouco por que os fundos tiveram tanto com o BVA e se há algum investimento, direta ou indiretamente, da PETROS após o estágio de liquidação financeira, lá em 2013 — do BVA —; ainda que ele esteja ligado direta ou indiretamente a outra empresa, se a PETROS fez algum investimento, contrato, alguma coisa com BVA, a partir de meados de 2013, do seu processo de liquidação. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Henrique.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Miltinho Lyra, não conheço, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nunca ouviu falar?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não conheço. BMG. PETROS não tem nenhuma operação com a BMG.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nunca teve?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Que eu saiba, nunca teve. Banco BNY Mellon, nós temos um fundo que eles administram. Vou confirmar para V.Exa., mas, até onde eu sei, não temos prejuízo. O fundo vai bem. Depois eu confirmo para V.Exas. Nós temos muitos fundos, mas a interferência dele é mínima na PETROS. É um fundo... Sete Brasil é o meu estilo, Deputado. Eu peço desculpas a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como foi a segunda vez perguntada, V.Sa. tem uma vasta assessoria de associados, se puder dizer que fundo é esse que está vinculado ao BNY Mellon, porque depois passa, sabe, Dr. Henrique? Aí a informação chega com outras. Só para alguém da sua assessoria... É natural que V.Exa. não tenha de cabeça, mas alguém da sua assessoria... Teve gente que ligou até de lá não sei de onde dizendo que estava tendo uma reunião com o pessoal para discutir a questão da Cana Brava. Ligaram... Você disse que o diretor executivo ligou para você e passou a informação. Então, se alguém pudesse dar a informação de que fundo é esse que tem com a BNY Mellon.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Porque já é a terceira ou quarta pergunta...



O SR. HENRIQUE JÄGER - É porque eu não sei, de fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato, mas solicite. Eu faço a solicitação, se a assessoria puder dar, ainda durante a...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Pela televisão o pessoal está vendo e passa para ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Há o gerente executivo aqui, passa para ele e chega aqui para a gente.

O SR. HENRIQUE JÄGER - A minha assessoria está vendo pela televisão lá.

Então, a gente passa a informação, mas é uma coisa pequena, uma situação completamente diferente da outra situação da qual os senhores tiveram conhecimento. Sete Brasil. Perdão por conta do meu estilo, se eu fui muito enfático. Nós não estamos no dia a dia da companhia. Nós não estamos no dia a dia da companhia. Nós participamos do Conselho de Administração, em uma reunião mensal. Agora, dada a situação que a companhia vem passando, isso exigiu uma presença maior não no operacional, mas no Conselho de Administração e nas grandes negociações, que envolveram sócios. Então, é isso. E há relação com a PETROBRAS. Então, nós não estamos no operacional e não tenho a mínima ideia do que acontece lá no dia a dia. Isso cabe à Diretoria, e ela é responsável por isso. Cabe ao Conselho de Administração estar fiscalizando também essa Diretoria e estar definindo as grandes questões estratégicas — orçamento, planejamento, os contratos. Termos dos contratos passam pelo Conselho de Administração, mas o dia a dia não cabe...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Indicações de diretores também ou não?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Indicações de diretores cabem ao conselho de administração. Ao conselho de administração. Qualquer diretoria de qualquer empresa é eleita pelo conselho de administração.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Isso. Então, vocês têm conhecimento e participam da indicação dos diretores?

O SR. HENRIQUE JÄGER - É. Até onde eu sei, a diretoria atual já estava indicada quando nós entramos. Foi essa diretoria. Mas, com certeza, o representante da PETROS, seja esse ou o anterior, votou na indicação dos



diretores. Isso acontece em qualquer conselho, em qualquer companhia. Como Conselho Deliberativo da PETROS, ele é que aprovou a indicação da diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem é o atual conselheiro da PETROS na Sete Brasil?

O SR. HENRIQUE JÄGER - É o Licio, que é o diretor de investimentos, e a gente tem o gerente executivo da PETROBRAS, também, indicado lá, que já foi conselheiro da PETROS. Por ele já ter sido Conselheiro da PETROS, ele representa a PETROS lá no Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual é o nome dele?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Armando Tripodi.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor não sabe a dívida da Sete Brasil?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não sei. Fico devendo para V.Exa., mas não sei se com a velocidade e quem é o Presidente...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É bom saber! Eu acho que é bom saber.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu não controlo todas as informações.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - São 1 bilhão e 700.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Hã?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Investiram 1 bilhão e 700.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não! Nós estamos monitorando esse investimento.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É bom saber!

O SR. HENRIQUE JÄGER - Estamos monitorando. Por isso nós entendemos... O que nós entendemos? A situação econômica e financeira da companhia é delicada, mas qual é o passo zero: a assinatura do contrato com a PETROBRAS. Feito isso, equaciona-se. Porque ela tem o que levar para os financiadores: *"Olha, eu tenho um contrato aqui"*, e aí se equaciona. Agora, é lógico que a situação é delicada, nós temos consciência disso, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Bom saber.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Por isso é que a gente está mais presente. Denúncia contra Luis Carlos Afonso. Voltamos a conversar aqui sobre IMV. Essa



denúncia foi no âmbito da IMV. Luis Carlos Afonso não era diretor da PETROS na época da IMV. Ele não era diretor da PETROS. Então, não tem nenhuma relação com o processo de IMV. Ele foi diretor da PETROS por 2 meses no ano de 2003. A operação transitou pela PETROS em 2004 e foi aprovada em março de 2005 — em março de 2005. O Luis Carlos trabalhou na PETROS por 2 meses e voltou em 2008 ou 2009. Então, ele não era da PETROS no momento da operação. Então, não tem o que a PETROS investigar. Primeiro que não foi dentro da PETROS. Eu já esclareci para os senhores que nós criamos lá um grupo de trabalho. O grupo de trabalho discutiu, entrevistou todo mundo envolvido no processo. Dentro da PETROS ficou claro que não houve nenhuma interferência política, nenhuma interferência, foi uma decisão técnica dentro da PETROS. A matéria saiu falando que dois diretores tinham recebido, e um deles era o Luis Carlos. Agora, especificamente em relação ao Diretor Luis Carlos, ele não estava na PETROS no momento em que a operação foi aprovada.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas... Desculpe-me, ele não estava, mas voltou depois?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Voltou em 2008. Aí a operação já tinha... A empresa já tinha falido.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E qual foi o prejuízo? Sabe se teve prejuízo ou alguma coisa?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Nós investimos nesse ativo, se não estou enganado, 13 milhões de reais. Estamos na Justiça para tentar recuperar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ah! Então, a PETROS entrou na Justiça?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Entrou na Justiça. Entrou na Justiça, não tenha dúvida, para convencimento antecipado. E estamos tentando fazer valer os nossos interesses; os interesses dos aposentados, que, de fato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu pediria só atenção ao senhor... Bom, tudo bem, mas o senhor...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Com relação à CVM, multa de 800 mil reais, o que se refere a isso? Bom, ainda está na fase administrativa, cabe recurso, mas é por conta de voto da PETROS na Assembleia da PETROBRAS. O entendimento da



CVM é que a PETROS não seguiu todos os procedimentos que tinha que seguir. Se não estou enganado, a PETROS deveria ter divulgado o nome daquelas pessoas que ela estaria indicando para o mercado. Ela não divulgou e votou na Assembleia. Por conta disso, ela foi multada. Foi por isso a multa. Então, tem a ver com governança. Na última assembleia a gente já não votou, a PETROS não foi. Por conta da multa, *“nós não vamos à última assembleia”*. Então, a PETROS não votou, na última assembleia, na eleição dos conselheiros da PETROBRAS, em que pese sermos acionistas. A PETROS é acionista da PETROBRAS, tem lá uma participação, que não é grande, mas tem. Mas não votamos na última assembleia. Quanto à questão dos níveis, Deputado, o estatuto da PETROS — isso não é novo, ao contrário, isso é antigo — tem um artigo, o artigo nº 41, que garante ao aposentado reajuste salarial como se ele fosse da ativa. O que significa isso? Eu não contribuo ao longo da minha vida laboral, porque eu não sei qual aquele aumento real que eu vou ter. Aquilo não está previsto no cálculo atuarial, mas quando eu me aposento, eu tenho direito. Se o trabalhador da ativa no cargo em que eu ocupava tiver um aumento real, eu tenho direito a um aumento real. Esse artigo vem junto com outro, o artigo 48, que traz o seguinte: *“Se por conta disso tiver déficit, cabe à patrocinadora pagar”*. Esse é o cenário que está colocado. Só que os senhores aprovaram uma lei, esta Casa aprovou uma lei, uma emenda constitucional no ano de 1998, falando o seguinte: *“Não, não, não. Para todos os fundos de pensão de ente público, a patrocinadora só pode colocar recursos, no máximo, na mesma proporção do participante”*. Então, isso gerou um conflito, que é o que está se materializando aí. Bom, para resolver isso, o que se tentou construir? No ano de 2007, fez-se um grande processo de repactuação, de mudança no regulamento da PETROS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. já explicou isso aí, pode ser objetivo. Eu acho que ele não viu, mas, como já passou, seja objetivo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Era isso. Então, tentou-se resolver. Setenta e cinco por cento dos participantes do PPSP aderiram, mas 25% não. Esses 25% reivindicam aumento real, com base nesse regulamento que valia no ano passado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Aqui eu acho que caberia uma discussão, mas tudo bem.



O SR. HENRIQUE JÄGER - É isso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então, nós verificamos a questão.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Com relação ao BVA, não tem dinheiro de poder liquidação. Até onde eu sei, a PETROS não colocou um centavo. Perdão, a PETROS nunca colocou um centavo no BVA, colocou dinheiro em fundos geridos pelo BVA. Quando o BVA entrou em liquidação, esses fundos foram retirados do BVA. Esse dinheiro não estava no BVA. A PETROS nunca colocou dinheiro diretamente no BVA. Nós não perdemos um centavo com a liquidação do BVA. Eram fundos administrados pelo BVA.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas, no processo de liquidação, não depois de liquidada — mas havia um processo em andamento —, eu quero saber se você tinha informação ou não tinha?

O SR. HENRIQUE JÄGER - A liquidação não tem processo. O Banco Central intervém e, olha, acabou!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E não tinha informação, nada?

O SR. HENRIQUE JÄGER - A partir do momento em que o Banco Central interveio... intervém, e, se ele informar, isso gera uma correria, ele vai monitorando a situação do banco — intervém ou interveio? Agora eu fiquei na dúvida aqui sobre o Português.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas tudo bem.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Mas a partiu do momento em que ele atuou lá, nós não colocamos um centavo — interveio. A partir do momento em que ele interveio... A partir do momento em que ele interveio, ele não colocou um centavo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, lógico! Mas estava também... Aí também seria demais, não é?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito! Vamos para frente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tudo bem, aí também seria...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Mas foi a pergunta que o senhor fez: após a liquidação...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não! Eu perguntei se no processo... Na verdade, aqui, pela notícia que nós temos, Sr. Presidente... Quer dizer, teve lá... O Banco Central começa a fazer um processo de investigação



interna e tal, e as pessoas... Nem todo mundo, mas quem faz o investimento normalmente sabe a situação do banco, mesmo ele não sendo o banco principal, sendo o agente. Enfim, não sabiam — tudo bem — e, de uma hora para outra, souberam.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado, o Bradesco, até onde eu sei... O Bradesco e o Itaú — não, o Bradesco e... Perderam dinheiro no BVA. Imagina! Eles não sabiam. Esse é um processo extremamente sigiloso; se vazar, é uma quebradeira o sistema financeiro... Quando o Banco Central vai atuar, ninguém sabe. Não tem a mínima possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Sobre só essa questão da repactuação dos 75 e 25, isso até hoje gera uma demanda muito grande. Inclusive há uma proposta de separação das massas.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em que pé está essa proposta de separação das massas?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Essa proposta foi aprovada no Conselho Deliberativo da PETROS. Por que separar as massas? O que foi o processo de repactuação? O senhor me permite 5 minutos, Presidente? O que foi o processo de repactuação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa parte nós entendemos. É objetivamente mesmo, Dr. Henrique.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não. Mas é porque ela é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É porque esse resgate histórico... Por que a separação? A separação das massas vai acontecer, foi aprovada? A pergunta é essa, para não ter...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Está na PREVIC, está na PREVIC, e a gente espera que seja aprovada. Por que separar massas? Porque 75% dos trabalhadores abriram mão dessa cláusula de aumento real, que passaram a ter o seu benefício reajustado pelo IPCA. E vão ter aumento real se tiver superávit no plano. Os outros 25%, que não abriram, entendem que têm que receber aumento real. E aí quem vai pagar a conta? Todo mundo ou só aqueles 25% que entendem? Então, separar as massas é para isso: *“Não! O.k., vocês querem ficar com essa cláusula? Se tiver*



déficit no plano de vocês, vocês pagam.” Agora, e aquela pessoa que repactuou, por que ela vai pagar a conta daquela que não repactuou? É isso que eles estão querendo. Então, esse é o debate que está na PREVIC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Corre-se risco de fuga da patrocinadora, depois que ficar saneado, depois que separarem as massas?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, de maneira nenhuma, de maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira, como Líder, pelo tempo da Liderança do Governo.

Comunico aos interessados que se iniciou a Ordem do Dia, mas a audiência continua até o encerramento das falas.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Parlamentares, as Sras. Parlamentares e todos os que acompanham esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu cumprimento também o Presidente da PETROS, o Sr. Maurício Jäger.

Eu me coloco da seguinte forma. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu acho que há uma mudança legal legislativa a ser feita. Já que nós tratamos de um fundo de poupança de longo prazo... Quando lei em 3 anos exige que não o prejuízo, mas o déficit seja registrado ou o superávit seja registrado, parece-me que isso não condiz com o perfil alongado de um fundo de pensão. Essa é uma reflexão que me parece presente nesse debate. Precisamos ver como aperfeiçoar a legislação em relação aos fundos de pensão.

Ao ouvir o representante da POSTALIS, ao ouvir o representante da FUNCEF e ouvir o representante da PETROS, pareceu-me que os mecanismos de governança têm sido aperfeiçoados e adotados de maneira muito forte — mecanismos de governança e controle. E acho que é importante marcar aqui que esses mecanismos estão sendo adotados com muita força.

Um terceiro aspecto: repassando os investimentos. Eu entendo... Eu até falei na sessão passada. Eu falei na quinta-feira. Essa é uma notícia do dia 31 de agosto, se não me engano, do sábado: *“Sete Brasil alcança consenso com Petrobras”*. É impossível dizer que um empreendimento como esse, tendo como cliente a PETROBRAS — ela vai produzir, se não me engano, 19 sondas, das 28 inicialmente



planejadas. Mas quatro delas serão vendidas, possivelmente, à Kawasaki... Eu tenho comigo que a Sete Brasil passou por um problema conjuntural em razão dos problemas passados pela própria PETROBRAS. E a PETROBRAS, à medida que resolve os seus problemas, agora pactua com a Sete Brasil. Eu não tenho dúvidas de que esse aqui é um empreendimento lucrativo. Ele vai dar lucro para todos os fundos de pensão; e todos os Presidentes de Fundos de Pensão, inclusive a Presidenta da ANAPP, se não me engano, aquela que esteve conosco, diziam isso.

(Não identificado) - ANAPAR.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - ANAPAR. Ela dizia isso. Isso são questões conjunturais que estão sendo resolvidas, que vão dar resultado. E a Sete Brasil é um resultado da semana passada para cá. Isto é: havia um empasse e esse empasse foi resolvido.

E há um debate na sociedade, do qual eu discordo. Eu acho que a Sete Brasil é um bom empreendimento para o País, porque puxa a economia nacional por conta dos componentes nacionais e é uma empresa altamente lucrativa, porque ela tem um cliente muito rico, um cliente que vai ser o principal fornecedor, que é o cliente PETROBRAS. E alguém disse aqui que o pré-sal não é lucrativo? Já está saindo petróleo do pré-sal. Está saindo petróleo, nesse custo, saindo petróleo lucrativo do pré-sal.

Portanto, a Sete Brasil, na minha forma de ver, é uma empresa que vai dar lucro, e esse problema conjuntural dos fundos de pensão voltarão a... Os recursos voltarão para os fundos de pensão.

Outro aspecto que se falou aqui foi das ações da Vale. Naquele dia, na própria quinta-feira, manchetes do Uol e do G1 diziam que havia tido um aumento nas ações da PETROBRAS e da Vale de 10%, nessas duas empresas. Portanto, é uma questão conjuntural que também me parece estar sendo resolvida.

Falou-se aqui muito sobre esse banco BNY Mellon. Foi dito aqui por todos os representantes dos fundos de pensão que é um banco sólido. Não é um banco... É um banco sólido e esse banco está sendo processado pela POSTALIS para reaver parte de uma administração de um fundo que esse banco fez — pareceu-me — sem as regras bancárias corretas.



Portanto, não se trata de um banco, digamos, de menor importância. E me pareceu também que nesse banco em que foram investidos de fundos de pensão e que foi liquidado, o BVA, houve investimento de bancos privados — BRADESCO, Itaú —, mas os fundos de pensão não investiram no banco, na tesouraria do banco, mas investiram em fundos administrados pelo banco, porque há ativos e que, portanto, podem se reaver a partir desses ativos.

Portanto, quero dizer aqui da compreensão que eu tenho sobre esse momento, quando a gente já passa a discutir o terceiro fundo de pensão, que é exatamente o da PETROS.

Quero parabenizar o Presidente da PETROS. Conheci-o aqui. Ele até, quando se apresentou, perguntou-me quem eu era, e eu me apresentei a ele. Mas me pareceu muito consistente na administração desse fundo de pensão e que tem longa experiência nesse tema.

Então, eu quero trazer aqui que eu acho que nós temos que aperfeiçoar uma série de questões relacionadas à legislação. Pareceu-me, e essa foi uma reflexão que me foi trazida também pela Deputada Erika Kokay, mas que todos os três representantes de fundos de pensão diziam: *“Olha, esse prazo é um prazo pequeno perto de investimentos de longo prazo.”* Então, isso, parece-me, que faz com que nós tenhamos que refletir sobre essa legislação.

E também consolidar que eu atribuo uma governança moderna nesses três fundos na medida em que eles estabelecem controles através de empresas de risco das mais renomadas. Eu só fico pensando, às vezes, que essas empresas de risco, elas têm baixíssima responsabilidade, não é? Quer dizer, elas apresentam as suas avaliações, mas, se der errado, tudo bem, também. É como aquela fala do Caetano e do Gil, quando eles falam *“Ou uma coisa, ou outra”*, não é? Quer dizer, elas têm baixa responsabilidade, essas agências de risco, e elas foram responsáveis por problemas seríssimos no mundo, e, creio eu, que aqui, no Brasil, também. Mas o modelo de governança, e aí eu quero colocar, Maurício...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Henrique.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Henrique, desculpe. Então, eu errei já desde o começo o seu nome. Henrique,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado.



O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA -... para a conclusão, eu quero dizer que eu acho que esses atuais estágios de governança, aliados à participação dos trabalhadores — atuais, que eu digo, por exemplo, POSTALIS é muito mais recente, não é? São dados a partir de 2014 —... Mas esses atuais mecanismos de gestão me parece que nós temos que consolidá-los como mecanismos que têm que funcionar em todos os fundos de pensão.

Então, agradeço, Presidente, a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Dr. Henrique deseja novamente de um tempo. Tem o tempo da suspensão, enquanto vai e volta. *(Pausa.)*

Quero só dizer — viu, Deputado Paulo? —, aproveitando a suspensão, vou explicitar a divergência da sua fala de Líder, eu acho que o problema da Sete Brasil não é o cliente, a PETROBRAS, é a concepção, é a mente idealizadora do Dr. Pedro Barusco que foi o cara que saiu de lá para ir para a questão...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, agora, eu quero, quero mencionar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acho que aí é que está a gênese. E a gente tem um ditado que diz “*pau que nasce torto, morre torto*”. Eu acho que o Pedro Barusco idealizar, foi o cara que foi para lá, saiu da PETROBRAS para idealizar a Sete Brasil, isso gerou, sem dúvida nenhuma, um grave prejuízo.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - O senhor me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Claro, aqui a gente está na fase da suspensão.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Quero apenas dizer o seguinte: eu não posso estabelecer uma obra, e uma finalidade, por uma pessoa que errou profundamente — está certo? Esse Sr. Pedro Barusco, sabidamente é uma pessoa que foi condenada pela Justiça, e que devolveu recursos para a Justiça. Eu não creio que a obra tenha sido da sua mente. Eu creio que empresas como PETROBRAS, fundos de pensão, todos construíram.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Então, é que se puna o erro, que se puna a pessoa que errou, mas eu tenho comigo que essa empresa Sete Brasil... o Deputado Lelo Coimbra me acusa de...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Não. Eu registro.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Registra.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Eu acho que houve (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Registra a minha paixão pela Sete Brasil, mas eu tenho comigo que uma empresa que praticamente exercerá o monopólio — ela exercerá o monopólio...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Permite-me um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sim, sim, eu vou devolver...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Ela pode virar empresa a partir da crise. Até então, ela é um arranjo da PETROBRAS. Não é empresa.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é empresa?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Só me permite um aparte, Paulo? O Barusco tem que ser punido pelos seus crimes e corrupção. Mas o prejuízo da Sete, hoje, está em 14 bilhões. O prejuízo da Sete Brasil, hoje, é 14 bilhões. Considerando que a PETROS é sócia de 10%, ela já tem um prejuízo, aí, de 1 bilhão e 400.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não... é...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Fora o prejuízo que ela teve nos seus investimentos.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ela foi concebida para ser uma continuidade do esquema criminoso, que (*ininteligível*).

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ...pelo Pedro Barusco.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu dei um aparte. Posso retomar, ou não?

(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)



O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - A primeira questão é: nós poderíamos, ao seu tempo, debater a Sete Brasil. Porque se nós fizermos o cálculo dos resultados que a Sete Brasil terá, agora, com a produção dessas 19 sondas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA -... dessas 19 sondas, nós teremos um resultado positivo, que retornará aos fundos de pensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu gostaria de estabelecer esse debate em algum momento, nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço o debate... Vamos marcar uma sessão, depois, só para debate interno, para a gente explicitar...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sete Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ...sobre a Sete Brasil.

Vamos continuar.

O que parece muito claro, Dr. Henrique, aí já voltando, é que todos os três Presidentes que passaram aqui, de fundos... Nós estamos nessa fase, às vezes eu me seguro aqui, porque claro que esta 1ª fase... Não é a Lava-Jato, mas aqui tem fase, tem a 1ª fase, que vai ser encerrada com a PREVI. Vamos pra 2ª fase, e a aí vêm as quebras de sigilo, etc. E...

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Nós podíamos dar um nome para essas fases, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, sem nomes, para não complicar.

Mas o que me parece é que, às vezes, os Presidentes de fundos, coincidentemente, não sei se depois da Lava-Jato... E aí, coincidentemente, os mandatos acabaram trocando. Então, todos os Presidentes que estão vindo agora — e isso é natural, e a CPI tem que conviver e tem que ter tolerância com isso, neste momento — são novos. V.Sa. não pode... tem conhecimento, mas não vai poder responder pelos atos do passado, como com os demais fundos aconteceu.

Agora, o que a gente vê é que os Presidentes procuram justificar como se fossem mero investimento: *“Ah, um investimento que deu errado”, “Ah, é, deu errado, mas não tem nada não, estou atrás de recuperar o meu prejuízo”*. Nos



fundos de pensão, a meta não deve ser só o investimento, deve ser o lucro, deve ser o cumprimento da meta atuarial. E, às vezes, eu acho muito condescendente a relação dos Presidentes com os negócios que dão errado, principalmente aqueles que não seguiram critérios de mercado.

Então, é só uma avaliação que eu faço, porque, diferente até do que os bancos privados investiram em A, em B, e em C, dinheiro privado, cada um é dono do seu, e vai responder pelo erro que fez. Agora, dinheiro público, infelizmente, é tratado como se fosse de ninguém. E, na verdade, é de todos. Essas primeiras audiências estão servindo para a gente identificar quem perdeu. Isso aí, a gente já descobriu. Quem perdeu foram os aposentados, foram os pensionistas. (*Palmas na plateia.*) A gente vai descobrir é quem ganhou com os negócios que deram errado.

Com a palavra o Dr. Enio Verri, para o seu uso.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, eu queria complementar, com uma leve discordância de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A discordância faz parte da democracia.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sem dúvida. Até porque se o dinheiro privado ninguém tem interesse em perder, de jeito nenhum, se os investimentos que a PETROS fez, por exemplo, também foram feitos pelo BTG Pactual, pelo BRADESCO, pelo Santander, parece-me que seria... Não existe coincidência na economia, o que existe são interesses econômicos. A razão econômica não é apenas "*Ah, é coincidência todo mundo investir, por exemplo, em Belo Monte*". Ora, Belo Monte tem uma taxa de retorno de capital investido muito alto, logo, muita gente investe. Então, nós temos que tomar cuidado, numa análise como essa... O que nós temos que procurar é o que está por trás, o que está na essência, que o papel da CPI — V.Exa. a conduz muito bem, cabe observar isso, com muita democracia — é também observar entre o que está na essência e o que está por trás, e, de fato, aquilo que é a lógica econômica, que é a aplicação naquilo que é melhor.

Foi mostrado pelo Sr. Henrique — muito bem, diga-se de passagem. Quero fazer um elogio, Sr. Henrique, ao seu currículo também, pelo DIEESE. O DIEESE tem formado grandes quadros, não é? Incrivelmente, até para o PSDB, que o Walter



Barelli faz parte dessa história —... quero dizer que sua explicação foi muito boa, principalmente na relação investimento e prejuízo, na questão da curva do gancho, onde não há prejuízo. O investimento tem um tempo de retorno de capital, e a isso se chama amadurecimento. Isso é muito importante.

Mas eu gostaria de fazer duas perguntas, que são, na minha opinião, essenciais e quase que uma síntese de tudo aquilo que V.Sa. já disse.

A primeira é a questão da transparência. Parece-me que é um assunto que, depois, a Deputada Erika Kokay também deve trabalhar, mas V.Sa. dirige um fundo que é obrigado a dar pleno acesso às informações relativas à gestão e aos planos de benefícios das operações de investimentos.

A pergunta, primeiro: o fato de a PETROS ter muitos patrocinadores e dezenas de planos para administrar, na opinião do senhor, existe transparência no acesso a essas informações, para os participantes e assistidos dos planos?

Nessa mesma linha, V.Exa. coloca a questão do déficit — V.Sa.. O mau desempenho, ou problemas específicos de um plano, podem gerar conflitos ou prejuízos aos participantes e assistidos de outro plano? Qual a autonomia administrativa e financeira de cada um deles? Esse é um aspecto.

O segundo — e aqui eu quero concluir, Sr. Presidente —, o senhor sabe informar se algum processo de fiscalização foi conclusivo sobre a ocorrência de má-fé ou gestão temerária, ou se refere a incorretas aplicações financeiras da PETROS? Caso tenha conhecimento, poderia nominar os casos, ou remeter detalhadamente a esta CPI, posteriormente, inclusive apontando a ocorrência de eventuais prejuízos aos assistidos?

Rapidamente, era essa a intervenção, e, mais uma vez, elogio a intervenção de V.Sa. aqui, neste plenário

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Objetivamente, por favor.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado Verri, com relação à transparência das informações, isso é um desafio constante para os fundos. Qualquer pergunta...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É ele que está com a palavra.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Qualquer pergunta com relação... De um participante, a PETROS tem, no máximo, 1 mês para responder, e o nosso tempo



médio de resposta é de 17 dias. Então, qualquer participante, daqueles 158 mil participantes, de qualquer plano instituído, patrocinado, ou não — patrocinado ou não —, tem... ele recebe a resposta em menos de 1 mês. A gente tem aprimorado esse processo, é um processo constante de aprimoramento. A gente, agora vai criar, inclusive, um portal, onde todos os contratos da PETROS assinados vão ser publicados nesse portal, para os participantes. É um processo permanente, mas eu diria que o nível de informações que os participantes têm neste momento é muito maior do que o que eles tinham há 2 anos, e isso é um processo constante de aprimoramento. Com relação a problemas num plano afetar outro, não — isso é um ponto importante, é um esclarecimento que eu faço. Aos funcionários da PETROBRAS que estão ouvindo, isso é importante: problemas no PPSP não afeta o problema no Plano PETROBRAS 2. Não tem a mínima possibilidade de uma pessoa que está no Plano PETROBRAS 2, que é um plano de contribuição variável, pagar o déficit. Se por um acaso vier a se constituir um plano de custeio que tenha, que o déficit seja dividido entre a empresa e os participantes, o trabalhador que está no PP2 não vai pagar esse déficit. Então, o resultado de um plano não afeta o resultado de outro plano, isso é importante. Inclusive, os ativos são separados por plano. Nós estamos, agora, consolidando o processo de segregação real de ativos para um plano não influenciar, de maneira nenhum, o outro. E, se há algum processo de fiscalização conclusivo? Não. todos os processos estão em fase administrativa, cabe recurso, não tem nenhum... A PETROS nunca foi autuada e não tem nenhum ex-gestor da PETROS em fase final de autuação, indo por exemplo, para a Justiça comum, porque ainda cabe recurso na Justiça comum, se eu não estou errado aqui — o meu assessor jurídico me corrija. Mas todos ainda estão em fase de recursos junto à PREVI. Nenhum deles chegou, inclusive, na câmara recursal que existe no setor. Estão todos, ainda, em fase de primeira resposta da notificação. Acho que são as três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço-lhe.

Com a palavra o Deputado Busato, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Presidente, agradeço-lhe. Eu peço desculpas, porque eu dei uma saída para ir ao médico. E se eu fizer alguma



pergunta aqui que for repetitiva, o Henrique não precisa responder, que depois a gente lê nas notas, aí, viu, Henrique?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Perdão!

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu dei uma saída para ir ao médico, não ouvi uma parte de tuas... Então, se tiver uma pergunta que for repetitiva, não precisa responder, que, depois, a gente lê nas notas aí.

Eu farei a pergunta seguinte: sobre a demissão de alguns funcionários na PETROS — Newton Carneiro da Cunha, Helena Kerr do Amaral, Maurício França Rubem —, eles foram responsáveis por algum prejuízo na PETROBRAS, na PETROS? Eles estão respondendo a algum processo administrativo ou judicial, pela PETROS?

Depois, sobre a venda de 4 bilhões de reais, via ações da BRF, empresa dona da Sadia e Perdigão — a PETROS é a maior acionista da BRF, com 12,5% de capital —, qual seria o motivo da venda? O investimento não é rentável?

Depois, outra pergunta: dos maus investimentos da BR Properties, e a BR Pharma, o que o senhor pode comentar para nós?

Uma outra pergunta: está em negociação comprar uma fatia da OS Invepar? Esse investimento é considerado de baixo risco, médio, ou alto risco.

E, finalmente, uma pergunta bem longa: no pagamento de propina de 500 mil reais a dois diretores da PETROS, Luis Carlos Fernandes Afonso e Humberto Pires Gault Vianna de Lima, com prejuízo de 13 milhões, que falam que foi intermediado por João Vaccari Neto, na época tesoureiro do PT, a Polícia Federal registra a possível interferência de um político não identificado, de grande influência na Casa, na liberação de um seguro em órgão do Ministério da Fazenda, que era condicionante para a transação. O senhor saberia dizer quem seria esse político? Que negócio era esse, condicionante? O senhor tem conhecimento de qual partido eram os Srs. Luís Carlos Fernandes Afonso, e Humberto Pires Gault Vianna de Lima?

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Busato.

Com a palavra o Dr. Henrique.



O SR. HENRIQUE JÄGER - Perdão, como é o nome de V.Exa., eu não...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Luiz Carlos Busato.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Busato. Deputado, com relação a Newton Carneiro, Helena Kerr e Mauricio Rubem, eles eram ex-Diretores e não foram demitidos. Eles pediram demissão.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Certo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Então, esse é um ponto importante. Segundo, até onde eu sei, pediram demissão, eram anteriores à minha gestão. Então, até onde eu sei, pediram demissão.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - É, eu falei pedido de demissão na pergunta a eles aqui.

O SR. HENRIQUE JÄGER - É, não tem nenhum processo da PETROS, não foram demitidos. Até onde eu sei, eles pediram demissão.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sim, mas eu disse aqui que foi sobre o pedido de demissão dos funcionários.

O SR. HENRIQUE JÄGER - É, não tem nenhum processo contra eles.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não existe nada?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não tem nada.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eles não foram responsáveis por nenhum prejuízo, nem houve nenhuma denúncia, nada? É essa a pergunta.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Muito bem.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Com relação a essas três pessoas, não. Com relação...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não estão respondendo a nenhum processo, então, judicial nem administrativo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Administrativo, a Diretoria anterior tem alguns processos que estão correndo e a que eles estão respondendo. Fase administrativa da PREVIC.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Certo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Junto à PREVIC. É o esclarecimento que eu estava dando anteriormente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sem condenação administrativa ainda?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Sem condenação administrativa ainda, na fase de recurso, na primeira fase de recurso.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - O senhor pode informar depois para nós, para a CPI aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, com condenação, mas na fase de recurso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, com autuação, com autuação, mas na fase de recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. HENRIQUE JÄGER - A gente vai passar para os senhores. São oito processos que nós vamos passar para os senhores.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Tá, o.k. Obrigado.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Com relação às vendas de ações da BRF, boato, Deputado, boato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - É?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Aliás, o preço da ação da BRF caiu. O que eu afirmei, e continuo afirmando, é que a PETROS permanentemente avalia possibilidades de investimento e desinvestimento, porque essa é a responsabilidade da Diretoria. Se a gente avaliar que a ação bateu no teto e que ela tende a não crescer mais, não tem por que a gente ficar com ela. Se a gente avaliar que o preço da ação vai subir, a gente fica com ela. Então, constantemente nós estamos monitorando. Agora, essa é uma decisão que não está no âmbito da Diretoria da PETROS.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Tá. Então, não tem venda nenhuma de 4 bilhões?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não existe isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Tá bem.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Essa é uma decisão que não está no âmbito da PETROS, da Diretoria; é uma decisão que está no âmbito do Conselho Deliberativo. O que a Diretoria faz é levar informações a respeito de análises do mercado, pra



onde é que está indo, pra onde a gente acha que vai o preço da ação, e aí tomar a decisão. Mas, em relação à BRF, continuamos sendo o maior acionista individual.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Tá bem.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Com relação aos investimentos da BR Properties, eu não tenho conhecimento sobre a gestão dessas duas companhias. São 308 investimentos, eu não consigo acompanhar todos eles.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Tá. O senhor pode nos dar depois uma...

O SR. HENRIQUE JÄGER - O.k.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - ...sobre essas duas, a BR Properties e a BR Pharma?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Hã, hã! Com relação à Invepar, à fatia da OAS na Invepar. O que acontece? A OAS está em recuperação judicial, vai colocar à venda a sua participação na Invepar, precisa da aprovação da assembleia de credores para aprovar o plano. Depois disso, essa venda vai ser feita num leilão. Os fundos têm preferência. Feito o leilão, se a proposta, por exemplo, for muito baixa, uma vez que a companhia está em recuperação judicial, alguma companhia pode tentar se beneficiar da situação delicada que a OAS vem vivendo para fazer uma proposta baixa. Os fundos podem, se avaliarem que o preço é barato, diante da *performance* da companhia e da perspectiva de futuro que ela tem, os fundos podem comprar. Não existe nenhuma decisão com relação a isso. Os três fundos contrataram o Bank of America para estar assessorando eles nesse processo. Quais três fundos? PREVI, CEF e PETROS contrataram o Bank of America para estar ajudando o banco na análise de todo esse processo, mas não tem nenhuma decisão com relação a isso. Com relação à propina de 500 mil reais pra dois Diretores, já esclareceu; eu não estava aqui. O Luis Carlos Afonso não era Diretor. Assim, essa matéria é uma matéria... Eu não tenho informação se são filiados ou não são filiados, e não tenho informação se... E, até conversando com um Deputado, destaquei isto: o Luis Carlos Afonso, quando o investimento foi aprovado na PETROS, não era Diretor da PETROS.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Está bem. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vai ser importante focar, Dr. Henrique, nessa questão, como disse, e o Deputado Busato colocou, da Brasil Pharma. Já que você disse que tinha conhecimento, até porque foi antes da sua data, mas vou lhe refrescar um pouco a memória: *“A PETROS iniciou investimento na BR Pharma em junho de 2012. Adquiriu 2 milhões e 500 mil ações pagando em média 10.75, ou seja, algo em torno de 26,8 milhões. Comprou mais uma outra quantidade em julho de 2013, mais 139 milhões de reais. Em 26 de agosto de 2013, elevou sua participação para 12% do capital. Nessa data, valia algo em torno de 260 milhões de reais”*.

A BR Pharma é controlada pelo grupo BTG. Começaram, então, erros estratégicos, e hoje, para resumir a história, essa ação foi comprada a 10.75, a informação de que dispomos é que as ações da BR Pharma estão sendo negociadas hoje na BOVESPA ao preço unitário de 0.79 centavos, ou seja, de 260 milhões e talvez mais 40 aqui, hoje, os ativos se especulam em torno de 20 milhões de reais da PETROS. Há ainda indício, mas eu acho que não é o caso, de um novo aporte.

Então, só para lhe refrescar a memória, esse tipo de investimento da Brasil Pharma de uma ação que começa a 10.75 e permanece a PETROS até ser vendida hoje a 0.79, se as informações correspondem precisam ser mais bem explicadas. E acho que, mesmo não sendo da sua época, deveriam ser do conhecimento de V.Sa. as informações sobre esse resultado desastroso que se aponta aqui no momento.

Vamos esperar a documentação completa e os números para que a nossa equipe de consultores, a quem agradeço — ao Bruno, ao Ioda, ao Mohamed, a Paola, a Cristiane e ao Leonardo, que estão chegando aí, e ao Eduardo, que também já trabalha conosco —, possa se debruçar sobre essas primeiras informações. Volto a dizer que vem muita novidade aí pela frente, porque agora que estão chegando as informações e agora que a equipe de consultores está tendo condições de nos passar essas informações.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay, a quem agrego o tempo de Líder para uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu queria de pronto parabenizar o Sr. Henrique pela exposição bastante esclarecedora e todas as



respostas muito seguras acerca do processo de desenvolvimento da própria PETROS.

Quero dizer que é muito louvável que nós tenhamos avançado, e avançamos muito, no controle. Acho que avançamos muito com a decisão de eleição paritária dos membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração. Penso que avançamos com a participação dos representantes, dos participantes no Conselho de Executivo. Na Diretoria Executiva também avançamos no controle. E avançamos também no controle, e aqui foi bem dito que nós temos hoje um controle mais rigoroso no que diz respeito aos fundos de Previdência fechados do que temos nos fundos de Previdência abertos. Portanto, nós temos uma série de controles. Temos a PREVIC que funciona de forma bastante qualificada com relação ao período anterior. E nós estamos avançando nesse controle.

Acho que era muito importante que nós pudéssemos fazer uma relação entre os diversos órgãos de controle, porque temos vários órgãos de controle. Temos CVM, nós temos o Banco Central, nós temos a própria PREVIC. E é muito importante que nós pudéssemos criar uma sinergia entre esses órgãos, porque você potencializa o processo de investigação, na medida em que você, nos fundos de pensão, tem fundos de investimentos, você tem uma série de ações, você tem relações com o banco, você tem uma série de atividades que dizem respeito a órgãos diferentes de controle.

Era muito importante, penso eu, que nós pudéssemos ter essa sinergia para que nós pudéssemos ter um controle mais coadunado de todos esses órgãos que tem essa responsabilidade de preservar os recursos que são precípuos para os participantes, para pagar ou complementar as aposentadorias de qualquer natureza.

Mas digo que, além disso, é muito importante, e acho que esta CPI pode contribuir nesse sentido, que nós possamos tirar esse prazo de 3 anos, que eu acho que é um prazo de curto prazo, já foi dito aqui e eu já falei isso em outras ocasiões, em outros depoimentos nesta CPI. É um prazo muito pequeno para investimentos que às vezes exigem um tempo de maturação muito grande. Nós estamos falando de investimentos estruturados, como foi dito, investimentos em Jota, onde você tem um investimento e uma ausência de retorno que está dentro do processo de



planejamento daquela própria ação. É um investimento que não vai dar retorno de imediato, mas que tem perspectiva de que possa crescer sobremaneira.

Nós temos alguns investimentos nesse sentido, e penso que... Alguns falam de Belo Monte, por exemplo, mas eu acho que Belo Monte é a terceira maior hidrelétrica do mundo, em potência instalada. Belo Monte, se não me falha a memória, teve uma valorização de 106,69% do seu ativo. A PETROS tem ações em Belo Monte e uma meta. Ela ultrapassou em mais de 81% a sua meta atuarial. Então, não é um investimento que se diga péssimo para o Fundo de Pensão. Não o é nem para o Fundo de Pensão tampouco para o País, é um bom investimento para o próprio País.

Eu diria que, além disso, fala-se muito do Grupo Canabrava. Se não me falha a memória, a rentabilidade projetada para ele é de 8,4% ao ano.

Então, fala-se de uma série de investimentos aqui, mas, em verdade, você tem... Fala-se do BVA. Ora, o fundo do BVA, de que o BVA era gestor, porque a PETROS nunca teve, aqui já foi dito várias vezes, nenhum investimento direto no BVA... Se não me falha a memória, 90% do que foi investido já foram recuperados pela PETROS em negociação direta com as empresas. Quando se fala do próprio BVA, que não é o caso da PETROS, investimento no BVA, há, e eu vou repetir, o Banco Pactual.

O BTG Pactual tem 30% das ações. Em seguida, vêm Bradesco e Santander. Ou seja, ninguém aqui acredita que banqueiro faz investimentos com riscos para ter prejuízo. Bancos fazem investimentos dentro de um cálculo de lucratividade e investindo no BVA. O próprio Banco do Estado do Pará, que tem como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará, do PSDB, também investiu no BVA. Mas, no caso específico da PETROS, não houve investimento no BVA. Houve investimento no fundo gerido pelo BVA, e a PETROS — corrijam-me se eu estiver errada — já recuperou parte do que foi investido, mais de 90% foram investidos, em negociação direta com as empresas, na medida em que não houve investimento no BVA.

Eu vou aqui repetir o que a Sete... Na medida em que há acordo com a PETROBRAS, ela passa a ser um bom negócio. Ela passa a ser um bom negócio porque você vai produzir sondas que já vão ser utilizadas pela própria PETROBRAS



e que, portanto... Há recursos, inclusive, do BNDES e de outros bancos. Na medida em que há a proposta de negociação com a PETROBRAS, esta proposta ou este acordo passa a ser um instrumento importante para a repactuação das dívidas da própria Sete com os seus credores. Nós temos toda a perspectiva de que essa empresa venha a dar um grande retorno para os fundos de pensão que investiram nela.

Eu posso até dizer isso da Vale. Mas é muito importante lembrar que os fundos investiram na Vale por orientação do Governo, na época. Em 1997, o Governo quis privatizar a Vale. Privatizou a Vale. Eu me lembro muito bem da fala de um representante ligado ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso que dizia que estavam investindo no limite da responsabilidade, falando do processo de privatização financiado pelos fundos de pensão. A Vale, pelo que me consta, foi fruto disso. Em 1997, os fundos de pensão compraram ações da Vale para financiar o processo de privatização, e não podem dispor dessas ações pelos próximos 20 anos, só podem fazê-lo no próximo ano.

Mas, ainda que seja esta a característica da Vale, a mesma coisa eu não sei se aconteceu na PETROS. Porém, no depoimento do representante da FUNCEF, foi dito que o BNY Mellon — aqui também muito falado — em verdade fez bons acordos no POSTALIS, porque ele assegura todo o prejuízo, arca com todo o prejuízo. Qualquer que seja o prejuízo no investimento das empresas, ele arca com esse prejuízo.

Mas o BNY Mellon, segundo representantes da FUNCEF... Foi também uma orientação do Governo em 2002 que os fundos de pensão, a FUNCEF, pelo menos, não poderia se desfazer desse contrato por 10 anos. A FUNCEF veio a se desfazer da relação com o BNY Mellon em 2012, porque estava impedida de fazê-lo com antecedência.

Então, é preciso que a gente passe pelo crivo do que é fundamental para os funcionários que se beneficiam desses fundos de pensão, porque esses fundos de pensão existem para eles. Se nós falamos do prejuízo da Vale, que teve inegavelmente um impacto muito grande, os déficits foram construídos. A PREVI não teve déficit, mas, de toda sorte, os superávits estavam sendo de certa forma



distribuídos com os participantes. Já não o é mais. A PREVI não teve déficit, mas ele causou um impacto na Vale, originado em 1997.

Quero, por fim, falar aqui, de forma muito intensa, do aprimoramento da transparência. Sabe por que digo isso? Porque, em 2001, nós tivemos uma representante do Fundo da SPC — à época, Secretaria de Previdência Complementar, hoje PREVIC — chamada Solange Paiva Vieira. Ela saiu e disse que havia oito fundos de pensão com déficits naquela época. E ela foi demitida em seguida. Ela disse o seguinte: que o Ministro à época, o Sr. Roberto Brant, falou: *“Este é um assunto a ser tratado reservadamente.”* Dizia ela: *“Acho um absurdo não divulgar a lista dos fundos que estão com problemas, para que os participantes possam ter conhecimento disso.”* Ela foi demitida. Ela foi demitida porque colocou no *site* da Secretaria de Previdência Complementar que havia oito fundos que carregavam déficit. Ela foi demitida, porque o Ministro, à época, em 2001, disse que esse era um assunto para ser tratado reservadamente.

Por isso, a gente tem que brindar a transparência que precisa ser aprimorada, e digo que precisa ser aprimorada porque eu penso que é muito importante a sinergia entre os órgãos de controle, é preciso criar um instrumento de sinergia dos órgãos de controle e a divulgação. Mas todos os fundos que vêm aqui falam da transparência: transparência no *site*, da transparência com a participação dos servidores ou dos empregados, da própria composição dos fundos, do sistema de governança aprimorado para ter esse cuidado nos investimentos.

Eu digo isso, Dr. Henrique, porque lembro que, em determinada ocasião, o Diretor de Investimento do Fundo de Pensão da Caixa, da FUNCEF, foi responsável sozinho, teve alçada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ... para empreender 108 investimentos, com alçada individual. Desses 108, 105 deram prejuízo à época. Isso pelos idos do final da década de 90. Enfim, nós temos inclusive ações na FUNCEF que responsabilizam o Presidente da época já em curso avançado no Ministério Público.

Por isso, eu digo que é preciso avançar mais no controle e na transparência. Mas nós seguramente avançamos bastante. Esta CPI, inclusive, é uma expressão disso.



Era isso, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida. Depois, pela sequência, para encerrar, passo a palavra aos Deputados João Rodrigues, Lelo Coimbra e Pedro Cunha Lima. Quatro inscrições encerradas.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, muito rapidamente, cumprimento V.Exa., o nobre Relator e o convidado, Sr. Henrique.

Este debate é fundamental, e nós não queremos que o assunto fundos de pensão seja tratado reservadamente. Queremos que seja tratado publicamente, com o debate transparente, com elementos que aqui eu acho que o Sr. Henrique pôde trazer de forma muito apropriada e que terá continuidade nos debates que faremos aqui, porque, no final desse processo, todos nós desejamos que tenhamos mais segurança para os 158 participantes da PETROS e dos demais fundos de pensão. Que a PETROS e os demais fundos de pensão tenham condições de ampliar o seu papel de estimulador, de financiador e de empreendedor para o desenvolvimento do nosso País. Esse é o desejo de todos nós. E empreendimentos vários, como o da Sete Brasil.

Nós devemos buscar condições de viabilizar a exploração do pré-sal, viabilizá-lo na concepção de uma riqueza que deve ser explorada com planejamento, com conteúdo local, desenvolvendo a indústria nacional, a indústria naval, que é tão importante. Preocupa-me muito os 7 mil empregos que já foram perdidos no estaleiro Enseada de Paraguaçu, lá na Bahia, e tantos outros.

Portanto, penso que o esforço que devemos buscar é de criar as condições para recuperar esses investimentos para o fundo de pensão, para o Brasil, para a geração de empregos.

Para concluir, Sr. Presidente, as indagações e perguntas aqui já foram feitas, queria traduzir em questionamento duas abordagens que foram feitas anteriormente. O Deputado Paulo Teixeira falou sobre a legislação. Eu queria perguntar a V.Sa. se a legislação atual é adequada, se necessita de modificação. E, caso necessite, quais as sugestões que V.Sa. apontaria na legislação atual?



A outra indagação é a respeito dessa segmentação da fiscalização — CVM, Banco Central, PREVIC. Que impacto isso provoca na governança dos fundos de pensão? Isso causa prejuízos para a governança, a transparência, a agilidade na tomada de decisão dos fundos de pensão?

Então, traduzo aqui em indagação aquilo que fez parte das abordagens anteriormente expostas aqui pelos nobres Deputados Paulo Teixeira e Erika Kokay.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecido.

Solicitamos uma abordagem objetiva ao Dr. Henrique.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Com relação à legislação atual, Deputado, eu fiz questão de trazer algumas reflexões que o setor tem passado. A primeira delas é essa dicotomia entre uma legislação de curto prazo e uma estrutura de pagamentos de longo prazo. Não é que os fundos de pensão operem em longo prazo, os investimentos, mas é porque a estrutura de pagamento é de longo prazo. Então, o que tem se discutido na indústria de fundos — a ABRAPP está puxando esse debate, a ANAPREV e ANAPAR estão puxando esse debate — é você trazer elementos de solvência. Eu tenho que olhar para a situação do fundo do ponto de vista estrutural, da equidade, mas também olhar para a questão do déficit. Eu não posso abandonar a questão do déficit. Ela é uma bandeira que eu tenho que olhar, mas não é a única. Hoje em dia ela é a única que parametriza as minhas decisões. Então, ampliar o debate é importante. Outro ponto que também penso que se tem que avançar é nessa diferença entre os planos de previdência aberto e os planos de previdência fechada, a legislação. Isso acaba dando um... A PREVIC é muito mais dura na legislação e nas exigências do que o órgão que regula os planos de previdência aberta. Então, isso é um plano de reflexão. Com relação à segmentação, confesso que eu não tenho nenhuma reflexão sobre isso. Então, eu prefiro não palpar. Qualquer coisa que eu estaria falando aqui seria um palpite. O outro tema não, venho refletindo, venho discutindo com os pares. Então, eu acho que a gente, de fato, deve avançar, trazendo outros elementos que não só uma visão de curto prazo do déficit, mas deve olhar também para a situação econômica estrutural do plano, se essas duas coisas não têm que ser combinadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado João Rodrigues, pelo tempo de 3 minutos.



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, antes de mais nada, é pena que a Deputada Erika Kokay não esteja presente, quero cumprimentá-la. Ela, literalmente, derrubou o seu cargo pela defesa, pela quantidade de informações prestadas. Pareceu-me mais ela Presidente da PETROS do que uma Deputada indagando o Presidente para tirar dúvidas, obviamente, o que é o nosso interesse.

A Deputada acaba de chegar. Então, eu quero lhe cumprimentar pela sua defesa, com muita qualidade, da PETROS. Até comentei que V.Exa., com certeza, poderia derrubar o Presidente pelo número de informações que prestou na sua indagação.

É óbvio que o nosso papel é questionar, levar o maior número de informações, mas o meu, obviamente, não é diferente. Se bem eu quero questionar sobre aquilo que eu tenho dúvida, não só eu como, obviamente, o funcionário. De qualquer forma...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Perdoe-me, eu levo como elogiosa a manifestação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estou levando, Deputado. Estou levando como elogiosa.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - V.Exa. poderia se ofender se eu dissesse que V.Exa. estaria tentando acobertar a roubalheira, o desvio. E eu não estou dizendo isso. Eu só comentei, e todos aqui testemunharam, a sua bela defesa, com conteúdo. E é um fato, é uma grande verdade.

Mas eu quero aqui voltar a um assunto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só se tiver ofensa, Deputada. Se a ofendeu, tudo bem, mas senão...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas me ofendeu.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não vejo por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Deputado João Rodrigues tem a garantia da palavra.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Talvez não tenha sido essa a intenção, mas me ofendeu.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Bom, eu posso lhe ofender para V.Exa. ter 1 minuto, não há problema algum, mas eu vou fazer o questionamento, depois eu questiono V.Exa. também.

Eu quero só fazer a observação no seguinte sentido: foi mencionado e me chamou a atenção, em duas oportunidades. O advogado Carlos Alberto Pereira Costa, ligado diretamente ao Alberto Youssef, na delação premiada, informou que o ex-tesoureiro João Vaccari Neto, que foi preso na Operação Lava-Jato, intermediou negócios da PETROS e em outros fundos de pensão. Segundo consta e segundo a denúncia dessa delação, o negócio envolvendo Vaccari teria rendido, segundo o advogado, 500 mil reais em propinas para dois ex-gerentes da PETROS. O senhor já informou que um deles, que o senhor nominou... Eu perguntaria, e já rapidamente, se o senhor pudesse me responder, qual é o nome dos dois. O senhor sabe o nome dos dois?

E, segundo, o que o senhor mencionou é Luís Carlos, se não me falha a memória, corrija-me se eu estiver errado. É Luís Carlos o nome que o senhor mencionou, que trabalhou, depois saiu da PETROS, depois retornou à PETROS? O nome dele é Luís Carlos ou Henrique?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Luís Carlos Afonso.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Isso.

Ele estava na PETROS em que data, da primeira vez?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Da primeira vez, eu acho que ele ficou 2 meses, em 2003.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Em 2003. Depois ele voltou em 2008?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Creio que sim. Não tenho certeza das datas, eu não estava lá, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Ele é mencionado, ele é citado como um dos que recebeu um valor, em tese, de propina, no valor de 500 mil reais.

O senhor já nos diz: "*Olha, ele não estava lá, então não é assunto nosso.*" Ele estava, saiu, voltou e é citado na Operação Lava-Jato.



O nome do segundo gerente ou diretor, que foi denunciado na Operação Lava-Jato, se o senhor pudesse nos informar... Mesmo o senhor constando que não estava lá, não é assunto, eu fico na dúvida. Ora, estava lá, saiu de lá, voltou para lá e é citado como beneficiado ou beneficiário de um valor, supostamente de propina, de uma operação citada que envolvia a PETROS. Então, de qualquer forma, é importante averiguar, porque ele voltou para lá. Se for citado, se chama a atenção, é preciso saber: *“Vem cá, mas como é que é esse negócio? Estava aqui, deu start ao assunto, foi embora para depois voltar, ou nada tem a ver ou é apenas uma denúncia infundada?”*

O nome da segunda pessoa, também eu gostaria de saber.

Por fim, em 2012, a PETROS tinha um superávit de 2,2 bilhões. Em 2013, apresentava um déficit de 3,3 bilhões. Em 2014, o déficit passou para 6,2 bilhões. O senhor já falou muito, mas eu gostaria que repetisse. Que explicação o senhor teria para essa diferença, constatada no decorrer desses 2 anos?

Diante dessa situação, quais serão as ações a serem empreendidas, até porque eu observei na sua primeira manifestação, é muito bem conceituado, bem informado no seu contexto.

Existe alguma ação desenvolvida para tentar solucionar esse problema?

E a que o senhor atribui a todos esse problema financeiro, porque, afinal de contas, são 6 bilhões de déficit. O senhor atribui a quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Qual é o problema da PETROS? Foi, em alguns momentos, investimento equivocado, prejuízo dado em investimentos errados? Gostaria que o senhor pudesse nos delinear o que aconteceu para ter esse déficit de mais de 6 bilhões, que realmente é algo preocupante. E também, prioritariamente, quanto aos dois nomes, que foram citados na Operação Lava-Jato.

E, por fim, Sr. Presidente, eu creio que, diante da resposta que teremos, seria oportuno, se os demais colegas concordarem, chamar aqui na CPI o advogado que cita João Vaccari Neto, o próprio João Vaccari Neto e os dois nomes que foram mencionados na Operação Lava-Jato, para fazer até uma espécie de acareação para tirar dúvida, porque, afinal de contas, nós estamos tratando — e ninguém teve



nada — do dinheiro que é do funcionário, que é o dinheiro de alguém que contribuiu e também tem dinheiro público aí dentro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sem dúvida, boa sugestão. Sugiro que V.Exa. apresente, em forma de requerimento, o pedido de acareação, que será submetido ao Plenário para que possa deliberar, ou não.

Com a palavra o Dr. Henrique.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Deputado João Rodrigues, com relação ao Luís Carlos Afonso, na verdade eu não trouxe o nome, quem falou foi um Deputado. Como a IMV estava na mídia... A PETROS não foi citada, esse é um primeiro ponto importante. Em nenhum momento a PETROS foi citada pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público, em nenhum momento chegou nenhum documento. Quando assumi a diretoria da PETROS, esse termo da IMV estava, teve, não teve, e eu pedi para se fazer um grupo de trabalho e esse grupo de trabalho constatou que internamente todas as questões, todos os ritos foram cumpridos, o processo era considerado um REIT baixo, de risco baixo, tinha uma boa rentabilidade. O grupo Votorantim estava por trás do processo no sentido de... A fábrica foi feita no terreno do Votorantim. Você tinha um contrato de compra de 100% do ferro-gusa. Então, do ponto de vista da PETROS, não tinha problema internamente. Eu só esclareci a questão do Luís Carlos, porque, como eu vi esse trabalho sendo feito, eu vi as datas. As datas eram: o processo foi analisado em 2004 e foi aprovado em 2005. E o Luís Carlos não estava lá. Eu não sei quais são os outros dois nomes citados. Mas do que eu tenho certeza é de que o Luís Carlos não estava lá nesse nome, porque eu fui olhar a composição da Diretoria da PETROS nos últimos anos, e o Luís Carlos não estava lá nesse período. Como relação aos outros nomes, eu não sei. De fato, eu não posso fazer afirmação nenhuma porque eu não sei. O que eu posso fazer afirmação é que os ritos da PETROS, toda a governança que tinha na época, que foi evoluindo ao longo dos anos, ela foi cumprida. A legislação da época foi cumprida. E nenhuma pessoa que participou do processo foi persuadida para aprovar o processo. Ao contrário, todo mundo votou de acordo com a sua consciência, inclusive as pessoas que trabalhavam fora da PETROS, que eram funcionários da PETROBRAS, e um representante dos eleitos. Com relação a que fazer, explicações para o déficit, se o Presidente me permite, eu vou ter que repetir.



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu até me dou por satisfeito, de forma muita resumida, porque o senhor já fez isso na abertura dos trabalhos, e eu captei parte da sua mensagem.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Quais são os fatores do ponto de vista de investimento de longo prazo, Deputado? A rentabilidade foi maior do que a meta atuarial. Nós estamos falando do plano PETROS do sistema PETROBRAS, que é o maior plano da PETROS. A rentabilidade foi maior do que a meta atuarial. Bom, se a rentabilidade foi maior do que meta atuarial, por que eu tenho déficit? O que significa a rentabilidade ser maior do que a meta atuarial? Os investimentos, onde a PETROS aplicou os recursos, renderam mais do que deveriam render para pagar as obrigações. Mas por que não dá para pagar as obrigações? Porque outros fatores foram intervenientes nesse processo. Quais são os principais deles? Fatores associados ao regulamento do plano que garantem ao aposentado garantia, até então para todos os aposentados e agora só para uma parcela, de aumento real como se estivesse na ativa. E ele não contribuiu para formar uma poupança sobre esse aumento real. Então, isso gerou um impacto que eu estou estimando aqui de 5,4 bilhões, que são os 3 bilhões do fundo que foi feito, mais 2,4 de ações que estão na Justiça reivindicando aumentos reais, porque eles entendem que o que os trabalhadores da ativa tiveram eles querem. Além disso, a mudança na tábua de mortalidade ou na tábua de expectativa de vida, que também teve um impacto de mais 2,2 bilhões. Somada a isso, há a questão da Vale do Rio Doce, que também teve um impacto de 2 bilhões nos últimos 2 anos, e a gente já tem uma conta de quase de 10 bilhões para um déficit de 6, que comeu a gordura de a rentabilidade ter sido maior do que a meta atuarial. São essas questões. Não sei se eu expliquei para o senhor.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não, não, eu entendi perfeitamente, até porque a PETROS, conforme o senhor disse, nunca foi citada. Citados são os gerentes, em tese, porque é preciso tirar dúvida, e, no caso, é deles.

Então, eu quero lhe cumprimentar pela sua explanação de início e me dou por satisfeito com a sua informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre a questão dos nomes citados, ele disse que não conhecia naquela... Eu não sei se a pergunta do



Deputado João Rodrigues foi sobre os nomes que, teoricamente, teriam sido citados na Operação Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não, Operação Lava-Jato, como diretores ou gerentes da PETROS, que teriam sido beneficiados com uma propina de 500 mil reais cada um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato, e que na reformulação da direção, no final de 2014, começo de 2015, acabaram sendo contestados por membros do Conselho. Desses nomes, você já falou que não tem conhecimento, não é Dr. Henrique?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não. Nem dessa contestação, Sr. Presidente. Não tenho, de fato não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. Mas há informação de que a Graça Foster teria indicado alguns nomes que teriam... Da informação de que a Graça Foster teria sugerido alguns nomes, você tem conhecimento?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Saiu numa matéria de jornal. Não saíram os nomes, mas saiu uma matéria no jornal, os áudios da gravação que tinham sido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Que teriam sido por indicação do então Ministro Mantega.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu não sei o teor inteiro da matéria, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Dr. Danilo Ferreira da Silva faz parte da sua administração hoje?

O SR. HENRIQUE JÄGER - É o Diretor de Administração e Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Diretor de Administração e Finanças.

O Dr. Carlos Cotia foi um dos indicados nessa transição, mas não permanece, é isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, tanto o Danilo já trabalhava na PETROS, o Danilo era o assessor do Presidente da PETROS, e o Carlos Cotia era Ouvidor e continua como Ouvidor da PETROS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas ele, por um tempo, assumiu a Diretoria de Seguridade?



O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não assumiu. Nem o Danilo assumiu a Diretoria, só foi assumir quando a gente tomou posse agora, indicado pela patrocinadora, no dia 2 de março. O Cotia também não assumiu diretoria nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. E o Newton continua sendo seu Diretor de Investimentos?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, o Newton não é mais Diretor de Investimentos. Ele saiu quando nós tomamos posse, dia 2 de março. Agora é o Lício o Diretor de investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele fez essa transição final junto com o ex-Presidente Carlos Costa?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Quando nós tomamos posse, na PETROS existiam dois membros na Diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Carlos Costa...

O SR. HENRIQUE JÄGER - O Carlos e o Newton.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eles acumulavam as outras duas Diretorias que estavam vacantes?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso, vacantes. Se eu não estou enganando, desde dezembro a Diretoria Administrativa estava vaga, porque a Helena Kerr tinha saído, e o Sr. Maurício saiu em fevereiro ou em janeiro. Não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sabe se algum desses nomes foi por indicação do ex-Ministro Mantega, especialmente o Danilo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não sei. Não chegou a mim nenhuma indicação do Ministro Mantega. Aliás, quando eu assumi, o Ministro Mantega já não era mais Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, sou o Relator.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Posso só fazer um esclarecimento, Relator? Desculpe-me. É que eu fiz uma afirmação e fui corrigido pelo pessoal que está assistindo. Com relação à Itaúsa, a gente indicou já na transição de 12% para 15%. Antes de atingir 15%, nós já tínhamos indicado. Então, peço desculpa pela afirmação aqui, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Era a informação que eu tinha, contestei.

O SR. HENRIQUE JÄGER - O senhor sabe mais do que eu. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O quer dizer que foi um gesto de conveniência e cortesia da Itaúsa, antes dos 15%, ao dar essa vaga à PETROS. Por isso, coloca sob suspeita essa compra de 11%, 12% da Camargo Corrêa, que ninguém mais queria comprar. A PETROS apareceu sozinha para comprar, e aí ganha esse gesto de benevolência. Sem ter formalmente direito, é contemplada com cargo na Direção. E, por mera coincidência, o Dr. Sérgio Gabrielli é o indicado para compô-la até os últimos dados. *(Palmas.)*

Então, ainda bem que o senhor reiterou a informação.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Sr. Presidente, só para esclarecer, a partir de 10%, a depender da composição, você já passa a ter direito de indicar representante no Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É uma faculdade.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não, não. Há empresas que com 10% você pode indicar. Não sei se era o caso da Itaúsa, mas há empresas que com 10% você já pode indicar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Os 15% seria a regra.

O Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A legislação aqui colocada é que 3 anos de déficits seguidos geram a necessidade de aportes, que têm que ser igualitários, tanto da patrocinadora quanto dos beneficiários. Essa é uma questão da legislação. Inclusive, ao final, nós pretendemos apresentar algumas sugestões de alterações.

Estou olhando aqui o balanço. De meados de 2012 para cá, a partir de agosto de 2012, começa a gerar déficit, mas, integralmente, 2013, 2014. E já mostra que, até maio de 2015, ele já tem um déficit aqui de aproximadamente de 2,7 bilhões. Qual é a previsão para 2015? A previsão é de superávit ou de déficit?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Para atingir superávit, nós teríamos que ter... Bom, o resultado é acumulativo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.



O SR. HENRIQUE JÄGER - Então, se nós conseguirmos mudanças, se a economia conseguir se estabilizar e se nós conseguirmos... Para zerar o déficit e ter superávit, nós vamos ter que apresentar um resultado de 6 bilhões. Então, o desafio é muito grande, Deputado. Nós saímos de 6 bilhões negativos. Saímos de 6 bilhões negativos — negativo é um termo ruim. Saímos de 6 bilhões de passivo atuarial. Então, nós vamos ter que aumentar... Teríamos que gerar um resultado superavitário de 6 bilhões para zerar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, isso quer dizer o seguinte: que há grande probabilidade de, a partir de 2016, os beneficiários terem que aportar algo a mais do que estão aportando hoje.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não em 2016. Não diria que é a grande probabilidade. Nosso público é um público muito sensível. Nós estamos falando de pessoas com 70, com 80, com 90 anos, que não têm acesso às informações, aos canais de comunicação que a gente tem. Eu, particularmente, não vou assumir um grau de probabilidade.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas se tiver 3 anos de déficit, terá isso.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Se tiver 3 anos consecutivos, a lei manda — não em 2016 — que as partes negociem. Os representantes dos participantes, junto com o representante da patrocinadora, junto com a PETROS, vão fazer um plano de custeio para esse déficit.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto tempo para fazer isso?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Ao longo do ano de 2016.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, a partir de 2017 pode ser.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Isso. Agora, há ene variáveis em jogo. A gente pode tentar... Há o entendimento do Conselho Fiscal que a PETROBRAS tem que pagar 1 bilhão e meio, há a Emenda Constitucional nº 20, que o senhor citou aqui, que fala que é um para um. Então, há vários fatores que influenciam esse processo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Esse 1 bilhão e meio que a PETROBRAS deve é relativo a quê?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Esse é o debate. Eu não vou afirmar que ela deve. No entendimento dos membros do Conselho Fiscal, por conta daquele fundo



previdenciário que foi criado para pagar os níveis, que é o aumento real para os aposentados...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim, dos 3 bilhões?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Sim, dos 3 bi. Eles entendem que metade daquilo tem que ser pago pela PETROBRAS. Pela nova legislação, o entendimento da PETROBRAS é que não. Ela só pode pagar quando for equacionar e não tem que pagar antecipado. Então tem várias variáveis, Deputado. Por isso, eu não me posiciono aqui sobre a probabilidade se vai ou não ter déficit. Isso está na mesa, inclusive a possibilidade de se fazer um termo de ajustamento de conduta, a possibilidade de os senhores reverem a legislação até o final desse processo, ao longo de 2016. São várias variáveis que podem influenciar nisso. Então eu preferia não me posicionar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, 1 minuto, 30 segundos, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Gostaria apenas de explicar ao Deputado que na utilização do tempo de Liderança nós não fazemos perguntas. Mas também quero dizer que foi dito pelo Sr. Ricardo Sérgio, à época, num telefonema ao então Ministro Luiz Carlos Mendonça, ele dizia: *“Estamos no limite da nossa irresponsabilidade”*. Porque utilizou 874 milhões de fiança inclusive para utilização, participação dos fundos de pensão nos leilões de privatização da Vale do Rio Doce. Foi apenas isso que eu falei Deputado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está certo. É incrível como as palavras continuam atuais depois de tanto tempo.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu só não entendi a manifestação. Não entendi isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre os limites da irresponsabilidade. Está correta a sua palavra, e hoje também se aplicaria.

Concedo a palavra ao Deputado Lelo Coimbra, penúltimo inscrito.



O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, Relator, Sr. Henrique, o primeiro registro é a candura com que eu vejo os dirigentes dos fundos se manifestarem. Há um déficit aqui, há uma aplicação malsucedida ali, a Vale foi para o buraco, o minério caiu. Enquanto isso, muitas pessoas estão trabalhando diariamente, e, no final do mês, o seu dinheiro vai financiar essa brincadeira. Todo mundo fica na expectativa de que ao final dos 30 anos vai ter a sua aposentadoria esperando.

O Presidente da PETROS acabou de falar que ele tem medo — não usou essa palavra — de colocar a questão da recomposição dos fundos porque há pessoas de 70, 80 anos. Ele tem medo de fazer um enfarto coletivo com uma informação desse tipo, está certo?

Então, assim, a candura desconhece a motivação pela qual um fundo desses foi criado. Esse fundo foi criado para dar segurança, para dar perspectiva de segurança às pessoas que trabalham a sua vida toda.

Então, o Presidente do POSTALIS, quando falou aí, sequer sabia por que o dirigente anterior tinha mudado o fundo de uma aplicação para outra que dava prejuízo. Ele não tinha sequer o inventário dessa decisão que foi tomada com prejuízo para o POSTALIS, mas os servidores dos Correios estão remunerando o buraco que foi deixado de 5,6 bilhões de reais. (*Palmas.*) Isso está acontecendo.

A primeira pergunta que eu queria fazer ao senhor, Sr. Henrique, é de resposta imediata, porque dela decorre o meu seguinte raciocínio. Quando foi que a PETROS investiu na Sete Brasil? Quando? Data?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Penso que em 2011, Deputado.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - 2011.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu não estava lá, então, não tenho certeza, mas acho que foi em 2011, Deputado.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Foi em 2011. Agora, eu vou dizer por que a Sete Brasil é um arranjo da PETROBRAS. A Sete Brasil foi constituída no ano de 2011. A PETROS investiu numa empresa constituída em 2011. Essa empresa foi constituída como empresa privada, e, em 2012, 1 ano depois, essa empresa participa de uma licitação internacional para ganhar o direito de fazer 29 sondas, 28 da PETROBRAS e uma de outra empresa. A Sete Brasil precisa ter um aporte de



capital de 20 bilhões de dólares, mesmo que tenha a Pactual, mesmo que tenham as três empresas que o nosso Deputado citou, mas vocês imaginem que, com 1 ano de idade, essa “empresa” — entre aspas — se torna esse... E é nesse primeiro ano que a PETROS entra em algo que não existe ainda. Essa empresa não é empresa por quê? Porque a PETROBRAS a constituiu para fazer o arranjo, para contratar as outras empresas que — elas, sim — fazem as sondas. Os Presidentes da Sete Brasil, até a crise da Lava-Jato, eram indicados pela PETROBRAS. Eles, na CPI da PETROBRAS, da qual eu participei... E eu estou falando aqui o que falei na CPI da PETROBRAS, que esse arranjo não caracterizava a Sete Brasil como uma empresa, podia ter o registro razão social como empresa, mas o seu perfil não era de empresa. Então, a PETROS investiu em uma empresa, no seu primeiro ano de constituição, em um arranjo feito pela PETROBRAS, entraram os bancos que foram citados aqui, entraram os fundos. Por isso, a idade da crise dos fundos tem essa data que V.Exa. citou, Deputado. Os fundos se meteram em uma embrulhada, e o interessante é que... Eu não vou fazer acusação partidária, mas os fundos têm a mesma orientação partidária, por coincidência, com ações de primeira linha, ações de segunda linha, ações de terceira linha. Os fundos todos se meteram em investir em ações de segunda e terceira linha. Por que essa coincidência? Para gerar agora um buraco de 6,2 bilhões na PETROS, para gerar um buraco de 5,6 bilhões no POSTALIS, para gerar um buraco de 8 bilhões na FUNCEF — todos eles embrulhados em arranjos desse tipo, sob a mesma orientação de investimento, por coincidência. Todos têm orientação de profissionais, mas todos fizeram os mesmos negócios, na mesma direção, sob as mesmas orientações.

Aí a pergunta fica. O Deputado Sergio Souza já a fez ao Sr. Henrique: qual é o plano de abordagem para sair dessa crise até o final do ano e, para no ano de 2016, tentar fazer uma salvação desse buraco, para não ter que impor àqueles senhores de 70 anos, de 80 anos, que passaram as suas vidas financiando essa brincadeira, para em 2 anos os senhores enfiarem esse dinheiro no ralo? Essas pessoas passaram 30 anos, 40 anos, 50 anos investindo aí. Em 2 anos, os senhores conseguiram enfiar isso no ralo. O senhor está lá há 1 ano, segundo o senhor me falou. Essa é a pergunta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado, peço que faça a última pergunta para concluir.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - A outra pergunta é a seguinte. No relatório da PETROS, tem 47 planos de investimento. Quantos desses planos estão dando lucro e quantos estão dando prejuízo? Então, a primeira pergunta é essa.

A segunda pergunta é: por que o investimento da PETROS fez várias opções para ações de segunda e terceira linha, quando havia ações importantes de primeira linha?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Eu fiz o comentário da coincidência dos outros fundos, mas o importante é que a PETROS também investiu, e a minha pergunta se dirige a PETROS. O terceiro é o plano de recuperação, e o quarto é essa coincidência do investimento da PETROS no primeiro ano de uma empresa que estava se constituindo com cara de empresa, mas era um arranjo da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem a palavra o Dr. Henrique Jäger.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Primeiro, Deputado, estou na PETROS há 6 meses. E plano não dá nem lucro e nem prejuízo, ele dá superávit e déficit. São conceitos completamente distintos. (*Manifestação no plenário.*) É importante esclarecer isso. Prejuízo... Como é que se chega ao cálculo...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - É porque o senhor está lidando com o seguinte. Como tem 6 bilhões de buraco, mas com o patrimônio é de 70 bilhões, então daqui resolve porque como 70 bilhões de patrimônio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos deixá-lo responder, garantir-lhe a palavra.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. V.Exa. tem sido muito democrático, inclusive comigo, mas foram 7 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso. A Deputada Erika Kokay usou mais, 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Eu não estava aqui. Eu peço desculpas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas quero lhe dizer que fui tolerante com todos. Como ele estava na conclusão do raciocínio, eu permiti. V.Exa. está correto na sua assertiva. Exclusivamente porque ele estava na conclusão do raciocínio, eu permiti. Tem a palavra o Dr. Henrique. Vamos lá. Está bem pertinho de acabar.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Vou tentar esclarecer V.Exa. A PETROS tem 47 planos. Desses 47, dois planos têm déficit. É muito clara a origem do déficit, Deputado. É muita clara a origem do déficit. Em que pese o senhor falar do buraco em que a PETROS se meteu nos últimos 2 anos, o buraco em que a PETROS se meteu nos últimos 2 anos, 90% deles vêm de passivos gerados a partir de reivindicações dos trabalhadores, entendendo que eles têm direitos como se estivessem na ativa. Três bilhões de um fundo previdenciário e 2,4 bilhões de reservas constituídas para fazer frente às ações trabalhistas. Se somarmos mais 2 bilhões da redução do impacto da redução do preço do minério no valor da ação da Vale, já dá mais do que os 6 bilhões. Então, estou vindo com toda a transparência aqui esclarecer os números. É isso que eu estou fazendo. Qual é o plano que nós estamos adotando? Nós estamos mudando o perfil da política de investimentos. Esclareci isso no começo aqui da apresentação. Nesse momento, no meio da década dos anos 2000, houve uma inversão da curva, o CDI ficou abaixo da meta atuarial. Portanto, se estivéssemos aplicando em título público, não íamos conseguir pagar a meta atuarial, e isso seria um problema. O déficit seria muito maior. Então, houve uma decisão de diversificar a política que se mostrou exitosa, porque gerou um superávit de pontos a mais do que a meta atuarial, mas neste momento, por conta da mudança na conjuntura econômica, a curva se inverteu, e nós estamos mudando no sentido de direcionar os investimentos para títulos públicos. Paralelo a isso, estamos adotando uma série de medidas de gestão para tentar equacionar o problema. Agora, eu não falei em nenhum momento em medo aqui. O que eu falei é que são “n” questões que influenciam nessa decisão de fazer um plano de custeio e que nós não temos todas as respostas agora. Seria irresponsabilidade minha antecipar esse debate, porque eu não tenho todas as respostas. Elas, de fato, afetam a vida das pessoas. Então, se eu não tenho as respostas, por que eu vou antecipar o debate? Se diversas variáveis vão influenciar, como legislação, como



negociação com a PETROBRAS, como o desempenho que nós vamos ter neste ano e no próximo, por que eu vou antecipar esse debate? Foi só isso que eu coloquei aqui. Em nenhum momento eu usei a palavra que eu tinha medo. Penso que eu respondi às questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O último inscrito é o Deputado Pedro Cunha Lima, a quem concedo a palavra. Depois eu tenho só alguns esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Sr. Presidente, Relator, Sr. Henrique, talvez eu encerre com dois dos mais fatos mais graves. Entendo que exista a apuração até aqui. Infelizmente, ainda não foram esgotados. Por isso, vou insistir ao convocado, o Sr. Henrique.

A Polícia Federal, em 2014, acreditava ter conseguido fechar o ciclo de uma transação que teria envolvido o pagamento de propina a dois diretores da PETROS. No computador de Alberto Youssef — e é bom sempre lembrar que alguém que já fez um acordo de delação premiada, ou seja, alguém que já admitiu participar de um crime, de um esquema de corrupção —, no computador dele, pessoal, foi encontrada uma pasta com 12 arquivos referentes aos negócios do doleiro Alberto Youssef com a PETROS.

Também num depoimento de alguém que já assinou uma delação premiada, ou seja, já admitiu, está narrando o esquema de corrupção do qual participava o Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa. Ele fala em seu depoimento — repito — da delação que confirma o esquema de corrupção. Ele fala que houve desvio para pagamento de propina para funcionário da PETROS. Isso em 2014.

Em 2015, fevereiro, a Operação Lava-Jato abriu uma linha paralela de investigação na PETROS, após o mesmo Carlos Alberto Pereira da Costa, que é laranja de Alberto Youssef, ambos com delação, ter afirmado que Alberto Youssef se encontrou diversas vezes com João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, preso, para tratar de intermediações de negócios envolvendo... E perceba, Sr. Henrique, a gravidade — eu falo como Presidente da PETROS, o atual Presidente — do que eu falo. Alguém que falou que havia negócios envolvendo o PT e a PETROS.

Até então, o que o senhor fala nesta CPI é que a legislação foi cumprida por tudo que o senhor acompanhou e ninguém foi pressionado. Na minha avaliação, é



um fato muito grave para a resposta do atual Presidente da PETROS. Não existe uma omissão de uma fiscalização que acompanhe a gravidade desses fatos comentados. O senhor não considera que deve haver ou que provavelmente houve um esquema de corrupção? São duas delações premiadas e vários envolvidos. O senhor não considera que é preciso ampliar essa investigação? É a principal pergunta que deixo.

Digo isso porque o senhor assumiu a presidência em março. Não quero prejudicar a situação de filiado ao PT. Eu gostaria que houvesse essa separação.

Eu ficaria muito satisfeito se houvesse uma resposta mais contundente ou que conseguisse não virar as costas. O senhor não pode tirar a responsabilidade, já que é o atual presidente da PETROS, diante de casos de uma gravidade incontestável. Não é coerente uma posição mais enérgica da presidência da PETROS para apurar esses dois fatos de inequívoca gravidade que precisam de uma resposta à altura? (*Palmas.*)

O SR. HENRIQUE JÄGER - Mais enérgica do que nós fizemos? Bom, a PETROS não tem poder de polícia. Do ponto de vista de gestor, o que eu tinha que fazer e o que eu fiz? Cheguei — os jornais noticiavam uma denúncia, ela aparece recorrentemente — e abri uma sindicância interna para ouvir as pessoas que se envolveram no processo. O que as pessoas disseram? Era o processo Greenfield — estamos nos referindo à IMV, Indústrias Metal do Vale, a indústria ia ser construída no terreno do Grupo Votorantim, na Siderúrgica Barra Mansa, com a Votorantim já tendo assinado uma opção de compra de 100% da produção de ferro-gusa. Era uma produção de ferro-gusa. A PETROS aportou recursos nesse projeto. Foi analisada ao longo do ano de 2004, a decisão foi tomada, passou por todas as esferas que deveria ter passado do ponto de vista de governança. A decisão foi tomada pela Diretoria Executiva no ano de 2005 — em março de 2005. O que nós fizemos? Vamos ouvir as pessoas que foram envolvidas naquele processo. E todas elas falaram: “*Olha, nós avaliamos que era um bom processo*”. Do ponto de vista do Presidente da PETROS, não tenho poder de polícia, as pessoas que foram envolvidas no processo falaram assim: “*não fomos pressionadas*”. E havia uma expectativa de que era um bom processo, que não se realizou no final das contas. Tinha uma parceria de uma das maiores empresas do País, que era o Grupo



Votorantim, dizendo que ia comprar 100% e cedendo o terreno para a construção da planta. Então, foram esses fatores que...

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Se o senhor me permite, quem provavelmente tem mais interesse em falar a verdade? Quem assinou um acordo de delação premiada ou quem não quer confessar um crime? O que o senhor fala é de uma ingenuidade que não cabe, que se contrapõe à propina.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Mas os funcionários... Mas que crime? O senhor está dizendo que algum funcionário da PETROS cometeu crime?

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Não eu, são pessoas que fizeram delação premiada...

O SR. HENRIQUE JÄGER - Os funcionários que participaram do processo, Sr. Deputado, de carreira da PETROS. Foram esses funcionários que eu fui ouvir. Eu fui ouvir os funcionários de carreira da PETROS. Eles falaram e se manifestaram. Não só os funcionários de carreira da PETROS, como também os funcionários de carreira da PETROBRAS, da BR Distribuidora e o representante dos trabalhadores. Quem foi ouvido falou o seguinte: *“Olha, o processo chegou para a gente. Tinha rating externo, uma agência de rating avaliando que o risco era baixo; tinha um contrato com a Siderúrgica Barra Mansa de compra de toda a produção. O nosso contrato, o nosso aporte estava condicionado a receber os valores desse contrato”*. Então, esses foram os itens levados em consideração pelas pessoas que prepararam o processo para ir para a diretoria. A PETROS não tem poder de polícia. Cabe ao Ministério Público e à Polícia Federal investigar esses fatos. Agora, em nenhum momento a PETROS foi notificada. Em nenhum momento chegou notificação para a PETROS a respeito disso, nem do Ministério Público, nem da Polícia Federal. O que eu sei, por jornal, é que a investigação continua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concluído, Deputado Pedro? Agradeço a participação.

Dr. Henrique, eu falei que eu teria alguns esclarecimentos — claro que a prioridade é dos Deputados —, mas me permaneceu uma dúvida. O senhor já percebeu, pela minha insistência, que esse caso da Itaúsa, particularmente, me chama a atenção. Discuti com a consultoria, e vamos nos debruçar para que a PETROS... Eu volto a insistir, porque justifica os critérios de mercado. Deputado



Enio, toda a lógica da investigação, e da CPI, que é um instrumento de investigação, é para avaliar se houve ou não gestão fraudulenta ou se os prejuízos ocorreram em virtude de risco de mercado. Existe o risco de mercado. É natural. O Dr. Henrique e outros falaram: *“Ah! Ninguém consegue acertar todas”*. Mas o que a gente, em regra, exige quando se está cuidando de velhinhas e do dinheiro de aposentados — e esses acabaram levando a culpa aqui pelo rombo, que seria em virtude da busca deles receberem o que lhes é de direito — é que se tenha critério de mercado.

Esse da Itaúsa chama a atenção, porque eu não sei se há investimento maior — quando eu lhe perguntei qual era o maior investimento, é porque eu não sei, eu sinceramente não sei, se houver, eu gostaria de saber —, do que os mais de 3 bilhões de reais investidos na Itaúsa, porque se enche a boca para dizer: *“Ah! Nós temos 308 negócios que pulverizam os 70 bilhões de reais — estou apontando aqui números grossos — do patrimônio da PETROS”*. Mas, salvo engano, pelo que eu ouvi aqui, são 308 negócios. Agora, 3,5 bilhões estão na Itaúsa, 1,3 bilhão está na Sete Brasil, 1 bilhão está na Pituba, na INVEPAR tem mais uma quantidade. Então, 3,5 bilhões com 1,5 bilhão da Sete Brasil, vamos supor, talvez, 7 bilhões. Nos cinco maiores negócios, há 10% de investimentos. Se eu estiver errado, até me corrijam. Então, quer dizer, tem outros 303, 300 que pulverizam 6 bilhões na BRF, na Brasil Foods. Ou seja, às vezes, dizem: *“Ah! Está muito pulverizado. Eu não tenho conhecimento”*. Desconhecer esses graúdos... É esse tipo de conduta que nós queremos avaliar. Veja só o critério de mercado. É essa a contestação.

Outra coisa que é comum a todos, que eu aprendi aqui na CPI. Todo mundo agora, em 2015, começou a mudar as suas agências de risco: *“Ah! Não, agência de risco e tal”*. Parece que o negócio degradingolou de lá para trás e agora, depois de 3 anos de déficit que a PETROS deu, o POSTALIS deu e a FUNCEF está dando, estão querendo mudar, e realmente eu concordo. O plano de governança apresentado gera uma evolução. V.Sa. está há 6 meses na PETROS, está sendo responsável por esse plano de evolução.

Agora, o passivo não se apaga com a borracha, até porque é descontado na conta do aposentado, do pensionista. Então, eu queria mostrar um gráfico, que a consultoria preparou, para nós identificarmos a estratégia de aquisição. Eu queria que o senhor me dissesse inclusive, se esse cenário estivesse presente hoje, se o



senhor também faria esse investimento, estando presente hoje. Eu acho que há um gráfico que trata dos dados de 2010. Eu volto a dizer: as coisas chamam a atenção. Vejam só por que me chama a atenção. Eu vou me debruçar muito sobre esse caso. Volto a dizer: foi uma compra realizada no dia 30 de dezembro de 2010. O último dia, do último ano, do último mandato do Sr. Wagner Pinheiro, que passou 8 anos na PETROS. Em 8 anos, ele não teve tempo de fazer o maior investimento da PETROS, à época, de mais de 3 bilhões de reais, numa compra da Camargo Corrêa, que tinha dificuldades de vender no mercado. No gráfico, onde está aquele “G” amarelo, é onde houve uma aquisição, Relator. Lá no pico. Dezembro de 2010. E ali, no azul, é a cotação de mercado. A cotação de mercado é o azul e o vermelho é...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ...entre o valor e o que foi comprado, a negociação que estava ocorrendo em mercado.

Aí vejam só: ela vem lá em baixo, onde a PETROS poderia ter tido um diálogo com o mercado melhor, mas não. Você vê que bem próximo de quando a PETROS anuncia que vai fazer a compra, de repente, essa ação dispara, o que não é totalmente estranho ao mercado, mas ela vai comprar lá no pico. Aquele primeiro ponto vermelho ali, de subida, onde ela vai quase se igualar ao azul, é quando a PETROS fez a aquisição, em dezembro de 2010. Ou seja, quanto ela podia ter comprado ali embaixo, quanto foi lá para cima. Uma das coisas que a CPI irá investigar é quem comprou e quem vendeu nesse intervalo. Depois a ação vem caindo. Agora, isso é sobre a cotação de mercado. Aí, entendo o que o senhor dizia: *“Não, mas temos que avaliar as condições de investimento”*. Estamos tratando de negócio com meta atuarial.

Suba agora os gráficos, por favor. Ali é o rendimento. Isso é o mais importante, não é o gráfico; o gráfico é ilustrativo. Agora, a compra foi feita em 2010. Se analisarmos os resultados, vemos que, em 2007, o lucro foi de 2,6%; em 2008, o lucro foi de 2,5%; em 2009, o lucro foi de 1,9%. E o Fundo está querendo trabalhar com a meta atuarial que vai dar IPCA mais 6%, 5,5%, 6%, nessa faixa.

Ou seja, nada, nenhum critério de mercado faria supor que viesse um resultado diferente do resultado dos últimos 3 anos, porque, no mínimo, seria a



média, Deputado Pedro Cunha Lima, em que se teria de basear para fazer esse aporte, para fazer essa compra, para fazer essa aquisição, tanto que ela não apresentou nenhuma oscilação do ponto de vista de lucro.

Vemos que, em 2011, o resultado foi 2,5%; em 2012, 2,3%; em 2013, 2,3%; e, em 2014, 2,7%. Qual é o grande mistério sobre o qual esta Comissão vai se debruçar? O que levou à tomada de decisão. Com as agências de risco que existem, a governança interna, o que levou à tomada de decisão? Que critérios foram adotados? Se eu perguntar — e vou perguntar —, pelo conhecimento que o senhor demonstrou, eu não sei se o senhor repetiria essa operação nas mesmas condições nos dias de hoje. Então, esse é um caso.

Aí, vejam só: quando a coisa acontece, não é pouco, é muito. Então, vem toda essa compra no último dia do ano, e se ganha um assento no Conselho — o Dr. Sergio Gabrielli é o indicado.

Então, eu acho que a CPI começa agora a se debruçar sobre as informações que vêm chegando, para que possamos produzir. A ação foi comprada, em 2010, a R\$ 14,48, e hoje — eu não sei, aqui o último dado é de 2014 — é R\$ 9,7. Eu não sei como está hoje, em 2015. Ela fechou no balanço de 2014 com R\$ 9,7. Mas a ação se manteve, Relator.

Volto a dizer: quem está mexendo com dinheiro de fundo de pensão tem que procurar um negócio que seja rentável ou que apresente até perspectiva de rentabilidade. A questão da Sete Brasil tinha uma expectativa futura. Agora, num fundo como esse, depois dos 3 últimos anos em que já existia, investir R\$ 3,5 bilhões?

Eu considero que precisa haver uma investigação bastante ágil sobre, volto a dizer, os critérios de tomada de decisão, porque este é o grande receio que nós temos: aparelhamento das instituições, tráfico de influência, direcionamento para negócios ou títulos podres, que não apresentam retorno para quem investiu. Se fossem seguidos critérios de mercado, investimentos tais e quais, não seriam feitos. E por que foram feitos? A pedido de quem? A mando de quem? Sob deliberação de quem? Indago se existe critério de tomada de decisão que seja explicitado. Até agora, neste caso, eu não entendi.



Na PETROS, está aqui o caso. Já passamos pelo caso da usina em Belo Monte, pelo caso da INVEPAR, pelo caso da Sete Brasil. Eu quero concluir com este aqui, da Lupatech. A Lupatech é uma empresa emblemática. O Presidente de seu Conselho de Administração era o Wilson Santarosa, sindicalista. A partir de determinado momento, a Lupatech, que prestava serviço à PETROBRAS, acabou ficando intensa e depois retornou. Ela começou a operar em 2007. Aí, em 2 de abril de 2012... Vejam só, a PETROS começou a operar com a empresa em novembro de 2007, pagando valor acima de 50 reais de participação. Em 2008, elevou a sua participação, atingindo em julho de 2009 15% do capital votante.

Em 2 de abril de 2012, Relator, a Lupatech e a PETROBRAS encerraram um contrato de 779 milhões. Ou seja, a PETROBRAS, que é patrocinadora do Fundo, encerra um contrato com a Lupatech de 780 milhões. E a PETROS tinha lugar no Conselho de Administração. E, usando as palavras do Dr. Henrique, quando se quer ir para o Conselho é para ter o olho do dono. Em 2014, novos acordos financeiros foram executados na tentativa de sanar os seus problemas econômicos: derrubaram a participação da PETROS, que era de 15, para 0,82, e a PETROS aplicou na empresa valores superiores a 400 milhões, que hoje estão avaliados em pouco mais de 550 mil reais. E aí fica esse questionamento para que seja, nos documentos enviados, colocado para nós.

A questão a ser posta no caso da Lupatech, contudo, é que tudo indica que esse olho do dono veio a favorecer não a PETROS, mas sim a própria PETROBRAS. Como explicar o simultâneo cancelamento de contratos entre PETROBRAS e Lupatech, e sem ônus para a primeira, e a injeção de capital pela PETROS com a compra da ação em leilão a 4 reais, quando as ações estavam sendo negociadas a R\$ 2,60 na Bolsa? Há o receio de que a PETROS esteja participando da empresa não para salvar o seu investimento, mas para livrar a PETROBRAS e outras empresas do prejuízo.

Então, essa relação da PETROBRAS com a Lupatech, com a PETROS tendo presença no Conselho de Administração da Lupatech, sem ter entrado com nenhum tipo de ação nem contestação com a PETROBRAS pelo cancelamento desses contratos, é merecedora, segundo a visão na CPI, também de maiores esclarecimentos.



Eu vou ficar aqui com esses dois. Da Brasil Pharma nós já tratamos. A ADASA também é um caso emblemático, mas eu não vou me debruçar sobre ela. Carteira de ações e participação.

O SR. HENRIQUE JÄGER - ADASA é um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ADASA é um bom debate. Eu já vou voltar a isso.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Você viveu muito com eles lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu sei. Pode até explicar também, já que o senhor faz parte do Conselho de Administração — eu não vou tomar mais tempo, pois já são 7h34min, já contei com a benevolência de todos —, mas, sobre esse caso do ITAÚSA e da Lupatech, eu gostaria de um pouco mais de esclarecimento, para que nós pudéssemos encerrar a nossa participação.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Bom, Deputado, sobre a ITAÚSA, eu não estava lá no momento, mas vou tentar trazer alguns elementos até onde eu pude me inteirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O.k., por favor. E responder: se fosse nas condições de hoje, o senhor faria esse investimento?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu não vou responder ao senhor essa pergunta. Eu vou me permitir fazer essa aleivosia, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu vou fazer...

O SR. HENRIQUE JÄGER - ...aquelas condições não estavam... Eu não estava naquele momento, a decisão foi tomada naquele momento, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu não vou então o caso concreto. Eu vou fazer uma hipótese. Se V.Sa. tivesse hoje de investir numa empresa que há 3 anos não gera a meta que gostaria, seria um tipo de negócio que seria aprovado, contaria com o seu voto para ser aprovado no Conselho de Deliberação?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu tomo a decisão, Deputado, com base no fluxo de caixa trazida pelo presente. Ou seja, na geração futura. Eu não olho para o passado. Então, a tomada de decisão, quando eu vou avaliar uma empresa, eu não avalio pelo que ela tem, eu avalio pelo que ela vai gerar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O histórico do resultado você não leva em consideração, não?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Eu avalio pelo que ela vai gerar. O fluxo de caixa é descontado. Então, em 2007, 2008, 2009 o mundo estava vivendo uma das maiores crises do mundo capitalista. Uma das três maiores. Era a terceira maior. Então, a expectativa que se tinha ali, eu não estava naquele momento, mas eu suponho que, para os gestores, nós iríamos sair da crise, coisa que não aconteceu. A crise está aí até hoje, e isso influencia nos números. Mas a expectativa que se tinha ali, em 2010, é que estávamos saindo da crise — os Estados Unidos estavam começando a respirar, a China continua como locomotiva —, então, esses fatores provavelmente levaram... Agora, eu não estava lá e não tenho todos os elementos. Questão do preço. Tem um debate do prêmio de controle. A PETROS estava comprando para entrar na administração da companhia. Então, não é um preço de mercado. Sobre um preço de mercado, tem preço de controle. Então, isso é um ponto importante que tem que ser levado em consideração também. E aí, só para terminar, não tenho aqui o mandato para defender o Ex-Presidente Wagner, mas a decisão não foi do Presidente Wagner. A decisão transitou pela Diretoria Executiva, mas ela foi tomada no Conselho Deliberativo por unanimidade. Os três representantes da PETROBRAS e os três representantes da PETROS votaram a favor da operação, então, isso é um ponto importante — dos três representantes, perdão, dos participantes eleitos. Então, isso é um ponto importante que tem que ser trazido para o trabalho que os senhores vão desenvolver. Com relação à Lupatech, Deputado, essa foi uma companhia da qual eu acho que a gente tira lição. Aquele comitê que a gente criou, o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Risco, é um olhar inclusive para a Lupatech, porque nós compramos a ação da Lupatech — fazendo um exercício hipotético — por 100, e a ação bateu 130. Só que a Lupatech é uma empresa que tinha três fábricas e, no período de 2007 a 2008, ela comprou dez. Em vez de ela financiar isso por meio de um IPWorld ou de um lançamento, ela financiou por meio de dívida. Da PETROS era 1 voto de 8 votos. Então, a PETROS não tinha o mínimo poder de decidir o rumo... A gente estava ali influenciando, estava nos debates, mas não se tomou ali aquele momento de financiar o crescimento da companhia por meio de emissão de ações, por meio de abertura do



capital. Definiu-se financiar o crescimento da companhia por meio de endividamento. Quando veio a crise de 2008, a companhia estava altamente endividada. Dali em diante, o preço da ação só caiu. Houve tentativas de minimizar os efeitos da crise sobre a companhia, e não se conseguiu resolver. Hoje em dia, a companhia está em RJ. No que se refere à relação com a PETROBRAS, até o ano passado a companhia tinha um *backlog*. O que significa isso? Um rol de encomendas que superava 1 bilhão de reais. Até o momento em que ela entrou em recuperação judicial, ela tinha 900 milhões de reais de encomenda da PETROBRAS, *backlog*. O principal cliente dela — e quase único — era a PETROBRAS. Então, um contrato foi desfeito, mas a companhia tinha vários contratos. Só que, como ela começou a não “performar”, começou a tomar multa da PETROBRAS. A PETROBRAS foi multando a companhia porque ela não entregava o que tinha que entregar no prazo. Aí a companhia caiu em uma espiral e entrou em crise. Aquele investimento, de fato, acabou não gerando o resultado esperado, mas foram esses os fatores que contribuíram fortemente. Bom, depois que a gente comprou a companhia, a ação se valorizou em 30%. Devíamos ter tido a sensibilidade ali de dizer: Pô, talvez seja a hora de vender. Por quê? Porque a decisão do controlador foi financiar o crescimento da companhia por um sobre-endividamento, um excessivo endividamento, quando ele deveria — como a companhia estava bem valorizada, ali, em 2008, 2007 — ter vendido uma parte da companhia e financiado o crescimento da companhia com essa venda, mas ele não fez e se endividou. Quando veio a crise de 2008, que bateu de cheio no setor de petróleo, o preço do petróleo saiu de 140 dólares para 40 dólares. Isso aí provocou... E a indústria do petróleo é uma indústria que, quando o preço do petróleo sobe, a prestação do serviço sobe; quando o preço do petróleo cai, a prestação do serviço cai. As indústrias se ajustam à operadora. Ela dita o preço do petróleo, mas, se subir o preço do petróleo, o custo do serviço prestado aumenta; caiu o preço do petróleo, o custo do serviço prestado baixa. Mas a companhia não conseguiu sair dessa crise porque ela tinha um sobre-endividamento. O que isso coloca para a gente como lição? Nós temos que acompanhar, monitorar os investimentos e temos que ser rápidos nas decisões, se a gente identificar que o ativo vai se desvalorizar no curto prazo. Então, eu não diria que houve má-fé. A minha leitura é que foi... Você tinha a expectativa de aportar



mais recursos para resolver o problema, mas a crise foi aumentando, aumentando, aumentando, e o sobre-endividamento bateu mais rápido. O Itaú tem dinheiro; a Votorantim tem dinheiro; a Lupatech perdeu dinheiro. Investidores internacionais — a empresa Bonds demitiu, e a PETROS também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito! Eu compreendi. Ouvi, compreendi, mas discordo da... Não estou satisfeito — não com a explicação dele — com a incompetência gerencial da Lupatech, porque ela tinha uma demanda de 900 milhões de serviços contratados, mas, como não conseguiu cumpri-los, quebrou.

Nós estamos chegando à conclusão. Deputado Marcelo Aro, a lista já prescreveu. Se houver alguma coisa muito pontual, muito pontual, muito pontual, para não ser descortês com V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Presidente, agradeço a gentileza mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. dispõe de 30 segundos, descontado o tempo da Deputada Erika Kokay, porque S.Exa. só falou 30 segundos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - V.Exa. sempre sendo atencioso. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ficaram 30 segundos de crédito. *(Risos.)* Ela falou 30 segundos, mas diz que tem 30 segundos de crédito.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - V.Exa. sempre é atencioso com os colegas desta Comissão. Obrigado. Vou ser bem rápido. Vou fazer uma pergunta só, porque, dentro das minhas, ela não havia sido respondida. Vou até ler, porque fica mais fácil. É uma única pergunta para o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos à pergunta.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - O.k. Segundo a Operação Lava-Jato, grandes empreiteiras do País se reuniam, acertavam entre elas o resultado das licitações da PETROBRAS, fraudavam as licitações para que a empresa previamente definida ganhasse o certame e impusesse o seu preço nas obras. Pagavam, em cada grande contrato da PETROBRAS, propinas dirigidas a diretores e empregados da PETROBRAS e agentes públicos, como Parlamentares e ex-Parlamentares. Pedro Barusco, ex-Gerente-Executivo da área de engenharia da



PETROBRAS, também colaborador da Lava-Jato, já declarou que o esquema criminoso foi reproduzido na empresa Sete Brasil, como pagamento de propinas milionárias. De acordo com o noticiário da imprensa, o Ministério Público Federal repatriou 132 milhões. Esta foi a maior recuperação de valores da história do País.

Então, a minha pergunta é a seguinte: O senhor. acredita que parte desses recursos pode ser inerente às perdas pelos principais fundos de pensão das estatais que investiram na Sete Brasil, dentre elas a Petros? O que V.Sa. em feito para reivindicar a parte que em tese pertence à Petros, na tentativa de minimizar os prejuízos de investimentos na Sete Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concluído. O Dr. Henrique já tratou do tema, mas, se quiser objetivamente falar... V.Sa. pode falar.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Sr. Deputado, não anotei o nome de V.Exa. Perdão.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Marcelo Aro.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não sei se V.Exa. estava aqui quando tratei pela primeira vez o tema. Quais foram as medidas tomadas pela nova diretoria e na já na diretoria anterior, diga-se de passagem? Não inventamos a roda. A Sete Brasil, quando houve mudança da diretoria... Essa diretoria que V.Exa. listou aí, ela foi colocada sob investigação — faltou-me um adjetivo para a questão. Ela passou a ser investigada. O Conselho de Administração da Sete Brasil decidiu contratar uma auditoria. Contratou a Kroll, uma agência de investigação internacional conhecida, contratou a KPMG e contratou uma outra instituição americana para fazer uma auditoria em todos os contratos. Foi feita essa auditoria com *benchmarking* e não se chegou a nenhuma materialidade a respeito desses contratos que fossem fora do padrão e que poderiam denotar algum tipo de corrupção.

Então, foi feita uma auditoria, que não constatou nada nos contratos.

Segundo, o Conselho Deliberativo da Sete aprovou a entrada na Justiça contra esses ex-diretores que V.Exa. citou.

Terceiro, estamos tentando agora fechar a parceria com a PETROBRAS e assinar o contrato, para a empresa, a partir daí, conseguir fazer os empréstimos de longo prazo, pagar as dívidas ditas aqui, dívidas de curto prazo normais, porque as sondas já estão em construção. Então, vamos reequacionar a companhia,



equacionar o endividamento da companhia. Qual é o problema? Ele está no curto prazo. Vamos ter de alongar o perfil da dívida, fazer um endividamento de longo prazo, para a empresa conseguir respirar, conseguir gerar os empregos, conseguir produzir as sondas, que vão permitir produção do pré-sal.

Então, são essas as medidas que adotamos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu já ia me esquecendo de uma pergunta: a Global Previ é quem presta assessoria à PETROS junto à PREVIC na demanda sobre a separação de massas? É isso mesmo?

O SR. HENRIQUE JÄGER - Não. Nós não temos a assessoria da Global Previ nesse processo. A Global Previ foi muito atuante no processo de repactuação, aquele processo repactuação de que falei.

Mas em relação à PREVIC, nós não temos. Esse processo está sendo conduzido pelo próprio corpo técnico da PETROS, sem assessoria de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Porque a Global PREVI fala aqui... Então, deve ser nesse outro processo. Quer dizer:

“... Não resta dúvida de que, frente às questões históricas envolvidas no cenário de disputas judiciais que beiram à insanidade, a compreensão dos órgãos fiscalizadores quanto à necessidade de que as particularidades da PETROS e do PPSP sejam reconhecidas. Isso poderá ser determinante para a sustentação de separação de massas.”

Leio isso quase como uma ameaça da Global PREVI. Se a PREVIC não fizer essa separação, vai quebrar tudo.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Provavelmente, Sr. Deputado, isso é isso no âmbito da repactuação. Chamava-se atenção de que a repactuação teria como consequência a separação de massas, para evitar que aconteça o que falei aqui, que o aposentado que repactuou pague a conta do que não repactuou, se a PETROBRAS não pagar. Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas isso está datado de 5 de julho de 2013.

O SR. HENRIQUE JÄGER - Mas provavelmente isso é continuidade daquele processo de repactuação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Entendi. Muito bem.

Senhoras e senhores, agradeço-lhes a atenção. Quinta-feira, sessão de deliberação de requerimentos a partir das 9 horas da manhã. Ouviremos o Presidente da PREVI, na continuidade, a partir das 11h30min.

Agradeço ao Dr. Henrique pela tolerância e pelo tempo despendido, e à minha Consultoria pela colaboração.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.